

DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS NA PERSPECTIVA DA IMPRENSA



Tocantins está na ú. fronteira agrícola do

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO MIRA O CERRADO, COM 100 MILHÕES DE HECTARES AGRICULTÁVEIS; 5 MILHÕES ESTÃO NO ESTADO

NUMEROS
Tocantins possui 100 milhões de hectares de terra agricultáveis, sendo que 5 milhões estão no estado.

Economia em desenvolvimento

SECTORES DA INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE SERVIÇOS EM FRANCO CRESCIMENTO NA

PALMAS SUSTENTÁVEL

Plano irá nortear desenvolvimento

Palmas - A Capital tocantinense recebeu, na manhã de ontem, o Plano de Ação Palmas Sustentável da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. O plano, desenvolvido por Luiz Masaru Hayakawa, destaca que como o plano foi feito com metodologia instituída pelo BID, que trabalha com cidades sustentáveis de todo o mundo, o plano de Palmas será sustentável.

Agenda Tocantins



Crescimento econômico ancorado em grandes negócios

COM DESTAQUE PARA A PECUÁRIA E AGRICULTURA, REGIÃO AINDA SE BENEFICIA DE INVESTIMENTOS EM CAPACIDADE LOCAL

REGIÃO NORTE

REGIÃO SUL

MAPA DA REGIÃO



Na rota da última fronteira

Cinco milhões de hectares agricultáveis estão no

O Tocantins chega a 20 anos neste ano, mas o estado não para de crescer. O crescimento econômico do estado é impulsionado pela expansão do agronegócio, especialmente na pecuária e na agricultura. O estado possui 100 milhões de hectares de terra agricultáveis, sendo que 5 milhões estão no estado.

ANIVERSÁRIO

Caminhos para continuar a crescer



NEURACY VIANA CRUZ LIMA

DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS NA PERSPECTIVA DA IMPRENSA



2021 Uniedusul Editora - Copyright da Uniedusul
Editor Chefe: Me. Welington Junior Jorge
Diagramação e Edição de Arte: Uniedusul Editora
Capa: Eliseu Lima
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L732d	Lima, Neuracy Viana Cruz. Desenvolvimento no Estado do Tocantins na perspectiva da imprensa [livro eletrônico] / <u>Neuracy</u> Viana Cruz Lima. – Maringá, PR: Uniedusul, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-80277-67-4 1. Planejamento regional – Tocantins. 2. Desenvolvimento regional – Tocantins – Aspectos jornalísticos. I. Título. CDD 338.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

doi: 10.51324/80277674

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos os créditos
aos autores, mas sem de nenhuma forma utilizá-la para fins comerciais.
www.uniedusul.com.br

APRESENTAÇÃO

Na sociedade contemporânea, marcada pela intensa presença das tecnologias da informação e comunicação, a mídia desempenha um papel de mediadora do cotidiano, da informação e do conhecimento, impactando na formação da opinião pública, de imagens dos territórios, na produção simbólica e, conseqüentemente, nos processos de desenvolvimento.

A relação entre mídia e desenvolvimento ganha contornos a partir da década de 1960, discussão promovida por autores como Wilbur Schramm, em um momento caracterizado pelo protagonismo dos meios de comunicação de massa. A abordagem difusionista e modernizadora que prevalecia na época refletia a concepção de desenvolvimento vigente, capitaneada pela dimensão econômica, em um mundo que ainda categorizava países e regiões em desenvolvidos e subdesenvolvidos, e a imprensa ajudava a difundir a imagem de um planeta dividido em três: primeiro, segundo e terceiro mundos.

Esta perspectiva foi superada com a transformação do conceito de desenvolvimento, bem como do cenário midiático, reconfigurado pela tecnologia digital. A discussão pioneira, no entanto, teve, como um dos méritos, evidenciar a necessidade da participação das diversas áreas do conhecimento para a análise, compreensão e condução dos processos de desenvolvimento, em uma abordagem multidimensional.

A Comunicação Social passa a compor essa visão interdisciplinar do desenvolvimento. Autores como José Marques de Melo; Jan Servaes; Alfonso Gumucio-Dagron; Antonio Herbelê; Dorothea Kleine; Cícilia Peruzzo; Richard Heeks entre outros, apresentam as inter-relações entre comunicação e desenvolvimento, suas premissas, objetivos, limites e potencialidades, no campo de pesquisa que passou a ser denominado como C4D (Communication for Development).

Um dos desafios que se impõe no âmbito da C4D é a superação da visão meramente instrumental da comunicação, vertendo para uma abordagem estrutural, que compreende a comunicação como um elemento constitutivo dos processos de desenvolvimento. A presença de empresas de mídia em um território, a estrutura de mídia de um país, a propriedade da mídia (pública, comunitária e/ou privada) são aspectos fundamentais do dinamismo dos processos de desenvolvimento e não podem ser desconsiderados nos estudos e planos de desenvolvimento de um território.

A perspectiva apresentada neste livro contribui, sem dúvida, para fortalecer essa compreensão da mídia como partícipe do desenvolvimento regional, ao analisar a cobertura da mídia tocantinense sobre o próprio desenvolvimento do estado por um período de três

décadas. O recorte temporal, convergente com a historicamente recente formação do estado do Tocantins, permite acompanhar o percurso e revela a concepção de desenvolvimento difundida na sociedade.

Tomando como premissa que as escolhas editoriais e discursivas nunca são neutras, a concepção de desenvolvimento se revelou no estudo, ao evidenciar vozes e ocultar outras. No caso estudado, ainda que tenha sido detectada a presença de abordagens heterogêneas do desenvolvimento, o protagonismo da agenda econômica é evidente e dos gestores públicos enquanto fonte ficaram evidentes, e se destacam em relação a outras abordagens.

Indiretamente, a pesquisa destaca o papel da mídia regional na construção de uma relação de proximidade entre meios e leitores/ espectadores, afinal, a base da ação política e cidadã tem origem local, no cotidiano da interação entre o indivíduo e seu território.

O livro configura-se como estudo crítico-analítico de como uma região representou seu percurso de desenvolvimento, o que é fundamental para que se tenham parâmetros de análise bem como instrumentos de pesquisa que possam ser replicados em outras regiões, de forma que levem à compreensão da representação midiática à qual os territórios estão sujeitos.

Destaca-se o mérito da autora na concepção metodológica da pesquisa, que elaborou uma rigorosa categorização do conteúdo jornalístico considerado como corpus da pesquisa, que pode ser adotado como modelo a ser replicado em estudos com recorte em outras regiões.

Que a leitura resulte não apenas no clareamento do papel da comunicação como elemento constituinte e estrutural do desenvolvimento de uma região, mas que desperte a vontade de pesquisadores em replicar e aplicar o método em novas investigações, reação esta que pesquisas de qualidade e relevância científicas provocam.

Em nome de todos que terão o privilégio de ler este livro, agradeço à Neuracy pela contribuição acadêmica e por fortalecer o campo de estudos de Comunicação para o Desenvolvimento.

Monica Franchi Carniello

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993), Especialista em Marketing pela University of California (1998), Mestre em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000), Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (2010). Pós-doutorado pela Universidade do Minho – PT (2015). Professora da Universidade de Taubaté, com atuação no Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, no Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e no Departamento de Comunicação Social. Docente da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba (FATEC). Editora executiva da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.

PREFÁCIO

Em 2019 teve início as atividades de pesquisa de um Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad Amazônia) que envolve três programas de pós-graduação; da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Um dos objetivos do Procad UNIFAP/UFT/FURB é realizar estudos comparativos de fenômenos contemporâneos nos Estados do Tocantins e do Amapá: território, meio ambiente, indicadores econômicos, etc. englobados na temática mais geral sobre desigualdades institucionais, sociais, econômicas e ambientais.

No mesmo ano, Neuracy V. C. Lima ingressou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UFT. Naquele momento, alguns pontos de sua trajetória e da agenda do Procad se encontraram. Formada em jornalismo e tendo trabalhado por anos no principal jornal do Tocantins (Jornal do Tocantins), ela se deparou com a proposta do Procad. E, rapidamente, visualizou a possibilidade de pesquisar fenômenos da comunicação, imprensa e desenvolvimento regional.

Começou a ler sobre desenvolvimento regional e sobre comunicação, imprensa e desenvolvimento. E começou a colocar questões sobre as diferentes disputas em relação à noção de desenvolvimento e suas adjetivações. Por essa via, começou a se perguntar sobre quais teriam sido as noções mais destacadas, as mais divulgadas, pela imprensa no decorrer da história dos Estados, explícita ou implicitamente. Quais seriam as semelhanças e as diferenças das duas imprensas ao reportarem as avaliações, os fatos, os feitos, os projetos, etc. relativos ao desenvolvimento dos Estados, desde a Constituição brasileira de 1988? Ela já estava bem armada com noções de que a imprensa não reporta simplesmente, mas, em alguma medida, exerce poder, contribui para criar, direcionar, enfim, a imprensa descreve prescrevendo, performando.

Então, projetou pesquisar a imprensa dos dois Estados. E correu com o projeto até o exame de qualificação, em maio de 2020. Mas foi alcançada pela pandemia do coronavírus. Ficou evidente que viajar ao Amapá para fazer levantamento de dados, como havia planejado, seria muito arriscado e, naquele momento, impossível (problemas com voos, hospedagem em meio a decretos de distanciamento social, etc.).

Mas o projeto e a pesquisa seguiram. Por um lado, ela focou no Jornal do Tocantins, o mais importante do Estado e com certa abrangência fora do Estado. Direcionou a primeira questão supracitada ao jornal, assim como outra sobre as fontes dos jornalistas e as vozes

presentes nas matérias. Por outro lado, colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da UNIFAP estão desenvolvendo um trabalho semelhante, junto à imprensa do Amapá. Em breve as pesquisas se encontrarão e uma síntese comparativa será o horizonte.

Neuracy levantou um ótimo material empírico; um corpus com cerca de cinco centenas de matérias do Jornal do Tocantins, de 1988 a 2018. Fez análise de enquadramento e de fontes-vozes (além de gêneros jornalísticos). Fez leituras e leituras do corpus e, de modo sistemático e objetivo, criou uma grade de enquadramentos e uma de fontes-vozes presentes no corpus. Então, repassou cada matéria, classificou e registrou as frequências.

Dito de outro modo, através de sua pesquisa, agora divulgada como livro, podemos saber quais tipos de desenvolvimento (38 enquadramentos) foram mais divulgados pelo jornal e quais agentes sociais (39 categorias de fonte-voz) tiveram voz, espaço nas matérias, para amplificar elogios, críticas, descrições, etc. Com seu trabalho, temos uma espécie de série histórica do momento de aparecimento ou desaparecimento de enquadramentos, além dos momentos de maiores ou menores recorrências.

Destaco também que as grades de enquadramentos e fontes-vozes que ela montou podem ser lidas como um artefato de instrução histórica. Podem ainda ser um parâmetro para outras pesquisas (com adaptações a partir de materiais empíricos próprios). Tendo em conta suas análises e a densidade e origem empírica das definições dos enquadramentos e das categorias de fontes-vozes, o livro de Neuracy significa um acréscimo fundamental à literatura sobre imprensa, vida econômica, política e histórica do Estado.

Enfim, ler seu trabalho é conhecer os momentos em que as instituições e os agentes (quais deles, nominalmente) deram mais ou menos peso, relevância, aos caminhos possíveis de desenvolver o Estado. É conhecer um pouco como o Jornal do Tocantins contribuiu para tecer a trama do desenvolvimento estadual. É uma leitura que permite conhecer a história e, ao mesmo tempo, conhecer as forças, as dinâmicas e os agentes que a escreveram, a partir da ótica do jornal, a partir de uma perspectiva dentre as possíveis. Mas, como se trata de um jornal com certa autonomia dos poderes políticos, econômicos, religiosos, etc., ele não deixou de registrar os outros possíveis, ainda que com menos frequência.

Antonio J. Pedroso Neto

Sociólogo, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, ambos da UFT.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 02	
A IMPRENSA: UM PODER SIMBÓLICO.....	13
2.1 O poder invisível e legítimo da imprensa.....	13
2.2 Os efeitos invisíveis e a influência da imprensa.....	15
2.3 O ritual estratégico dos jornalistas no processo de produção da notícia.....	18
CAPÍTULO 03	
DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E GÊNESE	20
3.1 O desenvolvimento no contexto histórico	22
3.2 O desenvolvimento no território tocantino	26
CAPÍTULO 04	
ASPECTOS HISTÓRICOS DA IMPRENSA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO.....	33
4.1 O desenvolvimento dos meios de comunicação.....	39
4.2 Imprensa tocantinense: da propagação de ideais à porta-voz de esperança.....	43
CAPÍTULO 05	
COMO A COMUNICAÇÃO PODE COTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO.....	50
CAPÍTULO 06	
APORTES METODOLÓGICOS	55
6.1 Análise de enquadramento.....	57
6.1.1 Enquadramentos presentes na cobertura sobre o desenvolvimento tocantinense.....	58
6.1.2 Classificação dos gêneros jornalísticos.....	70
6.1.3 Os atores sociais.....	72
CAPÍTULO 07	
FATOS E PERSONAGENS PRESENTES NAS PÁGINAS DO DESENVOLVIMENTO TOCANTINENSE.....	81
7.1 Economia dominando a pauta do desenvolvimento.....	86
7.2 Recursos naturais e turismo em destaque no noticiário sobre desenvolvimento.....	89
7.3 A força do agronegócio agendando a imprensa.....	93
7.4 As grandes obras movimentando o processo de desenvolvimento e o noticiário.....	96
7.5 Desenvolvimento social em evidência.....	101
7.6 O agendamento do processo de consolidação e autonomia tocantinense.....	103
7.7 Temas diversos presentes na cobertura sobre o desenvolvimento.....	104
7.8 Gênero Informativo predomina.....	107
7.9 As vozes presentes na agenda do desenvolvimento tocantinense	109
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113

Capítulo 01

INTRODUÇÃO

Por muitos anos, o conceito de desenvolvimento foi utilizado apenas para mensurar a área econômica. Em diferentes épocas, muitos autores se dedicaram a estudar essa perspectiva e apresentaram suas teorias para explicar fenômenos na economia. Entre os clássicos está Walt Whitman Rostow (1960), para quem o conceito de desenvolvimento está vinculado às questões econômicas. O autor acreditava que o desenvolvimento econômico teria suas bases consolidadas por meio da intervenção de setores, como o da indústria, por exemplo.

Ainda sob esse prisma, mas com uma visão diferente, Joseph Schumpeter (1982) defende que o desenvolvimento econômico ocorre a partir de mudanças que surgem de iniciativas próprias para esse fim, e não por influência de mudanças no mundo à sua volta. Para o autor, desenvolvimento econômico está relacionado ao processo de inovação e às suas consequências na organização dos sistemas produtivos.

Com as transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, esse termo passou a privilegiar outras maneiras de pensar os indicadores para dimensionar novos modelos mais voltados à melhoria das condições e qualidade de vida da população. Com isso, os debates ganharam outros conceitos e proporcionaram uma “interdisciplinaridade”. Assim, o desenvolvimento passou a ser percebido como um “processo complexo, sujeito a variáveis históricas relacionadas à cultura, a economia, ao território e às relações sociais” (CARNIELLO; SANTOS, 2013, p. 325-345).

Essa compreensão do desenvolvimento como parte da organização social, segundo os autores, além de complexa, é múltipla e dinâmica e, assim, a superação ou acréscimos à ótica preponderantemente econômica impõe dois desafios: “compreender as implicações conceituais e metodológicas do desenvolvimento” e “discutir disciplinarmente como cada área do conhecimento aborda a temática” (CARNIELLO; SANTOS, 2013, p. 327).

Entre as áreas do conhecimento está a da comunicação. Wilbur Schramm (1964), um dos pioneiros nos estudos referentes a essa temática, é autor de um livro seminal encomendado e publicado com o apoio da *Unesco: Mass media and National Development*, tendo sido traduzido para o português em 1970 – *Comunicação de Massa e Desenvolvimento*. Para Schramm, não há desenvolvimento econômico sem uma mudança social, que ele define como “um conjunto de transformações humanas”. O autor defende ainda é preciso

haver “mudança de valores e atitudes, relações humanas, costumes, comportamento social na pauta da revisão e da reformulação” (SCHRAMM, 1970, p. 31-32).

Nesse sentido, Schramm apresenta a comunicação como uma das ferramentas mais eficazes para desempenhar essa tarefa de atuar sobre o comportamento das pessoas. Isso porque, segundo o autor, a tarefa dos veículos de comunicação de massa consiste justamente em acelerar e tornar mais fácil a transformação social necessária para o desenvolvimento, que ele considera longa e lenta.

Essa transformação social por meio da comunicação é possível graças ao poder que esta área exerce sobre o homem. No jornalismo, tal particularidade é comparada ao poder simbólico, que segundo Bourdieu (1989) é capaz de fazer ver e crer, podendo confirmar ou transformar a visão das pessoas. A imprensa, em sua prática, implícita ou explicitamente, divulga para os mais diversos públicos abordagens, concepções e discussões sobre o tema desenvolvimento, apresentando-o de modo diferenciado e seletivo; algumas vezes mais recorrentemente e outras menos; umas mais ancoradas em opiniões de agentes e instituições mais legítimas, outras nem tanto.

Entendendo o papel da comunicação exercido pelas mídias, seja impressa ou eletrônica, atuando de forma direta ou indireta na sociedade, representando um significativo instrumento de poder, considera-se relevante analisar o desenvolvimento no Tocantins sob essa perspectiva.

No Tocantins, alguns autores consideram que a imprensa foi fundamental para a propagação dos ideais separatistas. Também, é apresentada como importante meio para motivação da população nortense em prol do desenvolvimento da região, considerada isolada e atrasada até a criação do Estado do Tocantins, em 05 de outubro de 1988 (CAVALCANTE, 2003).

Fatos diversos relativos a mais nova unidade federativa brasileira, desde então, são noticiados sob diferentes formas, olhares e vozes. Diante dessas considerações, esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento do Tocantins nos primeiros 30 anos (1988-2018) após a criação do Estado, na perspectiva da imprensa, identificando os temas, gêneros jornalísticos e as fontes e vozes presentes na pauta sobre a temática objeto de estudo¹.

¹ Esta dissertação sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins na perspectiva da imprensa foi projetada para ser um estudo comparativo com a imprensa sobre o desenvolvimento no Estado do Amapá, no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Edital nº 21/2018, Procad Amazônia), título: Construções de estratégias de desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais do Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades. Infelizmente, em função da epidemia da Covid-19, a pesquisa ficou restrita à imprensa tocaninense.

Mediante ao exposto, apresenta-se como questões centrais de pesquisa a saber: como a imprensa tocantinense noticiou o processo de desenvolvimento local. Quais temas abordou, quais gêneros jornalísticos predominaram e quais foram os atores e grupos sociais que tiveram espaço no jornal, ou seja, poder de representação para se manifestar sobre o desenvolvimento tocantinense.

A hipótese construída inicialmente é a de que nas matérias que trataram do desenvolvimento no Estado, durante o período estudado, prevaleceu uma perspectiva de desenvolvimento mais estreita e local, mais técnica e econômica, de caráter mais informativo. No tocante aos agentes e grupos com poder de representação para falar sobre desenvolvimento, pressupõe-se uma predominância para as vozes especializadas.

Para tanto, foram realizados três tipos de análises de um *corpus* formado de textos jornalísticos sobre o desenvolvimento tocantinense: dos enquadramentos, dos gêneros jornalísticos e das vozes presentes na cobertura da imprensa sobre o tema estudado.

A pesquisa documental foi realizada a partir do Jornal do Tocantins, tendo em vista ser este um dos veículos mais tradicionais do Estado, com maior tempo em atividade/circulação, 42 anos; com maior número de assinantes e leitores, aproximadamente 10 mil até o dia 31 de dezembro de 2018, quando circulou sua última edição na versão impressa; e ter circulado em cerca de 80% dos municípios tocantinenses (SILVA; ROCHA, 2018).

Ao todo, foram analisadas mais de 500 edições, das quais foram selecionados 525 textos. Na primeira análise, de enquadramento dos textos sobre o desenvolvimento tocantinense, foram formados 38 quadros (ENTMAN, 1993; GAMSON; MODIGLIANI, 1989; MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Na sequência, verificou-se os gêneros jornalísticos presentes (BELTRÃO, 1980; MELO, 2006). É importante citar que essa análise foi realizada nesta pesquisa apenas para ser contextualizada com os enquadramentos. Por fim, foi feita a classificação das vozes, com o objetivo de identificar os grupos sociais presentes na cobertura sobre o desenvolvimento (HALL et al., 1978; MOLOTCH; LESTER, 1974; CHAPARRO, 1996; GANS, 1980).

É importante citar que a presente pesquisa figura como uma contribuição para a ampliação dos estudos em mídia e desenvolvimento, sobretudo no Estado do Tocantins, onde esse tipo de estudo ainda pode ser considerado incipiente.

Este livro está estruturado em oito seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção traz a visão teórica acerca da imprensa enquanto poder simbólico, que segundo Bourdieu (1989) é capaz de transformar visão e ação do mundo.

Na seção seguinte, são discutidas teorias e gênese do desenvolvimento, assim como os processos de transformações ocorridos ao longo da história. Nessa perspectiva, essa seção também aborda o desenvolvimento no território tocantinense, com a evolução de dados socioeconômicos ao longo de suas três primeiras décadas.

A quarta seção apresenta os aspectos históricos sobre a imprensa no contexto do desenvolvimento, a participação da comunicação nos principais eventos mundiais. Discute ainda a evolução dos meios de comunicação no tempo, do surgimento da imprensa aos dias atuais; e a história da imprensa tocantinense, cujo estudos mostram que a imprensa teve um importante papel no processo de autonomia da região do então Norte goiano, tendo sido um instrumento de motivação da população para acreditar que o momento era propício para a região saísse do isolamento e encontrasse o caminho do desenvolvimento.

Na seção seguinte são abordados os estudos de Wilbur Schramm sobre comunicação de massa e desenvolvimento, de forma a apresentar como essa área do conhecimento pode contribuir para as melhorias locais, regionais ou nacionais. Baseado nas pesquisas de Daniel Lerner, Y.V.L. Rao, Leonard Doob e do Dr. Allan R. Holmberg, o autor conclui que os veículos de massa são agentes de transformação social, fator considerado importante para o desenvolvimento.

A seção seis apresenta os aportes metodológicos utilizados na realização das análises de enquadramento, classificação dos gêneros jornalísticos e os atores sociais presentes na cobertura da imprensa sobre o tema desenvolvimento.

Na sétima seção são discutidos os dados e os resultados obtidos após análise do material sobre desenvolvimento obtidos a partir do Jornal do Tocantins no período pesquisado. Os estudos foram feitos com base em 38 enquadramentos de textos, dois gêneros jornalísticos e 39 grupos de fontes e vozes.

Por fim, são apresentadas as considerações finais acerca do estudo sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins na perspectiva da imprensa.

Capítulo 02

IMPRENSA: UM PODER SIMBÓLICO

Esta seção está fundamentada em estudos e teorias sobre o trabalho da imprensa, com o objetivo buscar responder a questões como: de que forma a comunicação age em prol do desenvolvimento, como a imprensa atua nesse sentido, e por que consegue influenciar as pessoas de forma coletiva? Nesse contexto, alguns autores encontraram uma perspectiva teórica para analisar essas e outras questões referentes à pesquisa.

2.1 O poder invisível e legítimo da imprensa

O poder exercido pela imprensa é comparável ao poder simbólico, que segundo Bourdieu é capaz de convencer e transformar visões, mentes e ações. Esse poder simbólico é ainda “invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Por essa ótica, entende-se que a imprensa tem seu poder legitimado e fortalecido continuamente à medida que é demandada pela sociedade. Esse poder simbólico, conforme Bourdieu (1989), faz parte de um sistema que desempenha uma função social ao servir de instrumento de conhecimento e de comunicação para o homem.

O autor se refere ao homem como um animal simbólico que constrói símbolos percebidos na arte e na linguagem. “Esses símbolos tornam possível o *consensu* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

À luz de Bourdieu (1989), acredita-se que esse poder simbólico é um poder de construção da realidade, sobretudo no campo social. O autor estabelece seu pensamento, sugerindo o que Durkheim² chama de conformismo lógico, à medida que esse poder consegue a aceitação de todos.

É importante salientar que os sistemas simbólicos, segundo a teoria bourdiana, distinguem-se fundamentalmente conforme são produzidos por grupo de especialistas pertencente à classe dominante com suas ideologias para legitimar seu poder de forma a não ser percebida. Tal como assemelha-se o trabalho da imprensa, que é produzido por um corpo técnico formado por jornalistas que exercem as funções de editores, redatores,

2 Durkheim, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Abril Cultural, 1912/1981.

repórteres, dentre outras, que por sua vez detêm um poder ideológico e legitimada pelas massas por seu discurso anônimo e impessoal na produção da notícia.

Conforme Bourdieu, esses produtos derivados do jornalismo aqui definidos como bens simbólicos, atingem as diferentes instâncias da sociedade pela função que cumprem na produção, reprodução e difusão, podendo resultar de dois campos opostos: o erudito e a indústria cultural. O que diferencia esses dois modos de produção é a quem se destina cada um deles, uma vez que os públicos potenciais são diferentes, com modos, ideologias e estilos distintos. Enquanto o campo de produção erudita se destina à elaboração de seus produtos a um público de produtores de bens culturais, segundo Bourdieu (1974), o campo da indústria cultural é voltado ao grande público, que pode ser recrutado tanto entre não-intelectuais das classes dominantes como nas demais classes sociais.

Diferentemente de outras áreas específicas, a comunicação, mais precisamente a imprensa, se estabelece tanto no campo erudito como no da indústria cultural. Para ser mais compreensiva, a imprensa se aproxima do campo erudito à medida que produz para um grupo social intelectual e independente. De acordo com Bourdieu (1974), esse campo pode ser caracterizado pelas obras criadas prioritariamente para o consumo dos próprios artistas; e as teorias que justificam sua ideologia são formuladas por eles próprios.

Assim como também está mais próxima da indústria cultural quando os bens produzidos se destinam a um público social heterogêneo, segundo Bourdieu (1974), e quando se submete buscar lucro, com vistas à conquista do maior mercado possível. Com relação a esse campo, Hall (1984) diz que as indústrias culturais têm o poder de adaptar e reconfigurar constantemente o que representam. “O estudo da cultura popular tem seu centro nas relações que estruturam constantemente as formas dominantes e subordinadas, ou seja, as relações de força mutantes e desiguais que definem o campo da cultura” (HALL, 1984, p. 103-104).

Tanto a indústria cultural como o campo de produção erudita constituem-se esferas opostas de atividade que favorecem suas funções próprias e a organização de meios técnicos adequados a estas funções. Conforme Bourdieu (1974), ambas são produzidas por artistas e intelectuais altamente profissionalizados, e caracterizam-se por uma idêntica valorização da técnica que orienta a produção.

Deste modo, podemos então concluir que a imprensa exerce seu poder e produz conteúdo informativo abordando todas as áreas do desenvolvimento para os mais diversos públicos. Como age para influenciar e os efeitos desse campo no processo de desenvolvimento são assuntos a serem discutidos a seguir.

2.2 Os efeitos invisíveis e a influência da imprensa

O jornalismo, de acordo com a teoria bourdiana, atinge as estruturas mentais, ou seja, que muda maneiras de ver e de pensar. Apresentadores de jornais televisivos, repórteres e editores de periódicos, e colunistas, por exemplo, tornaram-se o que o autor chama de “pequenos diretores de consciência que se fazem, sem muito esforço, porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa e que dizem o que se deve pensar (BOURDIEU, 1997).

Para o autor, os jornalistas detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, exercendo uma forma de dominação que considera raríssima, pois “têm o poder sobre os meios de se exprimir e de existir publicamente, de ser conhecido, e de ter acesso à notoriedade pública” (BOURDIEU, 1997, p. 66).

O jornalismo é capaz de representar todas as opiniões e pontos de vista. O que diferencia esse trabalho dos demais, segundo Traquina, é o fato de ver no acontecimento um caso noticiável, de conhecer normas que orientam a seleção de fatos e a elaboração das notícias, e a capacidade do jornalista de compilar todas as informações e ‘empacotá-las’ numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante (TRAQUINA, 2005, p. 43).

Contudo, é possível perceber a importância da imprensa nos processos de desenvolvimento, uma vez que os jornalistas possuem meios particulares de comunicar e promover a construção de consensos. Tanto que são considerados formadores de opinião. Levando-se em conta seu papel na sociedade, o jornalismo é considerado um aliado da democracia e passou a ser considerado como o Quarto Poder, em referência aos outros três poderes institucionais: executivo, legislativo e judiciário (TRAQUINA, 2005).

É importante citar que o universo jornalístico pode ser considerado como um campo independente, mas que está sob a pressão do campo econômico, por intermédio do índice de audiência. Porém, age sobre os demais campos com todo o seu poder de dominação, influenciando decisões, opiniões e a vida das pessoas. Nesse universo, o papel do jornalista é fundamental na produção de conteúdo informativo. Estes profissionais estão sujeitos a alguns fatores que podem determinar sua independência ou não, entre os quais podemos aqui citar a linha editorial do jornal e forças externas, como o mercado dos leitores e dos anunciantes (BOURDIEU, 1997).

Assim, o autor compara o mundo do jornalismo a um microcosmo que tem leis próprias, sendo definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre de outras áreas. “Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que

o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Portanto, é notória a influência que a imprensa exerce no modo de pensar das pessoas. À medida que divulga fatos reais e, por conseguinte, esses são socializados, influenciam nas decisões e na maneira de viver da população. Desta maneira, podemos concluir que, ao influenciar nas decisões, age no processo de desenvolvimento de qualquer país ou região, apesar de raramente adquirir um papel constitutivo dos planos de desenvolvimento.

Segundo Hall *et al.* (1999), imparcialidade, objetividade e responsabilidade social estão entre os aspectos que norteiam os processos de produção de notícias e, conseqüentemente, a maneira como a informação será exposta à sociedade. É importante citar que, no caso da imparcialidade jornalística, os autores aqui consideram que as notícias são criadas a partir de assuntos fornecidos por fontes institucionais e credíveis. Assim, as noções de imparcialidade servem para assegurar aos jornalistas que seus textos sejam fundamentados em informações objetivas fornecidas por “fontes acreditadas”. Essas mesmas regras que regem a imparcialidade dos jornalistas “servem também para orientar poderosamente os medias nas definições da realidade social que as suas fontes acreditadas – os porta-vozes institucionais – fornecem.” Desta forma, a imprensa tende, “fiel e imparcialmente”, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na sociedade (HALL *et al.*, 1999, p.229).

Assim, uma das etapas da produção jornalística compreende a seleção de conteúdo. Para tanto, deve haver organização de rotina de jornais, de forma a respeitar os tipos regulares de áreas noticiosas, uma vez que, dentre os muitos itens em cada umas das categorias, o jornalista precisa selecionar o assunto de interesse para o leitor, o chamado valor-notícia. É exatamente nesse ponto, segundo os autores, que a ideologia profissional do que constitui boas notícias começa a estruturar o processo de produção da imprensa (HALL *et al.*, 1999).

Acontecimentos diversos podem se tornar um assunto noticiável, e dentre o leque de possibilidades lançadas à mão do jornalista estão questões relativas ao desenvolvimento, que nos estudos contemporâneos abarca diferentes áreas (econômica, social, ambiental, cultural, dentre outras). A seleção ou não de um determinado assunto depende do entendimento do profissional de jornalismo, que, conforme Hall *et al.* (1999), se baseia em critérios que possam indicar o valor-notícia, a exemplo do ineditismo, apelo e interesse, ou seja, que afeta o maior número de pessoas.

É no momento da construção da notícia que o jornalista, com toda técnica que orienta a redação jornalística, torna o assunto compreensível ao público. Esse processo de identificação e contextualização na notícia é, para os autores, um dos mais importantes, pois através dele os acontecimentos são tornados significativos pelos jornalistas, que por sua vez dispõem de técnica para identificações culturais do mundo social, sendo esse meio, portanto, responsável por tornar o texto compreensível aos acontecimentos incomum, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável (HALL, *et al.*, 1999).

É preciso destacar que as notícias não são criadas automaticamente, pois dependem de assuntos específicos fornecidos por fontes. Também, estão orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade. Assim, os autores chamam a atenção que as pressões constantes contra o relógio (*deadline*) e as exigências de imparcialidade e objetividade que caracterizam o trabalho dos jornalistas e fazem parte dos aspectos da produção jornalística.

De acordo com Hall, *et al.* (1999, p. 230), os jornalistas reproduzem simbolicamente a estrutura de poder existente na sociedade, mas não se limitam a criar notícias, e nem tampouco a transmitir “a ideologia da classe dirigente num figurino conspiratório”, ou seja, no dia a dia, no processo de produção de notícias, reproduzem as definições dos governantes sem, no entanto, estarem ao seu serviço.

Os jornalistas se tornaram efetivamente independentes a partir da seletividade dos assuntos, à medida que podem impor os seus próprios critérios nas matérias estruturadas, se apropriando ativamente delas e transformando-as. A codificação de itens e tópicos em variações de linguagem pública oferece um elemento significativo de variação no processo de transformação de notícias na sua forma final; mas, como a objetividade e a imparcialidade, esta variação não está, necessariamente, estruturalmente em desacordo com o processo a que chamamos reprodução ideológica (HALL, *et al.*, 1999).

Cabe ainda destacar que a imprensa tem, também, a liberdade de escrever editoriais e exprimir uma opinião acerca de tópicos de grande interesse. Assim, enfatiza-se que as notícias referentes às diversas áreas do desenvolvimento podem ser abordadas em forma de matéria jornalística, artigos de opinião e editoriais, que exprimem as próprias declarações e pensamentos do jornal acerca de um acontecimento. Por meio de editoriais, os autores afirmam que a imprensa pode legitimar e reforçar as ações, trazendo os seus próprios argumentos independentes para influenciar o público na defesa das ações propostas; ou pode fazer pressão sobre os controladores, incitando a opinião do público a apoiar os seus próprios pontos de vista.

Diante de todas essas particularidades que abrangem o trabalho da imprensa, percebe-se o papel de ligação e de mediação crítica que os jornalistas desempenham na formação da opinião das pessoas e na orquestração dessa opinião, sendo considerado por Hall, *et al.* (1999, p. 234) quase um monopólio do “conhecimento social”.

2.3 O ritual estratégico dos jornalistas no processo de produção da notícia

Falando agora especificamente sobre a objetividade jornalística, esta é vista como um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos que a profissão impõe. Por exemplo, ao escreverem uma matéria, estes profissionais podem se resguardar, citando outras pessoas, em vez de dar suas próprias opiniões. Os procedimentos que servem este propósito podem ser encarados como rituais analisados como conduta de rotina obrigatória, sendo que os jornalistas contam com um repertório limitado com o qual definem e defendem a sua objetividade a fim de minimizar os riscos impostos pela natureza do serviço que desenvolvem, uma vez que cada notícia acarreta perigos para profissionais e organizações (TUCHMAN, 1999).

Além de verificar os fatos, a autora defende que o jornalista pode conseguir a objetividade por meio de quatro procedimentos estratégicos: a apresentação de possibilidades conflituais, a apresentação de provas auxiliares, o uso judicioso das aspas e a estruturação da informação numa sequência apropriada.

Sobre a estrutura da notícia, Tuchman traz a seguinte afirmação:

A estrutura da notícia assemelha-se, do ponto de vista teórico, a uma pirâmide invertida. Este é o aspecto formal mais problemático da objetividade para o jornalista. Relativamente aos outros três atributos formais, o jornalista pode afirmar que apresentou pontos de vista contrários; que existiam provas suplementares e que ele se limitou a recolhê-las; que as citações e as informações entre aspas representam as opiniões dos outros, não as suas (TUCHMAN, 1999, p. 83).

Outro ponto importante sobre o ritual estratégico no jornalismo é a formatação de um jornal, que está dividido em seções e páginas. Via de regra, Tuchman (1999) diz que as primeiras páginas contêm notícias de informação geral, e aquelas especializadas, de desporto, finanças e destinadas às mulheres, por exemplo, aparecem em páginas definidas, englobadas em seções distintas. No caso dos artigos de informação geral, que não são objetivos, o autor pontua que estes são colocados na página editorial ou na oposta à do editorial.

Entretanto, o jornalismo não se resume a técnicas de linguagem e formatos, especificamente no campo do jornalismo, também questionam a responsabilidade social da

mídia frente às novas demandas da sociedade atual. Esses pressupostos têm ligação com um dos polos que começaram a se tornar dominantes na emergência do campo jornalístico contemporâneo: o ideológico, que compreende as notícias como um serviço público, tal como observou Traquina (2005). Para este autor, por uma tradição histórica desde o seu surgimento, em meados do século XV, o jornalismo traz em sua essência o compromisso social da informação dentro de uma sociedade democrática.

Neste sentido, a comunicação efetivada pelas mídias, seja impressa ou eletrônica, é fundamental na mobilização da sociedade, tornando-se um significativo instrumento de poder. Afinal, como cita Melo (1989), esse poder é capaz de influenciar o modo de pensar, sentir e agir das pessoas; e representa uma variável fundamental no enfrentamento de crises. Assim, considera-se relevante analisar o campo jornalístico, como fora discutido neste capítulo, e verificar as suas particularidades para entendermos a evolução socioeconômica e cultural no Tocantins, bem como a sua relação com o desenvolvimento. Deste modo, é importante trazer a gênese do processo de desenvolvimento no mundo, no Brasil e, principalmente no Estado ora pesquisado.

Capítulo 03

DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E GÊNESE

Por muitos anos, diversos autores se dedicam a estudar o desenvolvimento sob diferentes aspectos, em épocas distintas. Com a finalidade de uma maior compreensão acerca do tema ora estudado é importante dispor de alguns conceitos sobre desenvolvimento, que inicialmente apresenta-se diretamente ligado ao contexto econômico, devido à necessidade da elaboração de um modelo que englobasse todas as variáveis econômicas e sociais. Sob esse prisma, diversos autores apresentaram reflexões, mas por não ser esse o único foco deste trabalho, serão abordados três pensamentos.

Um desses é o de Walt Whitman Rostow (1960), para quem o conceito de desenvolvimento está relacionado diretamente às questões econômicas. O autor acreditava que os setores da economia seriam a base do desenvolvimento e que o fortalecimento e o crescimento da economia estariam relacionados às iniciativas de modernização.

A teoria de Rostow (1960) aponta “modelos teóricos que consideram o desenvolvimento econômico como um processo de desdobramentos logicamente encadeados em etapas que se articulam”. Suas ideias influenciaram diferentes momentos da história do desenvolvimento europeu. São exemplos a Revolução Industrial e a reconstrução no período do pós-guerra (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016, p. 11 - 14).

Rostow (1960) estabelece a possibilidade de desenvolvimento econômico em cinco etapas, permitindo classificar as sociedades de acordo com seus estágios econômicos:

Sociedade tradicional (*traditional society*): economia baseada na produção rudimentar e tradicional, que busca a subsistência e prioriza o trabalho [...] Sociedade em processo de transição. Nesta etapa busca-se romper com os fatores que determinam rendimentos decrescentes, sobretudo mediante o aumento da especialização do trabalho e a modernização tecnológica. [...] O arranco (*take-off*): nesta etapa não há amarras que impeçam o desenvolvimento, o qual é definido como uma revolução industrial. Fomenta-se a industrialização e ocorre a migração de mão de obra predominantemente rural para o setor industrial. [...] A marcha para a maturidade (*drive to maturity*): Esta fase agrega o aumento da tecnologia moderna, o incentivo à produção e a busca pela diversificação de produtos. [...] E a era do consumo em massa (*high mass consumption*): aqui, Rostow completa seu modelo focando o consumo de uma sociedade industrial massificada (SANTOS SILVA, 2004, p. 17-19).

Joseph Schumpeter (1982) também é conhecido por suas contribuições na área econômica. Por sua vez, o autor entende por desenvolvimento as mudanças econômicas

influenciadas por própria iniciativa, por meio da inovação e iniciativas de empreendedorismo. Para Schumpeter, a economia em si sem desenvolvimento é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta. Segundo o autor, o aspecto fundamental do desenvolvimento econômico está relacionado ao processo de inovação e aos sistemas produtivos. Assim, enquanto novos produtos e processos forem gerados, a economia estará em crescimento.

Embora o autor defina o crescimento econômico como o resultado de incrementos quantitativos, ele vê no desenvolvimento um processo de mudança qualitativa, gerada em decorrência de uma inovação. O modelo de Schumpeter de “economia estacionária (sem desenvolvimento, mas com crescimento) organiza-se em fluxo circular”, o que constitui uma espécie de “sistema de equilíbrio causado pelas inovações” (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2016 p. 19).

Economistas estabelecem uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. No primeiro caso, é compreendido pela expansão do produto real da economia durante certo período de tempo; no segundo, o conceito é considerado leva em consideração à melhoria dos indicadores sociais e distribuição de renda.

Por fim, com uma visão menos econômica e mais social, o economista indiano Amartya Sen considera as “liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos” para o desenvolvimento. Para o autor, as liberdades individuais são consideradas essenciais nesse processo por duas razões: porque a liberdade favorece a oportunidade de as pessoas terem resultados valiosos e por ser um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social (SEN, 2010, p. 32-33).

Sen defende que a maior liberdade influencia positivamente no potencial humano para cuidar de si mesmo e estimular o processo de desenvolvimento, e questiona as concepções de desenvolvimento restritas ao crescimento do PIB e ao aumento das rendas pessoais, ou de qualquer outra avaliação que tenha como critério único indicadores monetários. A ideia de desenvolvimento aqui é que, “a vida das pessoas é a finalidade última, sendo a produção e a prosperidade meros meios para atingi-la” (FREITAS *et al.* 2016, p. 56).

Seu objetivo é mostrar que as pessoas não podem sofrer privação de capacidades e que estejam livres para viver do modo que preferirem; ou seja, que possam agir para ir ao encontro das mudanças a eles propiciadas, de acordo com seus valores e objetivos. Na abordagem seniana, a noção de desenvolvimento sustenta que este somente pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos meios para realizar os objetivos que se busca (SEN, 2010).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano passa a ser concebido como expansão das capacidades; e sua avaliação tem como foco a liberdade, uma vez que “a capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver”. Assim, entende-se que o desenvolvimento pode ser alcançado à medida que as pessoas têm a liberdade e a capacidade de escolha (SEN, 1993, p. 318).

Abrindo um parêntese aqui, nesse contexto, vale citar que a imprensa desempenha um papel fundamental na medida que representa um dos instrumentos da democracia e influencia no processo de escolha e tomada de decisão em uma sociedade. Ao estudar a comunicação no processo de desenvolvimento, Wilbur Schramm (1970) destaca o efeito social básico da informação livre e reforça que a própria Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas situou a informação como um dos direitos básicos e que um fluxo adequado de informação é necessário para que a população seja alcançada e tenha condições de participar do processo de decisão.

Como é possível observar nas três teorias, descritas acima de forma resumida, o conceito de desenvolvimento foi se modificando em momentos distintos, por diferentes autores. As fases pelas quais vêm se dando esse processo é o que será discutido na seção seguinte, que trata da contextualização histórica do desenvolvimento.

3.1 Desenvolvimento no contexto histórico

Após a crise do capitalismo liberal, em 1929, e a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, período em que foram registradas diversas transformações de caráter social e econômico no mundo ocidental, as discussões acerca do desenvolvimento ganharam visibilidade e grande importância no contexto político e social. É a partir deste momento histórico que se pretende aqui traçar uma espécie de linha do tempo sobre essa temática.

A contar desse período, vários países procuraram acelerar o crescimento econômico, de forma a aumentar a renda e diminuir a pobreza por meio de medidas de industrialização compulsória. Segundo Sunkel e Paz (1988), com o fim do conflito bélico, que por sua vez foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, o tema passou a ser tratado com o objetivo de banir do mundo grandes problemas, a exemplo do desemprego, miséria, discriminação racial, e desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Assim, as tarefas dos primeiros anos do período pós-guerra eram a de reconstrução e solução dos problemas imediatos de suprimento de países devastados pela guerra, como a revitalização do sistema econômico internacional, baseado em políticas de pleno emprego nas nações industrializadas (SUNKEL; PAZ, 1988).

Com o objetivo de promover um crescimento mais rápido nos continentes asiático, africano e latino-americano, foram estabelecidas medidas que fossem capazes de alcançar tal meta. Com isso, segundo Bresser-Pereira (2010), formou-se um consenso desenvolvimentista que recebeu apoio da ONU e de seus diversos órgãos internos, com a finalidade de desenvolver uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais, de modo a manter o equilíbrio mundial. Dentre esses organismos criados, estão o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, e o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

O marco da “era do desenvolvimento”, como assim denominou Gustavo Esteva (1996, p. 1) é estabelecido a partir de 20 de janeiro de 1949, quando, em seu discurso inaugural, o ex-presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, entregou seu Plano de Quatro Pontos, descrevendo a política externa dos EUA, e declarando, pela primeira vez, o Hemisfério Sul como território subdesenvolvido.

Naquela época já havia o interesse de países, a exemplo dos Estados Unidos e União Soviética, principais potências industriais à época, de expandir mercado, sobretudo na busca por consumidores nas regiões tidas como subdesenvolvidas, sob a promessa de desenvolvê-las. Destarte, sob a influência dos EUA, o desenvolvimento disseminado “partia da concepção da necessidade da modernização de sociedades vistas como atrasadas ou subdesenvolvidas, tendo como parâmetro os países desenvolvidos” (PERUZZO, 2014, p. 163).

A ideia de desenvolvimento ora propagada estava no centro da visão de mundo e o desenvolvimento foi o veículo conceitual que permitiu que os EUA se comportassem como arauto da autodeterminação nacional, criando ao mesmo tempo um novo tipo de dominação mundial: “um imperialismo anticolonial” (SACHS, 1992).

Na América Latina, particularmente no Brasil, adotou-se o modelo de desenvolvimento conhecido como de Substituição de Importações (MSI), cuja finalidade era a de industrializar a região. Para tanto, o Estado foi o grande incentivador, ao disponibilizar a rede de infraestrutura básica, e viabilizar os financiamentos necessários ao processo de industrialização, ao mesmo tempo que também participava como produtor industrial em alguns ramos de atividade (MATTEI, 2013).

Por buscar promover o desenvolvimento econômico e a consolidação da nação, sendo o Estado o elemento catalisador desse processo, esse modelo ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”. Assim, este era uma estratégia “patrocinada”, de um modo ou de outro, pelos industriais, pelas burocracias públicas e pelos trabalhadores urbanos,

vindo a sofrer oposição intelectual dos economistas neoclássicos e oposição política das classes médias liberais e da velha oligarquia, cujos interesses se baseavam na exportação de bens primários (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 08).

A ideologia desenvolvimentista inaugura-se em território brasileiro no governo de Juscelino Kubistchek, na década de 1950, e intensifica-se nos anos 60, quando são reforçadas as campanhas de desenvolvimento, como fortes estratégias de melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos. Neste período da história, segundo Stavenhagen (1984), a palavra-chave era modernização.

Nesse processo incluía-se a industrialização das economias nacionais mediante a incorporação de novas tecnologias produtivas e a rápida transformação de formas consideradas tradicionais de organização social em modernas burocracias fundadas nos princípios do liberalismo (ROSTOW, 1960).

Ainda neste período, surgiu a chamada teoria da dependência como uma contestação das teses lançadas pela teoria da modernização capitalista. A visão aqui era focar na desigualdade de condições nas quais os países subdesenvolvidos tiveram que operar dentro da economia mundial e postulou que a condição de subdesenvolvimento foi um resultado do mesmo processo de desenvolvimento de países desenvolvidos (FRANK, 1971; AMIN, 1974).

Também surgiu uma teoria paralela de modernização, fundada no materialismo histórico de orientação marxista-leninista, que apesar de possuírem visões diferentes, também pregava para os países subdesenvolvidos o caminho da industrialização de suas economias e a eliminação de formas “arcaicas” de organização social (BETTLEHEIM, 1963).

Na década de 1970, as crises na economia mundial, estimuladas em parte pelos aumentos no preço de petróleo, segundo Little (2002), colocaram em questão alguns dos princípios básicos do Estado de bem-estar nos países do centro capitalista. Nessa mesma década, o modelo econômico dos países do bloco soviético entrou em crise, levando à sua falência no final da década seguinte. Um dos resultados dessas crises foi o ressurgimento da ideologia neoliberal, liderada pelos governos de Thatcher (Grã-Bretanha) e Reagan (EUA), junto com a flexibilização nos fluxos de capital e avanços tecnológicos na área das telecomunicações (HARVEY, 1989).

Essa ideologia dominou as políticas econômicas da maioria dos países, na década de 1990. A partir de sucessivas crises financeiras em diferentes países, a exemplo da Indonésia, Coreia do Sul, Rússia, Brasil e Argentina, com consequências globais, essa ideologia começou a ser abalada (LITTLE, 2002).

Antes, porém, no final da década de 1980, surgem as primeiras análises em torno do desenvolvimento, situação essa que segue pelo século seguinte, acompanhada de tentativas de articular regimes alternativos de representação e prática. E num contexto global, teorias de desenvolvimento social, local e outras são vinculadas, com o objetivo de se conquistar melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, procurou-se unir os aspectos econômico e social do desenvolvimento (LITTLE, 2002).

O conceito de desenvolvimento endógeno, modelo que recomendava que os países fugissem da imitação mecânica das sociedades industrializadas, é criado, pois acreditava-se que as soluções seriam locais e não globais, aproveitando as potencialidades de cada localidade. Neste contexto, Stavenhagen (1984) vê a necessidade de se aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las como obstáculos ao desenvolvimento, como ocorria nas primeiras décadas do desenvolvimento.

Assim, surgem algumas ideias nesse sentido, a exemplo do etnodesenvolvimento, que busca o desenvolvimento junto às comunidades indígenas. No Brasil, foi por meio da Constituição de 1988 que se deu o reconhecimento formal do direito à organização e à representação própria dos indígenas. E o conceito etnodesenvolvimento, até início dos anos 1990, não era um tanto conhecido, vindo a se destacar no discurso e nas agendas governamentais mais tarde, tendo sido mudado para Desenvolvimento Sustentável posteriormente, tornando-se popular através da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), denominada “Rio 92” (MEDEIROS, 2011).

Essas adequações ocorridas no modelo ocidental de desenvolvimento ao longo dos anos já davam sinais de fracasso visto que a promessa de riqueza e melhorias para as nações não conseguia se concretizar. Tanto que na década de 1980, considerada perdida para a economia, pela não obtenção dos lucros esperados, predominou o pessimismo, segundo Coriolano (2003). Nesse momento ganha força discursos contra o modelo propagado, momento em que o enfoque pós-estruturalista é utilizado como forma de reconhecimento da importância da realidade social e cultural nesse processo.

Assim, diversos autores passam a perceber os efeitos do poder na representação da realidade social nos modos permissíveis de ser e de pensar os países subdesenvolvidos, o que motivou uma corrente de pensamento pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2007).

O ideário desse movimento estava fundamentado na valorização das sociedades que não se desenvolveram; na desvalorização da ideia de progresso; na crítica dos principais vetores do desenvolvimento (economia, Estado-nação, educação, ciência, colonização mental, pensamento único, meios de comunicação e organizações internacionais); e na crítica das práticas desenvolvimentistas (ESCOBAR, 2007).

Escobar, um dos principais nomes dessa corrente, considera o subdesenvolvimento uma invenção. Para o autor, o desenvolvimento disseminado representa nada mais do que uma “resposta à problematização da pobreza que ocorreu nos anos após a Segunda Guerra Mundial” (ESCOBAR, 2007, p. 86).

Contudo, muitos autores passaram a ver o desenvolvimento como um fenômeno complexo e com dimensões variadas, voltadas não apenas para a economia, mas também para o território, recursos naturais, pessoas e suas ações, conforme mencionado anteriormente. Surgem, então, novos conceitos para definir esse processo, a exemplo do Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano; e Desenvolvimento Social.

E diante dessa característica multidimensional do desenvolvimento, a comunicação, a exemplo do meio ambiente, dentre outros campos, se põe como um dos mecanismos para a viabilização desse processo no Estado do Tocantins, como será abordado a seguir.

3.2 O desenvolvimento no território tocantino

O Tocantins é um dos sete estados da região Norte do Brasil, localizado na área de abrangência da Amazônia Legal. Possui uma área de 277.720,404 Km², o equivalente a 7,21% da área da região, e 3,26% do território nacional, segundo dados dos Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins (2019).

Ao Norte, o Tocantins limita-se com os estados do Maranhão e Pará; ao Sul com Goiás; a Leste com o Maranhão, o Piauí e a Bahia; e a Oeste com o Pará e o Mato Grosso. Está subdividido em 139 municípios, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Relação dos municípios tocaninenses (continua)

Municípios do Tocantins		
1. Abreulândia	48. Dois Irmãos do TO	95. Pau d' Arco
2. Aguiarnópolis	49. Dueré	96. Pedro Afonso
3. Aliança do Tocantins	50. Esperantina	97. Peixe
4. Almas	51. Fátima	98. Pequizeiro
5. Alvorada	52. Figueirópolis	99. Pindorama do Tocantins
6. Ananás	53. Filadélfia	100. Piraquê
7. Angico	54. Formoso do Araguaia	101. Pium
8. Aparecida do Rio Negro	55. Fortaleza do Tabocão	102. Ponte Alta do Bom Jesus
9. Aragominas	56. Goianorte	103. Ponte Alta do Tocantins
10. Araguacema	57. Goiatins	104. Porto Alegre do TO
11. Araguaçu	58. Guaraí	105. Porto Nacional

12. Araguaína	59. Gurupi	106. Praia Norte
13. Araguanã	60. Ipueiras	107. Presidente Kennedy
14. Araguatins	61. Itacajá	108. Pugmil
15. Arapoema	62. Itaguatins	109. Recursolândia
16. Arraias	63. Itapiratins	110. Riachinho
17. Augustinópolis	64. Itaporã do Tocantins	111. Rio da Conceição
18. Aurora do Tocantins	65. Jaú do Tocantins	112. Rio dos Bois
19. Axixá do Tocantins	66. Juarina	113. Rio Sono
20. Babaçulândia	67. Lagoa da Confusão	114. Sampaio
21. Bandeirantes do TO	68. Lagoa do Tocantins	115. Sandolândia
22. Barra do Ouro	69. Lajeado	116. Santa Fé do Araguaia
23. Barrolândia	70. Lavandeira	117. Santa Maria do TO
24. Bernardo Sayão	71. Lizarda	118. Santa Rita do Tocantins
25. Bom Jesus do Tocantins	72. Luzinópolis	119. Santa Rosa do TO
26. Brasilândia do TO	73. Marianópolis do TO	120. Santa Tereza do TO
27. Brejinho de Nazaré	74. Mateiros	121. Santa Terezinha do TO
28. Buriti do Tocantins	75. Maurilândia do Tocantins	122. São Bento do Tocantins
29. Cachoeirinha	76. Miracema do Tocantins	123. São Félix do Tocantins
30. Campos Lindos	77. Miranorte	124. São Miguel do TO
31. Cariri do Tocantins	78. Monte do Carmo	125. São Salvador do TO
32. Carmolândia	79. Monte Santo do Tocantins	126. São Sebastião do TO
33. Carrasco Bonito	80. Muricilândia	127. São Valério da Natividade
34. Caseara	81. Natividade	128. Silvanópolis
35. Centenário	82. Nazaré	129. Sítio Novo do Tocantins
36. Chapada da Natividade	83. Nova Olinda	130. Sucupira
37. Chapada de Areia	84. Nova Rosalândia	131. Taguatinga
38. Colinas do Tocantins	85. Novo Acordo	132. Taipas do Tocantins
39. Colméia	86. Novo Alegre	133. Talismã
40. Combinado	87. Novo Jardim	134. Tocantínia
41. Conceição do Tocantins	88. Oliveira de Fátima	135. Tocantinópolis
42. Couto de Magalhães	89. Palmas	136. Tupirama
43. Cristalândia	90. Palmeirante	137. Tupirantins
44. Crixás do Tocantins	91. Palmeiras do Tocantins	138. Wanderlândia
45. Darcinópolis	92. Palmeirópolis	139. Xambioá
46. Dianópolis	93. Paraíso do Tocantins	-
47. Divinópolis do TO	94. Paranã	-

Fonte: IBGE (2010), adaptado pela autora.

Nesses municípios está distribuída a população tocantinense, estimada em 1.590.248 de pessoas, sendo que 78,8% desse total estão localizadas em área urbana. (IBGE, 2019).

O estado mais novo da federação foi criado pela Carta Constitucional no dia 05 de outubro de 1988 e instalado em 1º de janeiro de 1989, desde a Constituição Estadual. Sua Capital definitiva, Palmas, foi construída no centro do Estado, no meio do Cerrado, na margem esquerda do Rio Tocantins, no dia 20 de maio de 1989, sendo caracterizada pelo seu planejamento moderno (BRASIL, 1988).

Com relação ao crescimento populacional, o Estado registrou taxa de 1,07% em 2021 em relação a 2020. A projeção é de que no Tocantins há 1.607.363 habitantes. Palmas concentra a maior parte, com uma população estimada em 313.349 em 2021. A taxa de crescimento da Capital é de 2,30%. Na posição dos maiores municípios tocantinenses, ao lado de Palmas, estão Araguaína, com população estimada em 186.245 habitantes; e Gurupi, com 88.428 moradores (IBGE, 2021).

A economia tocantinense possui forte tendência para as atividades agropecuária, com destaque para a produção de grãos, sobretudo de soja, e para a criação de rebanho bovino. Na primeira década, entre os anos de 1990 e 2000, o setor fechou o período em crescimento em volume de 1,06% em relação a 1999. Na segunda década, entre 2000 e 2010, a atividade continuou em crescimento. Em valor adicionado, o crescimento no período foi de 71,21%, um crescimento médio anual de 3,24% (IBGE, 1990, 1999, 2000, 2010 e 2016).

Entre 2010 e 2013 o setor agropecuário foi o que melhor se desenvolveu com 9,3% de crescimento anual, e 30,3% no acumulado. Em 2017, o setor obteve 26,7%, maior variação em volume entre os grupos de atividade (IBGE, 2016).

O PIB do Estado de 2017 teve crescimento em volume de 3,1%, em relação a 2016, equivalendo a R\$ 34,10 bilhões. Em 2018, o PIB subiu mais de R\$ 1 bilhão em relação a 2017, ficando em R\$ 35,6 bilhões, de acordo com dados do IBGE divulgados em 2020. A agropecuária teve acréscimo em volume de 1,1% em relação ao ano anterior (IBGE 2019 e 2020).

O setor de serviços foi o que obteve o melhor desempenho, com crescimento em volume de 2,8% em 2018, saindo de uma participação de 71,8%, em 2017, para 74,7%. Em 2020 este setor foi o que absorveu a maior parte da população economicamente ativa no Tocantins, com saldo de 1.006 empregos formais gerados. Enquanto que a Indústria apresentou decréscimo em volume de 1,4%, na comparação com o ano anterior (IBGE, 2020; MTE, 2020).

Sua posição em relação aos demais estados brasileiros, localizado na parte central do Brasil, favorece o seu crescimento e desenvolvimento. Mas nem sempre foi assim. Antes de 1988, o território pertencia à região Norte do Estado de Goiás, caracterizada pela situação de pobreza, atraso e isolamento “por vias de transporte inadequadas para o escoamento da produção, pelo abandono por parte da elite do sul de Goiás”, e por condições precárias de vida da população (OLIVEIRA, 2019, p. 93).

Essas condições, aliadas a divergências em relação a questões tributárias, provocadas pela cobrança do imposto de captação, em 1735, que a capitania do sul de Goiás impôs sobre as minas de ouro do Norte, principal atividade econômica à época, teria despertado na população nortense os primeiros anseios separatistas (PALACÍN, 1990; apud OLIVEIRA, 2019).

Mais tarde, em 1809, a capitania de Goiás é dividida em duas comarcas: a do Sul e a do Norte (São João das Duas Barras), comandadas, respectivamente, pelo capitão general Manoel Inácio Sampaio e pelo desembargador Joaquim Teotônio Segurado. Apesar de a tentativa não ter dado certo, a partir de então emergiu um movimento pró-criação e emancipação do Estado do Tocantins (CAVALCANTE, 2004).

O ideal separatista atravessa o século e, em 1944, o Brigadeiro Lysias Rodrigues defendeu o desmembramento da região, sob o argumento de que a divisão viabilizaria a obtenção de recursos federais para a região e a implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico da região, mas a proposta não conseguiu adesão política (CAVALCANTE, 1999).

Por anos, a região continuou no isolamento e sem condições de desenvolvimento. Até que, na década de 1950, com a construção da Belém-Brasília (BR-153), a situação começou a mudar a partir dos investimentos em infraestrutura, principalmente com o surgimento de novas cidades às suas margens, a exemplo de Araguaína, ao Norte, e Gurupi, ao Sul. A região também recebeu incentivos fiscais na expansão da sua fronteira agrícola no período de 1960 a 1980 (AQUINO, 1996; BRITO, 2009; e FEITOSA, 2011; apud OLIVEIRA, 2019).

Nesse período, o norte goiano registrou, em termos relativos, uma taxa média de crescimento de 4,4% ao ano; superior à média no sul do estado, que registrou 3,9%; e no Brasil, de 2,9%, segundo destaca Oliveira (2019) no trecho a seguir:

Esse crescimento populacional está relacionado à transferência da capital federal para o Planalto Central e ao grande fluxo migratório para essa região, advindo do processo de expansão da fronteira agrícola que, desde as primeiras décadas do século XX, havia atingido o sul do estado e agora avançava pelo norte de Goiás em direção à região Norte do Brasil (OLIVEIRA, 2019, p. 79).

Esses fatores favoreceram também a atividade agropecuária na região. O autor observa que, nesse período, houve uma intensificação da produção de carne bovina, expansão da produção de arroz no vale do Araguaia, e começaram as primeiras experiências com o plantio de soja, que ganha volume com a implantação de projetos, como o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), em Pedro Afonso. Com o avanço da fronteira agrícola, a estrutura socioeconômica da região Passa ainda mais alteração.

Apesar das mudanças ocorridas na região, ainda eram difíceis as condições de vida da população. Além da situação de pobreza, o norte goiano continuava carente de infraestrutura, o que alimentava ainda mais as propostas de redivisão territorial, e o discurso separatista voltava ao debate, sob as justificativas de abandono, descaso, e precariedade nas áreas da educação, saúde e saneamento (OLIVEIRA, 2019).

Em 1981, foi criada a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte de Goiás (Conorte), com o objetivo de conscientizar a população da região sobre as potencialidades econômicas locais, o descaso governamental, os desequilíbrios inter-regionais e as possibilidades que se abriam com a criação do Estado do Tocantins (OLIVEIRA, 1998).

Seis anos depois, o assunto entra novamente em pauta com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Nesse momento são formadas várias subcomissões para discutir os assuntos diversos que deverão ser incorporados à nova Carta Magna, a exemplo da Subcomissão dos Estados, cujo objetivo central a instituição de novos estados, cujo relator era o deputado federal José Wilson Siqueira Campos, do Partido Democrata Cristão de Goiás (PDC-GO) (BARBOSA, 1998; apud OLIVEIRA, 2019, p. 100).

Nessa mesma época é criado o Comitê Pró-Tocantins junto à Subcomissão de Estados da ANC. Em 05 de outubro de 1988, a única proposta de criação de novos estados aprovada foi a do Tocantins. Na ocasião, também, foram transformados em estados os territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Inicialmente, o Tocantins contava com 79 municípios, e com a promulgação da constituição do Estado, em outubro de 1989, foram criados mais 44 municípios. A cidade escolhida para abrigar a capital provisória do estado recém-criado foi Miracema do Tocantins, localizada a cerca de 80 quilômetros do local onde seria construída a capital definitiva, Palmas (CAVALCANTE, 2003).

Foi a partir da criação do Estado do Tocantins que, de acordo com Oliveira, a região de fato começou o seu desenvolvimento. “O crescimento econômico e a urbanização do Tocantins só aconteceram, de fato, a partir da primeira década do século XXI, quando a população teve crescimento médio de 22,5% no período de 2000 a 2010”, apresentando

um crescimento econômico considerável e melhorando seus indicadores socioeconômicos. Em 2020, a estimativa da população tocantinense alcançou 1.590.248 pessoas (OLIVEIRA, 2019, p.7; IBGE, 2020).

Para se ter ideia do crescimento da região após a criação do Tocantins, na área econômica, entre 2002 e 2010, em relação ao PIB, o Estado foi o que mais cresceu no acumulado, com 74,2% em termos relativos. Quanto à geração de empregos formais, de 106.040 no ano 2000, passou para 257.536 em 2013, um crescimento equivalente a 142%; fechando o ano de 2020 com 68.722 novos postos de trabalho, um saldo de 6.742. A agropecuária, base econômica do Tocantins, é uma das atividades que contribuíram para a geração de empregos e o aumento e arrecadação de impostos (IBGE, 2012; MTE, 2014 e 2020).

Na área social, os municípios tocantinenses, que em 1991 tinham uma esperança de vida em média de 59,9 anos, passaram para 72,5 anos em 2010, representando um crescimento de 21%. Na educação, a média de anos de estudos passou de 2,58 anos em 1990 para 5 anos em 2010 (PARENTE; WILBERT; LIMA, 2015; OLIVEIRA, 2019).

Por outro lado, houve redução na quantidade de leitos hospitalares. De 2.918 em 1990 o número caiu para 2.697 em 2010. Mas em relação ao número de médicos por mil habitantes, que em 1990 era de 0,42, correspondendo em números absolutos a 386 médicos em todo o Estado, em 2010 passou para 1,28 médicos por mil habitantes, 1.771 médicos em números absolutos. A maioria desses profissionais, 408, atendia na capital. Na área de saneamento, em 1990, a taxa de água encanada era 28,97% e a de coleta de lixo 35%, subindo para 94% em 2010 (OLIVEIRA, 2019).

Nesse período, também foi registrado aumento populacional. A Capital, por exemplo, foi a cidade que mais cresceu nos primeiros anos. Segundo o IBGE (2012), entre 1991 e 2000, a quantidade de habitantes em Palmas passou de 24.334 para 137.355, um crescimento de mais de 464%, com taxas anuais de 21,2% (OLIVEIRA, 2019).

Com a autonomia político-administrativo adquirida, vieram também os investimentos em diversas áreas e o estado se transformou em um canteiro de obras. No setor energético, pode-se citar a construção de três grandes usinas hidrelétricas (UHE): Luís Eduardo Magalhães (902,5 MW), em Lajeado; Peixe Angical (452 MW), na cidade de Peixe; e São Salvador (243 MW), no município que leva o mesmo nome (OLIVEIRA, 2019).

Na área de infraestrutura, a malha viária pavimentada, que era 228 km, de um total de 8.000 km, em 1989, chegou a 6.326,3 km, em 2009, sendo um percentual equivalente a 77,0 % (4.869,1 km) correspondente à malha estadual. Em 2013, as rodovias pavimentadas

alcançam 7.321,3 km, sendo 5.655 km (76,6% da malha) de domínio estadual (DNIT, 2013; SEPLAN, 2014).

A região também ganhou um aeroporto de porte internacional, o Brigadeiro Lysias Rodrigues, em Palmas; e continua nas trilhas do desenvolvimento por meio da ferrovia Norte-Sul, que corta o Estado de norte a sul. Apesar de ainda não estar operando na sua totalidade, o empreendimento tem o objetivo de ampliar a capacidade de logística e ajudar no escoamento da produção (OLIVEIRA, 2019).

Embora não seja o forte da economia tocantinense, no setor da indústria, 2,7 mil indústrias situadas em 127 municípios do estado são responsáveis por 35.483 empregos formais. As indústrias com maior representatividade são: Construção Civil e Mobiliário, com 37%. A Indústria de Mecânica, Metalúrgica e de Material Elétrico, correspondem a 29%, e a da Alimentação com 12%. Esses segmentos correspondem a aproximadamente 80% das indústrias no Estado (FIETO, 2018).

Observa-se que 82% das indústrias tocantinenses estão concentradas nos 20 maiores municípios do Estado. Palmas, além de ser a cidade que concentra o maior número de empresas, também obteve crescimento aumentando de 24% de 2016 para 27% em 2018. Araguaína também teve crescimento, passando de 12% para 16% em 2018 (FIETO, 2018).

Assim, pode-se perceber a evolução dos dados socioeconômicos do território, a partir da criação do Estado do Tocantins, depois de séculos de luta pela divisão da região, que antes pertencia ao norte goiano. Provavelmente, o tão sonhado desenvolvimento ainda não tenha alcançado a região como o esperado, pois o estado continua sendo um dos menos desenvolvidos em nível nacional, com PIB em 2018 ficando em R\$ 35.666, ficando à frente apenas dos estados do Acre (R\$ 15.331), Amapá (R\$ 16.795) e Roraima (R\$ 13.370) (IBGE, 2020).

No entanto, há muitos índices, sobretudo na área social, melhorando à medida que o Estado vai sendo consolidado. E, conforme Schramm (1970), os meios de comunicação desempenham um importante papel nesse sentido, como veremos na sequência. Mas antes vamos entender, na história, como foi a participação da imprensa na conjuntura do desenvolvimento.

Capítulo 04

ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A IMPRENSA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento se constrói através do tempo e das transformações numa sociedade. Neste sentido, a imprensa, cujo papel é informar para despertar a consciência e transformar realidades sociais e locais, tem uma grande atuação, uma vez que a sua história se confunde com as principais mudanças ocorridas, sobretudo, nos campos econômico, político, social e cultural, ao longo dos séculos, como poderá ser observado nesta seção.

Embora não se tenha tantas evidências que possam afirmar que as grandes mudanças sociais na história tenham ocorrido em consequência da imprensa, Breton e Proulx (2002) observam que a circulação de ideias em grande escala sempre estava presente nos momentos de transformação na história. Para os autores, eventos revolucionários na Europa, como a Reforma Protestante, o Renascimento Italiano e os movimentos políticos, por exemplo, não poderiam ter alcançado as dimensões que tiveram sem a invenção da imprensa, considerada um dos marcos de passagem da época Medieval para a Moderna (GIOVANNINI, 1987).

O surgimento da imprensa periódica em 1690, na Inglaterra, conforme Briggs e Burke (2004), permitiu que a discussão pública de assuntos políticos entrasse de vez no cotidiano da população. Com o surgimento dos primeiros jornais, no final do século XVII, inaugura-se um novo espaço público para o debate, tanto que, no século XVIII, e Giovannini (1987) aponta que a mídia impressa foi fundamental para a divulgação das ideias do Iluminismo francês, sendo determinante para o estabelecimento do Estado democrático e da ordem social dele decorrente. Ao espalhar os ideais construídos através da reflexão político-filosófica dos pensadores iluministas para a sociedade, a imprensa atuou ativamente contra a censura prévia na Europa.

Inicialmente, esses periódicos eram voltados para as questões literárias e culturais, mas com o passar do tempo, a temática foi se expandindo e assuntos de interesse social e político ganharam espaço. Assim, de acordo com o autor, a sociedade começou a participar mais da esfera política, à medida que demandava e fazia cobranças.

Conforme Sousa (2003), o surgimento da imprensa foi o primeiro passo para a democratização da cultura, uma vez que, a partir de então, mudou-se a forma de se contar uma história, que passou a ser mediada, entrando em cena a figura do jornalista. Deste modo, logo a imprensa conseguiu se estabelecer e se consolidar na sociedade, graças ao

aperfeiçoamento das técnicas de tipografia, à diminuição dos custos e aumento das tiragens, ao incentivo à instrução e ao gosto pela leitura, motivado por livros, revistas e jornais.

No século XVIII, são registrados muitos eventos históricos que ocorrem simultaneamente com a propagação de ideias em larga escala por meio da imprensa periódica, de livros e panfletos. A Revolução Francesa, um movimento político da burguesia que detinha poder econômico, representou uma virada na história da humanidade, ao eliminar as estruturas do Feudalismo e do Absolutismo e estabelecer uma nova ordem capitalista baseada na ideologia liberal, garantindo a liberdade, igualdade e soberania popular (SILVA; SILVA, 2013).

Assim, a Revolução Francesa e o Iluminismo, na visão de Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), foram responsáveis pela gênese e constituição dos paradigmas de liberdade econômica, eficiência e igualdade.

A industrialização foi um dos fatores importantes para a evolução do jornalismo. A partir da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, Melo (2005) descreve que a mecanização tornou o processo de impressão mais rápido, barato e dinâmico, o que motivou o aumento do público leitor, consolidando a imprensa como fonte principal de informação na sociedade ocidental. Tal qual no século XIX, como detalha Ortiz (2001), que considera sem precedente o desenvolvimento da imprensa ao longo desse período:

São várias as causas que impulsionam o consumo da leitura, difundindo-a entre a massa da população: advento de uma nova tecnologia que pode baratear a produção, facilidade de circulação com a expansão das vias de comunicação, melhoria do nível de vida da população e acesso generalizado à escola (ORTIZ, 2001, p. 23).

Nessa fase da história, a economia mundial passou por uma transformação sem precedentes na história da humanidade, conforme Abrão (1999). Essas transformações registradas por meio da Revolução Industrial, se iniciaram a partir do ano de 1780, na Inglaterra. No cerne desse processo encontra-se a introdução de máquinas nas indústrias que acaba simbolizado pela máquina a vapor.

É no século XIX que se tem registro das primeiras inovações nos jornais. Nos EUA, se populariza os periódicos sensacionalistas, as histórias em quadrinhos, que se tornam um grande sucesso. Na Inglaterra, são incluídos nas páginas dos jornais assuntos variados, como esportes e entretenimento, com o objetivo de atender a um público maior. Na França, os veículos se manifestam em várias tendências, estilos e orientações, identificando jornais de

esquerda, de centro e de direita, além de periódicos religiosos e monarquistas. (MELO, 2005)

Nos Estados Unidos também surgem os estudos pioneiros sobre a relação dos meios de comunicação com as audiências e a sociedade democrática. Walter Lippmann (1922), considerado o criador do conceito de opinião pública no século XX, antecipa que os meios de comunicação social constituem a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens desses acontecimentos na mente das pessoas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os jornais dividem espaço com o rádio e a televisão e, com isso, ocorrem novas mudanças na forma de fazer jornal. Para garantir a subsistência econômica dos periódicos, Melo (2005) cita que a publicidade passa a ocupar as páginas dos jornais de modo permanente. Nos Estados Unidos, surgem os primeiros periódicos mais factuais e menos opinativos, fazendo com que as notícias ingressassem nos fatos do cotidiano da sociedade, dando origem às notícias de interesse humano.

Essas mudanças ocorridas no universo jornalístico, conforme Sousa (2003), foram estimuladas pelo fortalecimento da alfabetização, a concentração da população nas cidades, o crescimento do poder aquisitivo das pessoas, a mudança do conceito de jornal, que passou a ser trabalhado como jornal-empresa, e o desenvolvimento tecnológico das formas de impressão.

Nessa fase, a formatação dos textos jornalísticos começou a ser feita a partir da fórmula de pirâmide invertida, que surgiu em decorrência do uso do telégrafo, cuja economia de linguagem era uma exigência, devido ao custo da ligação e de cortes na transmissão (MELO, 2005).

No final do século XIX, começam a ser utilizados, nos jornais, recursos, como gráficos e fotografias, para ilustrar os conteúdos jornalísticos. Nesse período, segundo Melo (2005), também nasceu o *lead*, com as clássicas perguntas: “quem, quê, quando, onde, e por quê”, passando depois para uma nova fase conhecida como “Segundo Novo Jornalismo”, através do qual a imprensa passa a aprofundar-se em investigações, e o jornalista começa a trabalhar com fonte, dando um caráter mais humano e literário à sua produção, momento em que seu papel cresce na sociedade (MELO, 2005, p. 31).

Porém, não foi com a mesma velocidade e de forma igual que o crescimento do impresso ocorreu nos diferentes países, uma vez que, no Brasil, a imprensa tem seu início tardiamente:

Não apenas se compararmos com o surgimento da imprensa em geral, mas também em relação com a sua introdução, por parte dos europeus nas áreas conquistadas do continente americano (MELO, 2003, p. 70-71).

Melo (2005) menciona que, no Brasil, os movimentos militares e a ditadura, em 1937 e 1964, amordaçaram os jornais, e o jornalismo sofreu rígidos controles do governo, a exemplo da censura. O jornal *Correio Braziliense*, que era editado em Londres, por Hipólito da Costa, fez nascer a crítica contra o poder régio, sendo o único veículo, à época, que mostrava as falhas da administração brasileira. Quanto mais os jornais ocupavam a mente de seus leitores, levando-os aos questionamentos, provocava temor no governo (MELO, 2005).

Essa censura aos periódicos foi oficializada por meio do decreto-lei de censura prévia de 22 de janeiro de 1970, do presidente Emílio Garrastazu Médici. Assim, o regime militar ampliava o controle sobre as informações no país, com o objetivo de proibir a publicação de obras que atentassem contra a moral e os bons costumes. Mesmo assim, jornais de oposição à ditadura, como *O Pasquim* e *Opinião*, foram publicados, e a censura de matérias dava lugar à ironia (MELO, 2005).

Durante o século XIX, os jornais conseguem ampliar o impacto social da criação literária e a psicologia das massas, como ciência em embrião, potenciou a curiosidade intelectual e científica pelo papel e função social da informação imprensa e demais formas de comunicação (MCQUAIL; WINDAHL, 2003).

Do século XIX para o XX foi significativo para o mercado jornalístico, por marcar a mudança dos jornais, passando de estrutura simples para as empresas jornalísticas com equipamentos mais avançados e atividades mais voltadas para o comércio (MELO, 2005).

No Brasil, mudanças, como a inclusão de fotos na primeira página do jornal e o aumento considerável no número de páginas, ocorreram entre 1950 e 1961. A evolução dos transportes e a imprensa; o surgimento das agências de notícias e a evolução das tecnologias de informação contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento dos jornais impressos nacionais (MELO; QUEIROZ, 1998).

Sobre esse momento de transformação da imprensa em um negócio, Sodré (1999) descreve que a imprensa capitalista, pois passou de meio de informação para instrumento de alienação, saindo inteiramente da sua finalidade originária.

Traquina (2005) pontua que o jornalismo conquistou maior espaço no século XX, a partir do surgimento de novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão. No Brasil, década de 1920, muitas comunidades não tinham acesso aos jornais, revistas e cinema e o rádio era a conexão. Nessa época o rádio começou a ser utilizado como meio comercial, sendo comum as radionovelas patrocinadas por empresas interessadas expandir seu público consumidor. De acordo com Sampaio (1984), também surgem as primeiras demonstrações de radiodifusão. A primeira sociedade de rádio regular no Brasil foi Rádio

Sociedade do Rio de Janeiro, sob direção dos professores Roquette Pinto e Henrique Moraes.

Sampaio (1984) também relata que o Jornal da Manhã foi o primeiro programa regularmente transmitido pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1926. Nessa época, a rádio era voltada mais para fatores relacionados a cultura e a erudição, sendo custeada pelos sócios. Mais tarde, o Governo Federal modifica a legislação para autorizar a veiculação de anúncios.

No governo de Juscelino Kubitschek, no final da década de 50, começa a ser organizado um movimento em prol da implantação e regulamentação das telecomunicações e radiodifusão no País, culminando com a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, CBT, Lei 4.117, aprovado em 1962. Brandão (2009) aponta por duas ideologias que direcionaram e sustentaram a história das telecomunicações: o sentimento de nacionalismo e o desenvolvimentismo, que segundo a autora representou, nos anos do governo JK, a fixação da ideia nacionalista identificada com o processo de industrialização no Brasil. O CBT foi o pontapé para a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações, SNT, e para a definição dos serviços de telecomunicações e radiodifusão.

Até 1999, o rádio passou por um longo processo de inovações tecnológicas que o tornaram meio de comunicação de acesso universal, segundo Moreira e Del Bianco (2001), mas que 45% das concessões estavam sob controle de políticos, 35% sob controle de grupos religiosos e os 20% restantes com emissoras comerciais independentes.

No caso da televisão, a primeira emissora só chegou ao Brasil no final da década de 1940, por meio do empresário Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, em São Paulo. Em setembro de 1950, inaugurava-se a Tupi Difusora. Passadas as dificuldades iniciais após a implantação das primeiras emissoras de televisão brasileiras, com o tempo, esse meio de comunicação se transformou em uma poderosa ferramenta para o meio publicitário (SAMPAIO, 1984).

Em 1965, no Rio de Janeiro, é inaugurada a Rede Globo, emissora que conquistou a grande audiência dos brasileiros, com sua grade de programação, com as novelas, documentários e programas. Nos anos 80, com o surgimento da TV a cabo no Brasil, a programação da televisão começou a sofrer com a concorrência (SAMPAIO, 1984).

Mais tarde, com a globalização e a popularização da internet, permitiu-se a conexão com milhares de pessoas, em várias partes do mundo, facilitando os contatos e trocas de dados. O avanço do jornalismo na televisão e mais recentemente pela internet também influenciou na evolução dos jornais impressos, que precisou lançar mão de ferramentas que

possibilitassem disponibilizar as notícias de forma mais rápida. Com isso, surge a web jornalismo, também conhecido como jornalismo on-line.

Quando surgiu, na década de 1990, o jornalismo eletrônico era apenas uma extensão do jornalismo tradicional, ou seja, a versão virtual dos jornais impressos. À medida que a internet foi se popularizando, esse meio foi crescendo e se consolidando, tanto que, no jornalismo contemporâneo, já representa uma das principais formas de comunicação em todo o mundo (MIELNICZUK, 2003).

Jornalismo eletrônico, jornalismo digital, ciberjornalismo, jornalismo on-line e webjornalismo são alguns dos termos usados no meio acadêmico para definir esse tipo de jornalismo, porém, para Mielniczuk (2003), existe diferença entre esses termos usados para definir esse meio de comunicação eletrônico com base nas práticas digitais jornalísticas.

Conforme conceitos estabelecidos pelo autor, jornalismo eletrônico é definido pela utilização de equipamentos e recursos eletrônicos; jornalismo digital o que emprega todo e qualquer procedimento que implica no tratamento de dados em forma de bits; ciberjornalismo envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço; jornalismo online se desenvolve por meio de tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real; e webjornalismo utiliza uma parte específica da internet: a web. Além de estar na plataforma virtual, o jornalismo possui alguns recursos que o diferencia do tradicional, como a hipertextualização, com os links de apoio disponibilizados ao longo das matérias (MIELNICZUK, 2003).

A internet também oportunizou a convergência de mídias, modificando o processo de comunicação e fazendo com que as pessoas migrassem rapidamente para o ambiente digital. Castells (2003) destaca que o uso da web implicou na reestruturação das empresas jornalísticas, acarretando no desenvolvimento de produtos multimidiáticos em uma escala global. Com isso ocorre também uma convergência profissional, modificando o papel do jornalista, que passam a ter que se adequar à nova realidade, de forma a executar várias tarefas: reportar, escrever, produzir e publicar a notícia.

Em meio a esse cenário surgem as fake news, expressão contemporânea que significa informação falsa divulgada com a intenção de atingir interesses individuais ou de grupos (RECUERO; GRUZD, 2019). Apropriando-se de narrativas jornalísticas e componentes noticiosos, as fake news, segundo destaca Himma-Kadadas (2017) dão à informação falsa o caráter de credibilidade, princípio do jornalismo tradicional. Fato que figura como um dos desafios do jornalismo contemporâneo por gerar desconfiança em informações que circulam, principalmente, nas redes sociais e diminuir a confiança no trabalho dos jornalistas.

Apesar dos desafios enfrentados em diferentes momentos da história, não se pode negar que, assim como em séculos passados, hoje, em plena era da informação, do conhecimento, da tecnologia e das fake news, a imprensa continua presente nas principais revoluções, adaptando-se às novidades, de forma a defender e manter seu papel na sociedade e, com isso, contribuir para as transformações e, conseqüentemente, para o desenvolvimento nas mais diversas áreas (SCHRAMM, 1970).

Desta forma, tanto em nível mundial como nacional, é notória a presença da imprensa nos principais fatos que marcaram a história. Assim como também é fato que a informação e os processos comunicacionais foram instrumentos fundamentais para o desenvolvimento local e global, bem como para a construção de uma sociedade dinâmica e democrática. Como ocorreu o desenvolvimento dos meios de comunicação, assunto da seção seguinte.

4.1 O desenvolvimento dos meios de comunicação

Em qualquer sociedade, Schramm (1970) defende que, antes que possa haver informação livre e adequada, sendo este um dos meios essenciais para a transformação social, é necessário o desenvolvimento adequado da comunicação de massa. Neste sentido, a ONU e a Unesco promoveram uma mobilização, no final dos anos 50, com o objetivo de ajudar países emergentes a desenvolverem os veículos de comunicação (SCHRAMM, 1970).

Tanto que, em 1958, a Assembleia Geral das Nações Unidas planejou um “programa de ação concreta” para edificar a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão nos países em processo de desenvolvimento social e econômico. E com a finalidade de garantir recursos necessários, de forma a levar adiante o programa, as Nações Unidas requisitaram da Unesco uma avaliação geral (SCHRAMM, 1970, Unesco in: p. 15).

Essa avaliação foi feita pela Unesco, por meio de uma série de simpósios, nas quais especialistas em veículos de massa, organizações profissionais e representantes do governo se reuniram para preparar um programa de desenvolvimento para cada região (SCHRAMM, 1970).

Com isso, governos de países considerados emergentes foram chamados a incluir em seus planos econômicos recursos para o desenvolvimento dos veículos nacionais de informação e a levar em conta esse fator em seus programas de gestão para a década de desenvolvimento das Nações Unidas (SCHRAMM, 1970, Unesco in:).

Na ocasião, também fora autorizada a publicação de um estudo destinado a fornecer efetivamente prática ao programa de desenvolvimento dos veículos de massa, estudo este

realizado por Wilbur Schramm, que se encarregou de examinar o papel dos veículos de massa na promoção do progresso econômico e social. A conclusão do autor foi a de que “a serviço do desenvolvimento nacional, os veículos de massa são agentes de transformação social” (SCHRAMM, 1970, p.179).

Segundo Schramm (1970), o problema humano de uma nação em desenvolvimento é mobilizar recursos a fim de modernizar muitos de seus padrões de vida e, dessa forma, chegar à transformação social.

É importante destacar que a perspectiva de Schramm é difusionista. O autor se refere a uma fase específica dos meios de comunicação de massa que já foi superada, por se fundamentar em uma visão limitada do desenvolvimento. Seus estudos serviram de base para difundir várias outras abordagens sobre novas perspectivas, baseadas na ideia de modernização a partir do acesso aos meios de Comunicação (SERVAES, 2003).

Na contemporaneidade, com a versatilidade das mídias digitais, foram ampliadas as possibilidades e modernizado o modelo comunicacional estudado por Schramm (1970), pois, segundo Castells (2017), a internet facilitou o acesso à informação e ao conhecimento de forma abrangente.

Voltando aos estudos de comunicação de massa, no Brasil, embora não tenham sido localizados estudos que possam confirmar a relação entre o período em que os veículos de comunicação de massa mais se desenvolveram, após a década de 1960, e o plano proposto pelas Nações Unidas e Unesco para a promoção dos veículos nacionais de informação, percebe-se uma grande coincidência nesses dois fatos.

Os anos anteriores à década de 1960, segundo Ortiz (2001), são considerados momentos iniciais da indústria cultural, com poucos investimentos em veículos de comunicação de massa no país. O que caracteriza a situação cultural nos anos 60 e 70 é a consolidação do mercado de bens culturais, com desenvolvimento diferenciado nos diversos setores, dentre os quais o rádio, TV, jornais e revistas. “Se até a década de 50 as produções eram restritas, e atingiam um número reduzido de pessoas, hoje elas tendem a ser cada vez mais diferenciadas e cobrem uma massa consumidora” (ORTIZ, 2001 p. 121).

Evidentemente que o estudo de Ortiz não tinha o objetivo de identificar essa relação, sendo mais focado no contexto histórico e no desenvolvimento tardio da indústria cultural no País. No entanto, retrata o momento de reorganização da economia brasileira, em 1964, em pleno governo militar, e as consequências imediatas ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalecendo a produção e o mercado de bens culturais. É durante este período que ocorre uma grande expansão em nível de produção,

de distribuição e de consumo da cultura, fase em que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa.

Considera-se que esse caráter de conglomerados, em parte, teve influência da política econômica neoliberal adotada pelos governos brasileiros, que acabou criando uma situação peculiar ao permitir a concentração de mídias nas mãos de poucos grupos. Conforme McChesney (2004), a formação do cenário midiático se caracteriza por ser um conjunto de políticas, cujo objetivo é evitar a regulamentação do sistema de mídia comercial, de forma a atender interesses próprios.

Esse é um dos pontos que difere modelo brasileiro do norte-americano, o qual o Brasil pretendia desenvolver, uma vez que não foi levado em consideração critérios impeditivos à formação de possíveis oligopólios na comunicação social (MOREIRA, 2000). No padrão norte-americano prevaleceram as concessões à iniciativa privada fundamentadas no estímulo à competitividade, enquanto que o sistema de comunicações brasileiro, ao contrário da diversidade de conteúdo e da pluralidade de veículos, “uma única rede – a Rede Globo – detém o ‘virtual monopólio’ da televisão, consolidado e expandido durante o regime autoritário” (LIMA, 2012, p. 148).

A concentração das mídias nas mãos de poucos permitiu que grupos midiáticos exercessem uma influência determinante na elaboração de políticas em suas áreas de atuação. Sobre o sistema de comunicações brasileiro, Lima (2012) considera como um modelo de exploração de emissoras de rádio e TV por grupos privados comandados por políticos, famílias e igrejas, e uma única empresa líder em audiência concentrando as verbas publicitárias.

Esse modelo continua até os dias de hoje. Dados da MOM-Brasil (2017) revelam que a audiência no País está concentrada em veículos pertencentes a grupos que possuem interesses econômicos, políticos e/ou religiosos. Foram analisados 50 veículos de comunicação mapeados em quatro seguimentos: 11 redes de TV aberta e por assinatura, 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa - jornais pagos de circulação diária e revistas pagas de circulação semanal - e 10 veículos on-line de notícias de interesse geral.

Dos 50 veículos pesquisados, 9 pertencem a lideranças religiosas, todas cristãs, sendo que 5 apresentam o seu conteúdo todo voltado para a defesa dos valores de sua religiosidade específica, pelo menos outros 6 não são definidos como religiosos, mas publicam conteúdo de denominações religiosas (MOM-Brasil, 2017).

Todos desse universo analisado são de propriedade de 26 grupos, pois 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, ambos do mesmo proprietário), 4 ao

grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha. Outros grupos de comunicação possuem dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA.

Os demais contam com apenas um veículo: Grupo Sílvio Santos, Grupo Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Grupo de Comunicação Três, Grupo Almicare Dallevo & Marcelo de Carvalho, Ongoing/Ejesa, BBC – British Broadcasting Corporation, EBC – Empresa Brasil de Comunicação, Publisher Brasil, Consultoria Empiricus, Grupo Alfa, Grupo Mix de Comunicação/Grupo Objetivo, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Católica/Rede Católica de Rádio e INBRAC – Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (MOM-Brasil, 2017).

É importante citar que quatro das principais emissoras de TV aberta brasileiras são controladas por conglomerados geridos por famílias e igreja: a Rede Globo, do grupo Globo e pertencente à família Marinho; o SBT, do grupo Sílvio Santos e de propriedade da família Abravanel; a Rede Record, do grupo Record e pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Edir Macedo; e a Rede Bandeirantes, do grupo Bandeirantes e de propriedade da família Saad (MOM-Brasil, 2017).

Voltando aos estudos de Ortiz quando aborda o crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais a partir dos anos 60, no caso da televisão, em 1970 existiam 4 milhões 259 mil domicílios com aparelhos de televisão, o que significa que alcançava 56% da população; em 1982 este número passou para 15 milhões 855 mil, o que corresponde a 73% do total de domicílios existentes (ORTIZ, 2001 p. 130).

Nos dias atuais, de acordo com a PBM (2016), a TV continua sendo a principal opção dos brasileiros na busca de informação, uma vez que 89% da população declarou usar a televisão para se informar, seguida da rede mundial de computadores, que se cristaliza como segunda opção, atingindo quase a metade dos brasileiros (49%). A internet figura bem acima do rádio (30%) e dos jornais impressos (12%) e das revistas (1%).

A imprensa, que já havia se consagrado desde o início do século, também se profissionalizou e cresceu, adaptando-se às épocas e transformações. Voltando ao ponto inicial dessa seção, de fato não é possível afirmar que haja uma ligação entre os esforços da ONU e Unesco para desenvolverem os veículos de informação e o crescimento da indústria cultural no Brasil a partir dos anos 60, pois esse fato sugere uma outra pesquisa. Porém, é preciso pensar essas especificidades da comunicação de massa no País, pois só assim será possível compreender com clareza as implicações que marcaram esse importante momento da história da imprensa brasileira, com reflexos na imprensa tocantinense, assunto a ser estudado na próxima seção.

4.2 Imprensa tocantinense: da propagação de ideais a porta-voz de esperança

A história da imprensa tocantinense antecede à criação do Estado do Tocantins, e revela o protagonismo assumido por jornalistas e veículos de comunicação, que juntos com os movimentos separatistas são considerados por autores fundamentais para a disseminação dos ideais à época e, posteriormente, para o desenvolvimento da região até então tida como pobre, atrasada e isolada.

Cavalcante (2003) nos mostra que foi por meio da imprensa que a população pôde perceber a composição política em torno do projeto de autonomia no Norte de Goiás, na década de 1950, servindo de marco histórico para justificar a criação do Tocantins, bem como motivando a população a acreditar que o momento era propício para que a região saísse do isolamento e encontrasse o caminho do progresso.

Nos discursos da imprensa e lideranças do movimento separatista era reforçado para o povo nortense o sentimento de esperança, pois acreditava-se que a separação da região com Goiás favoreceria seu desenvolvimento, de forma a promover emprego para os seus habitantes, e a produzir e negociar seus produtos no mercado brasileiro, atraindo indústrias para região, além de segurar os seus filhos na sua própria terra (CAVALCANTE, 1999, p. 203-204).

Como pode-se perceber, a história da imprensa tocantina é marcada por uma trajetória de lutas por um ideal separatista em prol da autonomia político-administrativa da região do então norte goiano, e de seu povo, para qual atuava como porta-voz da esperança. Assim sendo, não há como falar de Tocantins no contexto histórico sem citar o Estado de Goiás, sendo necessário, portanto, revisitar o passado a fim de melhor entender como jornalistas e veículos de comunicação atuaram nesse sentido.

Inicialmente, voltamos a 3 de julho de 1891, quando foi fundado o jornal a Folha do Norte. Criada pelo ex-deputado Luiz Leite Ribeiro e pelo comerciante Frederico Lemos, o periódico tinha caráter geopolítico. O jornal era voltado para os anseios dos tocantinenses em busca da independência da Província de Goiás. A Folha do Norte era produzida e impressa em Porto Nacional, cidade que atualmente faz parte da região metropolitana de Palmas, e durou até meados de 1914 (COSTA; TEIXEIRA; PAINKOW, 2004).

Em 1905, foi fundado o Jornal Norte de Goyaz, veículo que marcou a história do jornalismo goiano e colocou em destaque o predomínio cultural de Porto Nacional. Este periódico era composto em tipos avulsos, e durante quase meio século prestou relevantes serviços à comunidade do norte goiano, chegando a ser fechado pela Coluna Prestes, quando de sua passagem por Porto Nacional, em outubro de 1925. O jornal também

contribuiu para a formação cultural da cidade, bem como para a propagação da educação na região (COSTA; TEIXEIRA; PAINKOW, 2004).

O periódico era publicado a cada quinze dias, tendo sido fundado por Francisco Ayres, mais conhecido como Doutor Chiquinho. Era um veículo contrário à independência política da região, no entanto, defendia os interesses da região. Era considerado o periódico mais antigo na história da imprensa goiana (BARROS, 2003).

O jornal circulou regularmente até 1925, quando foi destruído, voltando a se estabelecer a partir de 1937, circulando de vez em quando, com várias colunas em branco, em sinal de protesto contra a censura imposta aos jornais que não se submetiam as ideologias do Estado Novo, conforme Silva (2003). Após a morte de Francisco Ayres, o jornal ficou alguns anos sem circular, voltado em 1950, tendo à frente seu filho, o advogado e jornalista Milton Ayres da Silva (SILVA, 2003).

Porto Nacional cada vez mais se consolidava como cidade berço cultural e originária do jornalismo do norte goiano. Tanto que na década de 1950, outros jornais surgiram e deram sua contribuição para a disseminação dos ideais separatistas. Dentre eles destaca-se o Ecos do Tocantins, que circulou entre 1951 e 1961, publicando 600 edições, tendo como seu fundador Trajano Coelho Neto; e O Estado do Tocantins, sob a direção de Dioclesiano Ayres da Silva, que funcionou entre 1956 e 1960. Ambos os periódicos eram impressos em Porto Nacional, tendo como redatores Fabrício César Freire e o Dr. Feliciano Machado Braga. Em 1957 surge o Anuário do Tocantins, primeiro almanaque cultural e político da região. Os três veículos formavam a trilogia comunicacional defensora do movimento emancipatório da década de 1950 (GONÇALVES, 2015).

Mais tarde, na década de 1960, começa também, no norte goiano, a comunicação por voz. Na época, Paixão e Rocha (2018) relatam que a comunicação era feita por caixas de som instaladas em postes de energia e alto-falantes das igrejas, por onde eram transmitidos recados, anúncios e músicas. “Dos alto-falantes surgiram locutores que, anos mais tarde, ocupariam os microfones das emissoras de rádio que seriam criadas na região” (PAIXÃO; ROCHA, 2018, p.76).

Durante o regime militar, houve um grande incentivo por parte do governo, no sentido de atrair empresas para a região Amazônica, onde estava localizada parte do norte goiano, sob a promessa de que teriam facilidades fiscais. É nesta época que se solidifica a propagação dos veículos de comunicação (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

A partir de 1964 surgiram as primeiras emissoras de rádio na região, entre as quais a Rádio Son Araguaia, referência na história das emissoras de rádio de poste, de acordo com os autores. Com forte ligação com a política local, a emissora funcionava em Araguaína. Em

1968, é implantada a Rádio Difusora do Tocantins, no município de Porto Nacional, por Antônio Poincaré.

De acordo com Rocha (2006), a emissora funcionava em Ondas Médias e atingia cidades localizadas a uma distância de aproximadamente 800 quilômetros de Porto Nacional, a exemplo de Araguaína. De programação musical, com pedidos de ouvintes, a programas de auditório faziam parte da programação musical da emissora. Pouco mais de dois anos depois de entrar no ar, a rádio foi fechada pela Polícia Federal, sob a alegação de falta de autorização legal (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

Em setembro de 1978, o deputado Antônio Aires Totó Cavalcante recebeu a concessão da Rádio Independência do Tocantins (RIT), na então cidade de Paraíso do Norte. A emissora foi inaugurada em 22 de junho de 1980 e revolucionou as comunicações no norte goiano, mas desde o início a RIT AM sofreu perseguições políticas. A emissora também revelou uma das primeiras locutoras do norte goiano, Neuza Helena (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

Foi em 16 de fevereiro de 1977 que saiu a concessão da primeira emissora de rádio no antigo norte de Goiás, para o jornalista e empresário Jaime Câmara. Com o nome de Rádio Araguaia, a emissora foi inaugurada em 05 de abril de 1979. Posteriormente, surgiram outras rádios na cidade, a exemplo da Rádio Tocantins FM (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

A primeira concessão dada para o então deputado federal Siqueira Campos, em setembro de 1982, resultou na implantação da Rádio Siqueira Campos, que realizava as suas transmissões na frequência de 1.030 KHz, no município de Colinas (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

Os autores revelam que Siqueira Campos também conseguiu a concessão da Rádio Cultura de Miracema (RCM), em 1982; Rádio Tocantins, de Tocantinópolis, em 1983; e uma emissora em Porto Nacional, que não chegou a ser inaugurada sob seu comando.

Posteriormente foram surgindo outras emissoras, como a Rádio Cristal, em Cristalândia; as rádios Anhanguera AM e Atividade FM, ambas em Porto Nacional; e a Rádio Palmas FM, que depois passou a se chamar Rádio 96 FM, a primeira rádio de Palmas (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

A década de 1970 também foi marcada pela expansão dos investimentos em comunicação no norte goiano, hoje Tocantins, pela Organização Jaime Câmara, atual Grupo Jaime Câmara, uma das empresas de comunicação mais tradicionais do Estado de Goiás, como destaca Santos (2015).

A ocupação amazônica foi um investimento que o grupo Jaime Câmara vislumbrara ser possível por meio da conquista do interior por meio de investimentos na maior cidade da região norte do Estado de Goiás, Araguaína. De olho nestes novos mercados, com visão empresarial definida, apesar da concorrência que já se fortalecia no final dos anos 1970, Jaime Câmara esquematiza e solidifica seu império de comunicação. A intenção era tornar maciça a presença dos veículos pertencentes ao grupo no estado de Goiás, sobretudo das emissoras de televisão, como estratégia de ocupação de espaço (SANTOS, 2015, p.1).

Mesmo diante das poucas condições que a região oferecia para a implantação de uma TV, a exemplo da ausência de sistema de eletrificação permanente na maioria dos municípios e da pavimentação da principal rodovia de ligação do Brasil com a região norte, a Belém-Brasília, mais conhecida como BR-153, conforme descreve Santos (2015), no dia 10 de dezembro de 1976, a OJC instalava a primeira antena da TV Anhanguera, como retransmissora da Rede Globo de Televisão, na cidade de Araguaína, onde antes parte da população recebia sinal de Imperatriz, município maranhense que fica próximo.

A chegada do sinal de televisão à Araguaína trouxe melhorias não só ao município, mas também para cidades do vizinho estado maranhense, a exemplo de Carolina, onde, segundo Santos (2015), os moradores daquela localidade puderam assistir à Copa do Mundo de Futebol de 1978, gerando manifestações de agradecimento à Organização Jaime Câmara.

A importância da emissora para a região foi evidenciada também pelo prefeito à época, Joaquim de Lima Quinta, que aproveitou carta endereçada ao então presidente, General João Batista Figueiredo, para destacar o papel do Grupo Jaime Câmara, que ele chamou de “uma das coisas que mais nos ajudaram ultimamente” (SANTOS, 2015, p. 4).

Pobre e esquecido, o norte goiano vivia ainda na condição de isolamento pelas dificuldades de acesso, devido à falta de estradas, e a TV representava um marco de integração e desenvolvimento para a região, pois poderia proporcionar oportunidades de divulgação de projetos governamentais e outros serviços à população, como fica claro na seguinte citação de Santos (2015):

Num primeiro momento o jornal impresso no centro-oeste brasileiro teve como papel difundir as questões locais, principalmente de divulgar as insatisfações do norte. Em momento posterior, a televisão assume esta característica ao aliar-se às forças políticas e ao mesmo tempo difundir reclamações da sociedade em geral (SANTOS, 2015, p. 3).

A TV Anhanguera, conforme a autora, foi a precursora da comunicação audiovisual no Estado. Posteriormente, outras emissoras foram se instalando na região, principalmente após a criação do Tocantins e fundação de sua Capital, Palmas. Dentre as quais pode-se citar, com base nas informações da Anatel, a TV Javaé, que depois passou a se chamar TV Girassol;

a extinta TV Lajeado, hoje TV Jovem Palmas; TV Real; TV Central; TV Cristal; TV Serra do Carmo; TV Cidade; TV Graciosa; e TV Palmas, posteriormente Redesat Tocantins (TVE).

Assim como o rádio e a TV, como mencionado anteriormente, o jornal impresso também foi um grande propulsor do desenvolvimento no norte goiano à medida que dava voz ao povo para expor os problemas e cobrar soluções, e servia de canal de informação e conhecimento. Era a comunicação encurtando distâncias entre lugares e povos, e gerando meios para que a região pudesse se desenvolver.

Assim como a TV, na década de 1970, o norte goiano ganhava outro importante aliado na luta pela criação do mais jovem estado brasileiro, sendo esta uma das primeiras bandeiras do Jornal do Tocantins, que é objeto de estudo deste trabalho. O periódico nasceu em 18 de maio de 1979, criado pelo jornalista Jaime Câmara, então presidente da Organização Jaime Câmara, com a missão de ser o porta-voz da população da região Norte de Goiás. Inicialmente, o periódico, que tinha formato tabloide, circulava duas vezes por mês, com informações de interesse local (SILVA; ROCHA, 2018).

Os autores citam, com base em trecho de matéria publicada no dia 18 de maio de 2013, que o então diretor de jornalismo da empresa, Luiz Fernando Rocha Lima, em 2011, destacou que a missão regional do Jornal do Tocantins é expressa por seu próprio nome. Sua fala é contextualizada com a explicação de que o periódico se dispunha ser fiel aos interesses dos nortenses, bem como estaria comprometido com a história, tradições e desenvolvimento da região tocantinense, conforme consta de trecho de editoria.

O jornal funcionava no município de Araguaína e, desde o início, atuou ativamente na luta pró-criação do Tocantins. Nos primeiros anos, devido às dificuldades de comunicação na região, Silva e Rocha (2018) explicam que o periódico era editado em Goiânia, por Domiciano de Faria, que também era editor do jornal goiano O Popular, que pertence ao mesmo grupo de comunicação. Os fatos noticiosos eram coletados na região e enviados para a capital goiana, a fim de serem transformados em matéria, editados e impressos para voltar ao norte goiano em formato de produto jornalístico para ser consumido pela população.

A editoria-geral do jornal passou a comandada pela jornalista Luiza Renovato Martins no mesmo ano de fundação do jornal; passando para a jornalista Werlem Papini, em 1981; e mais tarde, em 1988, para o jornalista José Sebastião Pinheiro, o popular Tião Pinheiro, que continua no cargo até os dias atuais (SILVA; ROCHA, 2018).

À medida que a região ia se transformando, o jornal também ia se adequando às demandas locais, de forma a proporcionar melhorias a seus leitores, bem como contribuir para o desenvolvimento regional. Tanto que vários investimentos foram feitos. Do formato

tabloide, o jornal passou para standard; e as edições que antes chegavam às bancas e casas duas vezes por mês, passou a chegar uma vez por semana. Outra novidade ocorrida após a criação do Estado do Tocantins foi a chegada da versão colorida, que foi disponibilizada aos leitores pela primeira vez em maio de 1989, junto com a criação de Palmas, a capital do Estado.

Outra importante fase da trajetória do jornal ocorreu em 22 de outubro de 1991, quando o periódico incorporou os suplementos “Almanaque” e “Jornal do Campo”, e passou a circular duas vezes por semana. Quatro anos depois, ampliou a circulação para três vezes por semana (domingos, quartas e sextas-feiras).

Na era da tecnologia, o Jornal do Tocantins foi o precursor do processo de informatização do grupo Jaime Câmara, sendo o primeiro a informatizar toda a redação. E no aniversário de dez anos do Tocantins, e 20 do periódico, em 1998, o jornal inaugurou uma fase mais dinâmica, passando a estar mais presente no dia a dia de seus leitores, vindo a circular de terça-feira a domingo. Com isso, o veículo ganhou melhorias em seu projeto gráfico e toda a produção do jornal passou a ser feita da redação, em Palmas. O jornal contava com correspondentes em Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Goiânia. Porém, a impressão do periódico continuava sendo feita em Goiânia (SILVA; ROCHA, 2018).

Ao longo de sua trajetória, o jornal foi se modificando, recebendo ajustes em seu projeto, e introduzindo novas seções, colunas e serviços. Tanto que março de 2000, ano de comemoração do aniversário de dez anos do Estado e de 21 anos do jornal, marca a entrada do periódico na rede mundial de computadores. A evolução tecnológica e a melhoria na infraestrutura do Tocantins facilitaram o acesso à internet, ampliando a aproximação dos tocantinenses à informação. Com isso, todos os departamentos do jornal passaram por adaptação voltada à linguagem digital (SILVA; ROCHA, 2018).

Inicialmente, o jornal físico não sofreu tanta influência da entrada do conteúdo digital, tanto que, em 2003, Silva e Rocha (2018) destacam que o veículo comemorava o aumento na tiragem mensal e com 20% de vendas em compras avulsas, em bancas de revistas e pontos alternativos. Outros 80% das vendas eram referentes a assinaturas e atendendo a 80% das cidades do Tocantins, bem como os estados do Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro.

Com a inauguração da sede própria do Grupo Jaime Câmara no Tocantins, em 2005, Silva e Rocha (2018) lembram que o jornal foi transferido junto com o parque gráfico para sede própria. Nos 30 anos do jornal, comemorados em 2009, a celebração contou com uma reformulação gráfica elaborada pelo editor-chefe Tião Pinheiro e o editor-executivo de O

Popular, André Rodrigues. O foco era deixar o veículo voltado para os serviços e para tanto houve alteração na ordem das editorias (SILVA; ROCHA, 2018).

No ano de 2010, segundo Silva e Rocha (2018), o jornal contabilizava 29 colaboradores na redação, entre editor-geral, editor executivo, editores, repórteres, diagramação, fotografia e secretaria. As populações de 65, dos 139 municípios tocantinenses, recebiam informação diariamente das páginas do Jornal do Tocantins, o equivalente a 47% de cobertura no Estado. A tiragem era de 4 mil exemplares.

Seis anos depois, o jornal passou por uma reformulação em seu formato, adotando o *berlinder*, com tamanho menor e com a vantagem de ser mais fácil de manusear, além de outras novidades, como a forma de visualizar a notícia. A forma de divulgação do conteúdo jornalístico também passou por alteração, sendo voltado, conforme Silva e Rocha (2018), para notícias, comportamento e serviços.

Depois de 40 anos informando por meio de sua versão impressa, no final de 2018, o Grupo Jaime Câmara anunciou oficialmente que, a partir do dia 1º de janeiro de 2019, o jornal passaria a ser disponibilizado exclusivamente no ambiente digital, por meio do endereço www.jornaldotocantins.com.br. Com o título “Um novo jornal a cada segundo”, o comunicado informava que, a partir de então, as notícias seriam exibidas quase que instantaneamente.

Além disso, comunicava ao leitor sobre a plataforma online de fácil utilização, contando com novos recursos que não seriam possíveis no impresso. “Seremos ainda mais ágeis com a qualidade e confiabilidade que sempre foram nossa marca”. Além de matérias especiais e hierarquizadas, a nova plataforma conta com recursos, como recomendações de notícias baseadas nas preferências do leitor. “Tudo mais rápido e moderno. Na velocidade do crescimento desse grande Estado que tanto amamos” (JORNAL DO TOCANTINS, 2018, p 1).

Com a expansão da web jornalismo, o Estado ganhou vários outros sites de notícia na Capital e no interior. Dentre os quais cita-se o G1 Tocantins, Portal CT, T1 Notícias, Portal Stylo, Gazeta do Cerrado, Conexão Tocantins, AF Notícias, Centro-Norte Notícias. Portal Surgiu, e Atitude.

Seja por meio do impresso, rádio, TV ou internet, o jornalismo tocantinense vem se modernizando e se adaptando às demandas locais, de forma a manter o papel da imprensa de continuar o trabalho iniciado ainda no norte goiano, ajudando, por meio da informação, a desenvolver o Tocantins.

Capítulo 05

COMO A COMUNICAÇÃO PODE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO

A comunicação começou a ser considerada campo de conhecimento dentro dos estudos sobre desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, quando passou-se a aceitar modelos mais voltados para a melhoria das condições e qualidade de vida da população. Alguns autores se debruçaram em estudos sobre a temática com o objetivo de defender a informação como instrumento de mudança numa sociedade. Dentre os principais expoentes dessa corrente de pensamento está Wilbur Schramm, autor de um livro seminal encomendado e publicado com o apoio da Unesco: *Mass media and National Development*, tendo inclusive sido traduzido para o português em 1970 – *Comunicação de Massa e Desenvolvimento* (SCHRAMM, 1964).

Para construir uma estrutura capaz de convencer sobre a importância dos sistemas de comunicação como impulsionadores do desenvolvimento, Schramm respalda-se, sobretudo, nos estudos expostos por Daniel Lerner, realizado no Oriente Médio; de Y.V.L. Rao, desenvolvido na Ásia; de Leonard Doob, na África; e do Dr. Allan R. Holmberg, na América Latina.

No oriente Médio, entre 1950 e 1951, o Departamento de Pesquisa Social Aplicada da Universidade de Colúmbia dirigiu 1.600 entrevistas com pessoas do Irã, Egito, Turquia, Síria, Líbano e Jordânia, com o objetivo de descobrir o seu grau de exposição aos veículos de comunicação de massa, bem como suas concepções relativas ao desenvolvimento político e social de seu país (SCHRAMM, 1970).

De acordo com o autor, à medida que Lerner analisa a história da modernização nos países, vê o processo ocorrendo por meio da:

- **Urbanização**, porque nessa matriz desenvolvem-se a cultura e o crescimento dos meios de comunicação, ambos com estreita relação de reciprocidade;
- **Cultura**, uma vez que esta exerce uma função-chave. A alfabetização, adquirida por relativamente poucas pessoas, torna-as capacitadas a exercer as variadas tarefas na sociedade em desenvolvimento.
- **Crescimento dos meios de comunicação**, pois a partir do desenvolvimento tecnológico e industrial, a sociedade começa a produzir jornais, estações de rádio e cinema-televisão em grande escala e, com isso, acelera a difusão da cultura (SCHRAMM, 1970, p. 81-82).

Contudo, a conclusão do autor, conforme Schramm, é que a comunicação de massa serve como o “grande multiplicador” no desenvolvimento, com capacidade para difundir conhecimentos e concepções necessários e mais rápidos e de forma ampla. Deste modo, aponta-se uma grande correlação entre os índices de crescimento econômico e os de desenvolvimento das comunicações.

À medida que a renda nacional per capita, a urbanização e a industrialização aumentam, assim o faz a cultura, e com ela a circulação de jornais; assim o fazem as instalações radiofônicas, e o número de receptores de rádio, e todas as medidas de participação dos veículos de comunicação de massa (SCHRAMM, 1970, p. 84).

Mas quem move quem? O desenvolvimento econômico influencia nos meios de comunicação ou vice-versa? Essa relação foi tema do estudo realizado pelo indiano Y.V.L. Rao, que desenvolveu trabalho de campo em 1962, em duas localidades da Índia: Uma já em desenvolvimento para além de seus padrões tradicionais, com uma variedade de pequenas unidades industriais que ofereciam emprego e renda a um número de pessoas. A outra ainda estava no estágio tradicional de cultura, baseando-se no sistema de troca (SCHRAMM, 1970).

Ao comparar as localidades tradicionais e as em desenvolvimento, conforme o autor, Rao demonstrou que a diferença era uma estrada que ligava a localidade em desenvolvimento a uma pequena cidade, por onde passavam estrangeiros, publicações e filmes; “e por ela os residentes na povoação viajava pela primeira vez para ver a vida urbana” (SCHRAMM, 1970, p. 86).

Segundo Schramm, Rao entende que, quando as informações vêm de fora para uma comunidade isolada, as modificações disparam e essas transformações são percebidas pela massa. “Se informação suficiente está disponível, contribui para uma espiral de atividade desenvolvimentista” (SCHRAMM, 1970, p. 87).

Assim, o autor aponta que a conclusão do estudo de Rao revela que cada elemento age sobre os outros. Ao mesmo tempo que é verdade que o desenvolvimento econômico eleva o fluxo de informação, com base no aumento da capacidade de intercâmbio da população, refletida na aquisição de meios que favoreçam isso, como aquisição de jornais, rádios e etc, também considera-se verdade que o aumento de informação acelera o desenvolvimento econômico (SCHRAMM, 1970).

Outra pesquisa que respaldou as conclusões de Schramm acerca da importância da comunicação para o desenvolvimento foi o do psicólogo Leonard Doob, sobre as condições por ocasião do nascimento da comunicação de massa na África. De acordo com o autor, quando Doob estudou a África, a transição da comunicação oral para os veículos de massa ainda se encontrava no início.

Assim como as confirmações de Lerner e Rao, as observações de Doob revelam a importância da informação “no tempo das modificações culturais e o modo pelo qual o desenvolvimento das comunicações afeta e é afetado por outros tipos de desenvolvimento econômico e social” (SCHRAMM, 1970, p. 89-90).

Esse estudo revela, conforme o autor, que é possível adaptar os métodos de comunicação familiar aos novos veículos e que a informação útil pode ser assimilada sem a modificação de valores ou comportamentos. Mesmo com o pequeno fluxo de informação em regiões rurais de um país quando a comunicação de massa ainda se está iniciando, esse canal pode ser significativo (SCHRAMM, 1970).

Embora a literatura especializada não apresente maiores estudos na América Latina nos quais o desenvolvimento econômico e o das comunicações sejam as principais variáveis, Schramm considerou um estudo de investigações sobre a transformação social, no qual a comunicação era importante. O pesquisador, Dr. Allan R. Holmberg, segundo o autor, apresentou suas conclusões destacando as funções e importância da comunicação no processo de desenvolvimento.

Realizada no alto dos Andes, Peru, a pesquisa envolveu 1.850 índios que falavam quíchua e viviam num sistema feudal. A partir dos estudos, Holmberg, segundo Schramm, percebeu que um dos melhores meios de se ampliar os canais de informação é fazendo melhor uso dos veículos de comunicação (SCHRAMM, 1970).

O desenvolvimento dos meios de comunicação vai muito além do que ensinar as pessoas a ler e escrever, conforme Holberg apud Schramm (1970). No caso da comunidade isolada do Peru, o estabelecimento de jornais e estações de rádio regionais seria um grande passo no processo educacional, cultural e social.

Embora haja muitos outros aspectos do desenvolvimento da comunidade que podem ser incluídos num programa de transformação social induzida, a prestação de atenção especial às três áreas-chave – a vida econômica, a liderança e as comunicações – tem a vantagem de originar novas transformações (HOLBERG *apud* SCHRAMM, 1970, p. 97).

A ampliação dos canais de comunicação, para Holberg apud Schramm (1970), contribui para informar os moradores sobre os serviços disponíveis, a exemplo dos governamentais, bem como para encorajar as pessoas a desempenhar um papel mais ativo na sociedade.

A partir desses estudos, a conclusão do autor é que à serviço do desenvolvimento, os veículos de massa são agentes de transformação social e, por trás dessas mudanças

comportamentais, deve necessariamente haver transformações substanciais em concepções, crenças, técnicas e normas sociais (SCHRAMM, 1970).

De acordo com Schramm (1970), todos os tipos de modificações do homem necessárias ao desenvolvimento econômico são “longos, custosos e difíceis”; e é neste ponto que o autor acredita que a comunicação moderna se torna tão importante para o desenvolvimento econômico, uma vez que a tarefa dos veículos de comunicação de massa “consiste em acelerar e facilitar a longa e lenta transformação social necessária para o desenvolvimento”. Segundo o autor, esse processo se dá, em particular, por “acelerar e uniformizar a tarefa de modernização dos recursos humanos” em prol do esforço nacional” (SCHRAMM, 1970, p. 55).

Na década de 1960, quando o livro de Schramm fora escrito, o autor já previa as transformações tecnológicas que ocorreriam, e sobre a necessidade de mobilização das pessoas neste sentido disse o seguinte:

Em países populosos em que as máquinas são raras, a força muscular é a forma mais barata e mais facilmente mobilizável de energia. Mas ela é, enquanto muito, somente um paliativo – mobilização para as necessidades do passado, não para as do futuro. Não é o tipo de mobilização necessária para ascender economicamente. Quando vierem as máquinas, como acontecerá inevitavelmente, elas superarão a força muscular. Com vistas a essa nova era, quando os homens operarão máquinas, em vez de realizar o trabalho delas, é que os países em desenvolvimento devem preparar seu potencial humano (SCHRAMM, 70, p. 55).

Frederick Harbison ao estudar os problemas de potencial humano de 75 países, sintetizou, nas palavras do autor, que:

O progresso de uma nação depende primeiro e acima de tudo do progresso de seu povo.” [...] “O problema básico da maioria dos países subdesenvolvidos não é pobreza de recursos naturais, mas o subdesenvolvimento de seus recursos humanos. Assim, a sua primeira tarefa deve ser a de construir o seu capital humano. Em termos humanos, isso significa incrementar a educação, as técnicas e a esperança, e assim a saúde mental e física, de seus homens, mulheres e crianças (SCHRAMM, 70, p. 56).

Nesse ponto, a informação propagada pelos veículos de comunicação de massa tem um importante papel, pois em qualquer nação em processo de desenvolvimento segundo o autor, deve-se promover educação e treinamentos técnicos em larga escala. Assim, na mobilização de recursos humanos para o desenvolvimento, o treinamento qualificado e a mudança de concepções geralmente caminham paralelos. “Essa mobilização requer grande atenção para o que a população sabe e pensa do desenvolvimento nacional, especialmente para o encorajamento de concepções e costumes sociais e para o acúmulo de conhecimentos para que sejam favoráveis ao desenvolvimento” (SCHRAMM, 1970, p. 61).

Mas essa comunicação não deve ser confundida com manipulação das pessoas. Para o autor, há diferença entre a ação de “manipular” e o encaminhamento dos fatos, discussão, persuasão e argumentação, que segundo Schramm são parte do processo pelo qual o consenso é atingido em qualquer sociedade livre. Quanto maior e mais livre for o fluxo de informação, menos provável será que a comunicação manipuladora tenha algum efeito. Afinal, o efeito social básico da informação livre é “antes libertar do que manipular o homem. É liberá-lo da ignorância e da manipulação unilateral” (SCHRAMM, 1970, p. 68).

Sobre essa questão, Amartya Sen (2000) defende a expansão da liberdade como o principal meio de se chegar ao desenvolvimento. E, nesse caso, a imprensa, como instrumento de fortalecimento do constitucionalismo democrático, deve ser livre para que a sociedade seja informada adequadamente, de forma a saber qual o seu papel. Desta forma, os veículos de comunicação podem ser usados para atrair as pessoas ativamente para a tomada de decisões, de modo que tenham oportunidade de participar efetivamente do processo de construção de sua região.

Portanto, os caminhos abertos por esses estudos nos mostram que a comunicação oportuniza um processo de mudança constituída a partir do conhecimento, diálogo e mobilização, servindo, assim, como instrumento de mudança nos processos de desenvolvimento, à medida que leva informação e conhecimento às pessoas.

Que tipo de informação sobre desenvolvimento foi publicada no Estado do Tocantins ao longo de seus primeiros 30 anos e quem teve espaço para se manifestar sobre o tema é veremos nas seções seguintes. Antes, porém, será apresentada a metodologia da pesquisa.

Capítulo 06

APORTES METODOLÓGICOS

Este capítulo se ocupa em apresentar o conteúdo metodológico acerca da pesquisa realizada sobre o desenvolvimento do Estado do Tocantins a partir da imprensa - Jornal do Tocantins. O recorte cronológico (1988-2018) foi definido com o objetivo de observar a temática como parte da cobertura da imprensa no período pós-criação e durante o processo de formação e consolidação da mais nova unidade federativa brasileira.

Antes de passar para a formação do *corpus*, há de se informar que a pesquisa documental foi realizada em três etapas: a primeira ocorrida no acervo on-line, no site do Jornal do Tocantins (<https://www.jornaldotocantins.com.br/>), por meio do qual foram localizadas edições do período de 2010 a 2018; a segunda etapa foi feita nos arquivos físicos do referido periódico, no Cedoc da sede do Grupo Jaime Câmara em Palmas (TO); e a terceira fase nos arquivos de microfilmagem da empresa, localizados na sede do grupo em Goiânia (GO).

A escolha do periódico objeto da pesquisa se deu por ser este o jornal mais tradicional do Estado, com maior tempo em atividade/circulação: 42 anos. Enquanto esteve em circulação sua versão impressa, até o dia 31 de dezembro de 2018, o periódico possuía o maior número de assinantes e leitores, aproximadamente 10 mil, e contava com estrutura física composta por redação e parque gráfico; corpo editorial formado por repórteres, editores, fotógrafos, colunistas, entre outros; além de cobrir cerca de 80% dos municípios tocaninenses (SILVA; ROCHA, 2018).

Ainda sobre o veículo selecionado, é importante citar que o Jornal do Tocantins foi criado em 18 de maio de 1979, pelo jornalista e empresário Jaime Câmara, proprietário da então Organização Jaime Câmara (OJC), hoje Grupo Jaime Câmara. E que a trajetória do veículo acompanha a história de criação e consolidação do Estado. Atualmente o periódico segue apenas na versão on-line.

Como o espaço de tempo estudado é longo, 30 anos, o que demandaria uma grande gama de matérias e bastante tempo para o levantamento e análise dos textos, optou-se por montar um *corpus* observando as edições do jornal no período de comemoração do aniversário do Estado, dia 05 de outubro. Assim, foram observadas as edições que circularam dez dias antes e dez dias depois dessa data, ou seja, de 25 de setembro a 15 de outubro – quando o jornal ritualmente mais publica matérias especiais trazendo dados

diversos sobre o Estado, tendo sido essa a melhor e mais segura forma encontrada para o desenvolvimento da pesquisa.

Em relação à seleção de textos dentro do recorte escolhido, a única exceção ocorreu com os exemplares do ano de 1988, uma vez que o Estado fora criado no dia 5 de outubro e, em relação àquele ano, só foram localizados arquivos referentes ao mês de novembro.

À luz do que fora apresentado anteriormente sobre imprensa e desenvolvimento, inicialmente, foram observadas todas as seções do jornal, a exceção para o caderno de classificados. Então, foram selecionadas todas as matérias sobre o desenvolvimento presentes no periódico. Tanto na análise da capa, como na do interior dos cadernos, foram lidos todos os textos que apresentassem palavras-chave que pudessem remeter à questão do desenvolvimento durante o período pesquisado. Foram observados o título, o chapéu, o *lead*, as frases destacadas, o subtítulo e as legendas das fotografias, quando havia.

Assim, foram buscados nos textos os seguintes termos: “desenvolvimento”, “crescimento”, “progresso”, “avanço”, “superação”, “construção” (es), “inauguração” (es) e “obra” (s). Desta forma foi encontrado o material que constituiu o *corpus*, formado de 525 textos (reportagens, notas, entrevistas, notícias, artigos de opinião, editoriais, comentários e colunas).

Com a identificação dos textos jornalísticos sobre o desenvolvimento tocantinense, o material foi organizado de forma a facilitar as análises de conteúdo, método empírico que, segundo Bardin (2011) consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados.

Assim, foi feita uma primeira leitura, de forma exploratória, e algumas anotações iniciais do material selecionado com o objetivo de organizar o conteúdo em uma planilha. Nessa planilha foram cadastrados todos os textos, dos quais foram destacados: ano, título, autor, gênero jornalístico e as fontes e vozes presentes. Em um segundo momento foi realizada uma leitura mais qualificada de um terço 1/3 do *corpus*, de forma bem distribuída ao longo do recorte. De cada texto foi identificado de que tipo de desenvolvimento se tratava, o que serviu de base para a montagem da grade de enquadramentos desse material.

Posteriormente, foi feita uma nova leitura, dessa vez de forma sistemática, em todo o conteúdo extraído dos textos jornalísticos para que fosse possível fazer sua respectiva interpretação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas as análises de enquadramentos dos textos jornalísticos, de classificação dos gêneros jornalísticos e a

identificação dos grupos sociais (fontes e vozes) presentes no conteúdo selecionado, conforme explicação a seguir:

6.1 Análise de enquadramento

Enquadrar significa isolar alguns quadros de entendimentos básicos [*basics frameworks of understandings*] “para dar sentido a eventos e analisar vulnerabilidades especiais a que esses quadros de referência estão sujeitos.” Essa atividade é baseada em “princípios de organização que governam eventos, chamados aqui de enquadramentos [*frames*]” (GOFFMAN, 1986, p. 10).

Quer dizer selecionar atividades percebidas em determinadas partes da realidade e torná-las mais perceptíveis, de modo a promover a definição de problemas específicos, segundo Entman (1993). No caso do enquadramento noticioso, como nesta pesquisa, foi feita a seleção e destacado o conteúdo midiático com vistas a evidenciar o enquadramento. Por esse ângulo, Entman cita o papel dos veículos de comunicação nesse processo de facilitação da construção de quadros, ao selecionarem alguns aspectos da realidade em detrimento de outros.

Assim, para facilitar a descoberta dos aspectos mais relevantes nos textos, Entman (1993) orienta a identificar o problema, a traçar as causas que motivam a problemática, a descobrir os atores envolvidos no caso, a verificar quais as possíveis remediações sugeridas e a quem é creditado poder de resolução, e a fazer a avaliação moral da construção social a partir do enquadramento.

Essa metodologia de pesquisa tem o reconhecimento de vários pesquisadores, como Scheufele (1999), por exemplo, para o qual a mídia constrói a realidade social por meio de quadros de imagens da realidade, de forma previsível e padronizada. Há outros que veem enquadramento noticioso com uma forma de organização da realidade, e aqueles que defendem como guia dos emissores e receptores da mensagem jornalística (MC LEOD; DETENBER, 1999).

A efetividade desse método de análise tem feito com que cada vez mais acadêmicos brasileiros encontrem no conceito de enquadramento um instrumento importante para os estudos da relação entre a mídia e os movimentos sociais, conforme Porto (2004). Tanto que, para o autor, é possível considerar que o enquadramento representa uma proposta teórica para os estudos da comunicação.

Segundo Porto, existem dois tipos de enquadramento: os noticiosos e os interpretativos. “Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e

ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, 2004, p. 91). Seria o ponto de vista adotado pelos textos noticiosos que destacam certos aspectos de uma realidade em detrimento de outros.

Por outro lado, o que define os enquadramentos interpretativos são os “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc” (PORTO, 2004, p. 92). Nesse caso, as interpretações são vistas por um contexto mais amplo, podendo ou não ser incorporadas pela mídia. Enquanto os enquadramentos noticiosos são elaborados pelos jornalistas, os interpretativos são criados por atores políticos e sociais.

O conceito de enquadramento tem impulsionado pesquisas diversas, principalmente nas áreas sociológicas, políticas, comunicacionais e psicológicas, por se tratar de um método apto a alcançar a dimensão simbólico-interpretativa das relações sociais (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Assim, a partir desse entendimento acerca de enquadramento, foi possível definir sentidos que estavam presentes no contexto dos temas, identificando o assunto do qual cada texto tratava, o que poderia ter motivado as pautas, e as fontes e vozes presentes para, a partir de então, montar os quadros para as análises.

6.1.1 Enquadramentos presentes na cobertura sobre o desenvolvimento tocantinense

Realizada a análise de conteúdo, foi feita a classificação dos textos de acordo com o enquadramento predominante (quando seu significado é mais evidente) dos textos em grupos temáticos. Vale ressaltar que o processo de enquadramento foi facilitado porque as matérias jornalísticas são “construídas a partir de princípios que permitem perceber e compreender uma situação ou um fenômeno de um determinado jeito” (PEDROSO NETO, 2020, p. 5).

Durante o processo de enquadramento foi percebido que alguns dos materiais separados contavam com uma grande variedade de assuntos e detalhes dentro do mesmo contexto do desenvolvimento já enquadrado, como exemplo os textos relativos ao desenvolvimento econômico. Para uma melhor organização desses quadros, de forma a dar mais destaque ao tema e facilitar o entendimento, optou-se por distribuí-los em eixos temáticos.

Assim ocorreu com 30 dos quadros formados, que foram distribuídos em seis eixos temáticos. Os outros 8 quadros, por apresentarem características pontuais em relação ao desenvolvimento, não houve a necessidade de implementar a organização.

Deste modo, foram formados 38 enquadramentos, sendo que 30 destes estão distribuídos em seis eixos temáticos, como poderá ser observado nos Quadros 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8:

Quadro 2 – Enquadramentos do Eixo Desenvolvimento e o agronegócio

Desenvolvimento e o agronegócio – DesAgro
Desenvolvimento e o agronegócio: crescimento – DesAgroCres
Desenvolvimento e o agronegócio: investimentos – DesAgroInv
Desenvolvimento e o agronegócio: outros – DesAgroOut
Desenvolvimento e o agronegócio: potencialidades – DesAgroPot
Desenvolvimento e o agronegócio: problemas – DesAgroPbm

Quadro 3 – Enquadramentos do Eixo Desenvolvimento e autonomia

Desenvolvimento e autonomia – DesAut
Desenvolvimento e autonomia: consolidação – DesAutCons
Desenvolvimento e autonomia: governadores – DesAutGov

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 4 – Eixo e enquadramentos Desenvolvimento econômico

Desenvolvimento econômico – DesEcon
Desenvolvimento econômico: comércio – DesEcoCom
Desenvolvimento econômico: crescimento – DesEcoCres
Desenvolvimento econômico: entraves – DesEcoEntv
Desenvolvimento econômico: exportações – DesEcoExp
Desenvolvimento econômico: indústria – DesEcoInd
Desenvolvimento econômico: investimentos – DesEcoInv
Desenvolvimento econômico: outros – DesEcoOut
Desenvolvimento econômico: receita – DesEcoRec
Desenvolvimento econômico: trabalho – DesEcoTrab

Quadro 5 – Eixo e enquadramentos Desenvolvimento e as grandes obras

Desenvolvimento e as grandes obras – DesGdObr
Desenvolvimento e as grandes obras: aeroporto – DesGdObrAer
Desenvolvimento e as grandes obras: Ferrovia Norte-Sul – DesGdObrFNS
Desenvolvimento e as grandes obras: outras – DesGdObrOut
Desenvolvimento e as grandes obras: problemas – DesGdObrPbm
Desenvolvimento e as grandes obras: rodovias – DesGdObrRod
Desenvolvimento e as grandes obras: usinas hidrelétricas – DesGdObrUHE

Quadro 6 – Eixo e enquadramentos Desenvolvimento e recursos naturais

Desenvolvimento e recursos naturais – DesRNat
Desenvolvimento e recursos naturais: hídrico – DesRNatHid
Desenvolvimento e recursos naturais: minerais – DesRNatMin
Desenvolvimento e recursos naturais: problemas – DesRNatPbm
Desenvolvimento e recursos naturais: sustentabilidade – DesRNatSus

Quadro 7 – Eixo e enquadramentos Desenvolvimento social

Desenvolvimento social – DesSoc
Desenvolvimento social: desigualdades – DesSocDesg
Desenvolvimento social: população – DesSocPop
Desenvolvimento social: opiniões – DesSocOpn
Desenvolvimento social: qualidade de vida – DesSocQV

Quadro 8 – Enquadramentos diversos

ENQ - DesCult /DesEduPesq /DesElei /DesMAmbTur /DesOut / DesPlanOrd /DesTOHist /DesUrbHab
Desenvolvimento cultural – DesCult
Desenvolvimento, educação e pesquisa – DesEduPesq
Desenvolvimento e eleição – DesElei
Desenvolvimento, meio ambiente e turismo – DesMAmbTur
Desenvolvimento Outros – DesOut
Desenvolvimento, planejamento e ordenamento – DesPlanOrd
Desenvolvimento do TO no contexto histórico – DesTOHist
Desenvolvimento Urbano e Habitação – DesUrbHab

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Apresento as definições dos enquadramentos de acordo com os sentidos e os significados:

Desenvolvimento e o agronegócio: crescimento (DesAgroCres). *Princípio fundamental:* aborda o crescimento e o fortalecimento da economia tocantinense a partir das atividades do agronegócio, principalmente da agricultura e pecuária. Destaca o aumento da produção; por vezes apresenta problemas, principalmente para o escoamento dos produtos. *Significa:* aumento da produtividade nas principais lavouras do Tocantins; as variedades mais produtivas; as melhores condições de plantio; os avanços da agricultura irrigada. Projeto Rio Formoso e Prodecer III como grandes ações voltadas para o aumento da produção. Aumento do rebanho bovino e as exportações. Apresenta números absolutos e percentuais: números da produção anual de grãos, área plantada, investimentos; rebanho bovino (2005), área plantada e safra de arroz e soja (2003); exportações do agronegócio.

Desenvolvimento e o agronegócio: investimentos (DesAgroInv). *Princípio fundamental:* apresenta os investimentos, financiamentos, projetos e acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento do agronegócio no Estado. Traz a visão do produtor e mecanismos para desenvolvimento do setor. *Significa:* os investimentos por meio do FNO para o financiamento de projetos agropecuários e outros; acordo de cooperação técnica com o governo Japonês através do Prodecer; contratos para a aquisição de máquinas agrícolas, eletrificação rural, pavimentação de rodovias; criação e instalação de patrulhas agrícolas mecanizadas para atender aos pequenos produtores rurais. Apresenta números absolutos e percentuais: propostas de financiamento apresentada ao FNO; equivalência e expectativa de aprovação; recursos investidos no Prodecer, produção agrícola a partir desse projeto, área destinada à agricultura, número de empregos gerados; valor de proposta de financiamento com Bird.

Desenvolvimento e o agronegócio: outros (DesAgroOut). *Princípio fundamental:* apresenta enquadramentos pouco recorrentes. Exemplo: mudança na política agrícola do governo; grãos a preços acessíveis ao consumidor; propostas de parlamentares apresentadas para o setor.

Desenvolvimento e o agronegócio: potencialidades (DesAgroPot). *Princípio fundamental:* apresenta a agricultura e a pecuária como a base de sustentação econômica do Estado, bem como as potencialidades locais. Traz informações de outras áreas do agronegócio propícias ao desenvolvimento, a exemplo da fruticultura, bem como dados sobre área plantada, principais culturas e espécies, assim como a produção. *Significa:* nova fronteira de desenvolvimento agrícola, grande potencial para a geração de emprego e renda e produção de grãos, potencial para o desenvolvimento da piscicultura e da fruticultura; localização estratégica para o escoamento da produção. Apresenta números absolutos e

percentuais: extensão de área cultivada no Brasil, área com potencial para a atividade, áreas produtivas e pastagens degradadas.

Desenvolvimento e o agronegócio: problemas (DesAgroPbm). *Princípio fundamental:* aborda os problemas e entraves no processo de desenvolvimento do agronegócio no Estado. *Significa:* causas naturais, como a estiagem; burocracia nos serviços públicos, a ausência de ações governamentais; e a carência de políticas de incentivo à atividade. Apresenta números absolutos e percentuais: composição da pauta de exportação do Tocantins, expectativa de produção leiteira (2011).

Desenvolvimento e autonomia: consolidação (DesAutCons). *Princípio fundamental:* Aborda as transformações ocorridas nas diversas áreas e setores, bem como a autonomia conquistada a partir da divisão territorial. Traz comparações entre a realidade pós-criação do Tocantins e a época de quando a região pertencia a Goiás. Por vezes apresenta opiniões críticas sobre o processo lento de desenvolvimento, assim como os resultados alcançados diferentes do esperado. *Significa:* o fim do isolamento e a melhoria dos serviços oferecidos à população, principalmente nos setores da saúde, segurança, educação e infraestrutura rodoviária. O Estado deixou para trás o título de “corredor da miséria”. Apresenta números absolutos e percentuais: aumento no número de escolas e salas de aula, número de leitos e unidades hospitalares, quilômetros de estradas pavimentadas; número do PIB, investimentos mensais, produção anual de grãos, expansão da malha viária pavimentada, alcance do saneamento básico nos municípios, crescimento anual, receita.

Desenvolvimento e autonomia: governadores (DesAutGov). *Princípio fundamental:* Apresenta análises, avaliações, projetos e perspectivas sobre o processo de criação e desenvolvimento do Estado do Tocantins a partir de governantes e ex-governadores. *Significa:* divisão territorial, investimentos, conquistas, apostas, planos e projetos de governantes para desenvolvimento do Estado. Na grande maioria das vezes, as colocações são positivas. Desafios e prioridades para governantes. Autonomia conquistada representando possibilidade de aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social. Apresenta números absolutos: investimentos, unidades habitacionais, obras na área de educação, incentivos fiscais.

Desenvolvimento cultural (DesCult). *Princípio fundamental:* Aborda as manifestações culturais, tradições folclóricas e religiosas; diversidade de culturas, dificuldades para a construção da identidade cultural no Estado; caminhos para se conquistar a autonomia no setor. *Significa:* ressurgimento de festas importantes e eventos musicais e literários; manifestações folclóricas e reconhecimento dos patrimônios históricos locais; cultura como aliada para a construção de novos paradigmas sociais. Apesar de consolidação, o setor ainda

depende de incentivos. Apresenta números absolutos e percentuais: quantidade de museus, teatros, bibliotecas públicas e cinemas no Tocantins.

Desenvolvimento econômico: comércio (DesEcoCom). *Princípio fundamental:* Traz o fortalecimento do comércio e o crescimento do setor. *Significa:* atividade influenciada, em sua maioria, pela agropecuária e o serviço público; comércio varejista. Apresenta números absolutos e percentuais: empresas - total, por setor, por porte e por legalidade; empresas extintas.

Desenvolvimento econômico: crescimento (DesEcoCres). *Princípio fundamental:* aborda a construção e a evolução do perfil econômico do Estado; apresenta números e empreendimentos responsáveis por alavancar a economia. Por vezes contrasta o desenvolvimento econômico com o social, em função de problemas em áreas, como a saúde, e questiona o real desenvolvimento do Estado. *Significa:* perfil econômico do Tocantins, crescimento gerando autonomia no campo econômico, crescimento acima da média nacional, classe empresarial apostando na economia local. Apresenta números absolutos e percentuais: número de empregos gerados, investimentos, população, estratificação da população, rebanho bovino, toneladas de soja produzidas em 2005, empresas do setor de comércio, indústria e serviços, população economicamente ativa e distribuição de renda (PNUD-2005), IDH, domicílios, carência habitacional, acesso à água e à rede de esgoto; PIB.

Desenvolvimento econômico: entraves (DesEcoEntv). *Princípio fundamental:* aborda a necessidade de capital para viabilizar o desenvolvimento tocantinense, bem como os incentivos do governo como forma de atrair investimentos. *Significa:* entraves na legislação; burocracia; falta de recursos.

Desenvolvimento econômico: exportações (DesEcoExp). *Princípio fundamental:* Apresenta os incentivos voltados para a atividade de exportação e o crescimento da atividade no Estado. *Significa:* ações com vista à difusão da cultura da exportação no Tocantins; ampliação das atividades; confiança no setor.

Desenvolvimento econômico: indústria (DesEcoInd). *Princípio fundamental:* aborda as ações voltadas para o fortalecimento e crescimento da indústria. Apoio e incentivos para o desenvolvimento do setor no Tocantins. As potencialidades do Estado, projetos para atrair investimentos, inclusive internacionais; entraves para o desenvolvimento do setor; demandas e prioridades. *Significa:* a agroindústria como o caminho para desenvolver o setor da indústria – começou a crescer a partir de 1995; dificuldades no setor industrial no Tocantins, assim como as ações; projetos e incentivos por parte do poder público com o objetivo de atrair empresas e implementar o desenvolvimento industrial, a exemplo do

Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico do Tocantins (IDE) e Progredir, e da primeira feira promocional, com o objetivo de implementar o desenvolvimento agroindustrial no Tocantins, do Faconci e Feniago. Mostra que, apesar das dificuldades, principalmente pela falta de recursos, a classe empresarial acredita nas potencialidades da região, burocracia e impostos são gargalos para o crescimento da indústria. Apresenta números absolutos e percentuais: número de estabelecimentos, arrecadação do setor, percentual de crescimento, geração de emprego, PIB (2006).

Desenvolvimento econômico: investimentos (DesEcolnvs). *Princípio fundamental:* aborda as iniciativas do governo com vista à captação de recursos para o desenvolvimento econômico no Tocantins, bem como incentivo a empresas, visando o crescimento do setor empresarial. Apresenta investimentos e ações para viabilizar projetos de desenvolvimento. *Significa:* projetos com o objetivo de buscar investimentos para o Estado - Bolsa de negócios; concessão de benefícios a empresas – Prosperar; melhorias nas áreas de infraestrutura, saneamento, indústria; apoio da União, recursos constitucionais, recuperação de rodovias; projeto Orla. Apresenta números absolutos e percentuais: incentivos fiscais concedidos a empresas, crescimento no quantitativo de empresas no período de 1989 a 1997; investimentos no setor; malha viária restaurada, valor de parcelas de empréstimo do Bird, repasse do governo federal aos estados da região Norte por meio do FNO (1993).

Desenvolvimento econômico: outros (DesEcoOut). *Princípio fundamental:* apresenta enquadramentos pouco recorrentes, abordando, principalmente, o início da organização econômica no novo estado, oportunidades e serviços. *Significa:* Início do novo ciclo na região; organização classista, serviços, instituições financeiras, privatizações.

Desenvolvimento econômico: receita (DesEcoRec). *Princípio fundamental:* Aborda a evolução da receita estadual. *Significa:* a receita como fator positivo da região, após divisão com o estado de Goiás; destaca o crescimento médio na arrecadação acima dos índices inflacionários, maior que a média do país; e a expectativa de maior crescimento; potencial econômico do Tocantins; comércio como maior contribuinte. Apresenta números absolutos e percentuais: comparação entre o crescimento nominal e a inflação; aumento da arrecadação estadual; projeção; números da contribuição por área.

Desenvolvimento econômico: trabalho (DesEcoTrab). *Princípio fundamental:* aborda empregos gerados, mercado de trabalho, empregos formais, falta de trabalho. *Significa:* o crescimento de empregos gerados, as principais demandas na área, setor público como principal fonte empregadora. Apresenta números absolutos e percentuais: número de empresas constituídas nas áreas do comércio, prestação de serviços e indústria, renda do tocantinense em comparação entre os anos 2008 e 2009, valor médio da renda dos

habitantes, diferença por sexo, rendimento em relação à média nacional.

Desenvolvimento, educação e pesquisa (DesEduPesq). *Princípio fundamental:* Apresenta a educação e a pesquisa como aliadas do desenvolvimento; metas, número, histórico de luta pelo ensino superior público e gratuito; por vezes aborda problemas e gargalos que ainda impedem o Estado de chegar a uma educação de qualidade. *Significa:* pesquisas na área agropecuária; apresenta resultados positivos; investimentos em pesquisas como forma de conquistar o desenvolvimento; plano de desenvolvimento da educação, qualidade da aprendizagem como prioridade; ações em prol da ciência e tecnologia. Apresenta números absolutos e percentuais: recursos disponibilizados em 2007 a para pesquisa e o desenvolvimento.

Desenvolvimento e Eleição (DesElei). *Princípio fundamental:* Apresenta os planos de governos, propostas de candidatos com vistas ao desenvolvimento do Estado; aborda as legendas partidárias e o papel do eleitor no processo de crescimento do Estado. *Significa:* anseios dos tocantinenses e esperança de melhorias; participação do eleitor no processo administrativo; cobranças e fiscalização dos governantes, amadurecimento político, voto como instrumento de desenvolvimento. Apresenta números absolutos e percentuais: previsão de crescimento do PIB (2018); crescimento da economia tocantinense; taxa de desemprego; população economicamente ativa.

Desenvolvimento e as grandes obras: aeroporto (DesGdObrAer). *Princípio fundamental:* aborda o processo de construção e inauguração do aeroporto definitivo da Capital – Palmas, assim como traz os investimentos, capacidade e benefícios. *Significa:* a construção e o funcionamento do aeroporto como melhorias na área logística necessárias ao desenvolvimento do Estado. Apresenta números absolutos e percentuais: a estrutura do aeroporto definitivo – pista, área construída e capacidade.

Desenvolvimento e as grandes obras: Ferrovia Norte-Sul (DesGdObrFNS). *Princípio fundamental:* aborda os projetos, a trajetória de construção (etapas de obras) e inaugurações - Ferrovia Norte-Sul. *Significa:* ferrovia como fator de desenvolvimento para a região. Apresenta números absolutos e percentuais: investimentos, custo e extensão da ferrovia.

Desenvolvimento e as grandes obras: outras (DesGdObrOut). *Princípio fundamental:* apresenta enquadramentos pouco recorrentes sobre outros projetos e obras com vistas ao desenvolvimento da região; inaugurações e melhoria na infraestrutura. *Significa:* estudos de viabilidade de hidrovias, plano para a implantação de portos, e construção de linhão; infraestrutura logística para apoiar atividades econômicas; obras inauguradas no governo FHC. Apresenta números absolutos e percentuais: porto fluvial de Praia Norte, aumento

médio anual da produção agrícola, capacidade estática do Estado para armazenamento de grãos.

Desenvolvimento e as grandes obras: problemas (DesGdObrPbm). *Princípio fundamental:* aborda a falta de estradas e infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Traz reivindicações, pavimentação asfáltica e construção de pontes. *Significa:* contraste entre as riquezas e as condições das estradas – Jalapão; a busca por melhorias na infraestrutura; reivindicações de estradas para o escoamento da produção por parte de produtores. Apresenta números absolutos e percentuais: km de rodovias em construção em 1995, km de rodovias pavimentadas.

Desenvolvimento e as grandes obras: rodovias (DesGdObrRod). *Princípio fundamental:* aborda a construção de rodovias e pontes, bem como a manutenção da malha viária; melhoria da infraestrutura rodoviária; fim do isolamento. *Significa:* as rodovias e pontes construídas a partir da criação do Estado tirou a região do isolamento e do atraso, consolidando a infraestrutura rodoviária e beneficiando o desenvolvimento econômico. Interligação de regiões e ampliação da fronteira agrícola, transporte de produtos com barateamento do frete. Apresenta números absolutos e percentuais: valor de concessão da BR-153, custo de pedágio, trecho duplicado e recuperado em km; malha viária pavimentada, antes e depois da criação do Estado.

Desenvolvimento e as grandes obras: usinas hidrelétricas (DesGdObrUHE). *Princípio fundamental:* trata dos projetos, licitações, etapas de obras e inaugurações de usinas hidrelétricas, bem como investimentos e a geração de energia, emprego e desenvolvimento para a região e o país. Por vezes aborda a questão sobre os impactos ambientais e sociais das obras. *Significa:* associa as hidrelétricas como fator de desenvolvimento econômico - hidrelétricas do Lajeado, Peixe-Angical, São Salvador, Estreito e Agro-Traffo. Apresenta números absolutos e percentuais: investimentos em hidrelétricas, capacidade de geração de energia.

Desenvolvimento, meio ambiente e turismo (DesMAmbTur). *Princípio fundamental:* apresenta as potencialidades naturais do Estado voltadas para o desenvolvimento do turismo e preservação do meio ambiente; ações voltadas para o incremento e fortalecimento do setor, sem descuidar da preservação ambiental; crescimento da atividade. *Significa:* incremento intensivo do turismo utilizando as potencialidades naturais – complexo turístico do Araguaia-Cantão, região do Jalapão, Ilha do Bananal e rota turística do Bico do Papagaio; Programa *Ecotur*, criação de Área de Proteção Ambiental, mão de obra especializada, roteiros incluídos em programas da Embratur. Apresenta números absolutos:

recursos para investimentos em projetos de ecoturismo; empregos gerados, agências de viagem e hotéis.

Desenvolvimento Outros (DesOut). *Princípio fundamental:* categoria residual que agrupou enquadramentos pouco recorrentes. Exemplo: evento em homenagem ao aniversário do Tocantins, evento com o objetivo de discutir o desenvolvimento socioeconômico, a importância do capital humano no desenvolvimento, privatização da companhia de energia elétrica do Estado, a dívida da União com o Estado, desenvolvimento do futebol tocantinense, dentre outros.

Desenvolvimento, planejamento e ordenamento (DesPlanOrd). *Princípio fundamental:* Aborda os dispositivos legais – contexto constitucional, os princípios que nortearam as ações político-administrativas, planejamento e atividades com o objetivo de melhor instrumentar o desenvolvimento no Estado; participação popular no processo de planejamento público. *Significa:* revisão da constituição estadual; organização da estrutura do poder público; criação de novos municípios; independência administrativa; audiências públicas para discussão do PPA e outros planejamentos governamentais. Apresenta números absolutos e percentuais: população estimada, número de municípios, crescimento populacional, receita tributária, PIB, eleitores.

Desenvolvimento e recursos naturais: hídrico (DesRNatHid). *Princípio fundamental:* apresenta os rios que cortam o Estado, sobretudo o Tocantins e o Araguaia, como propícios ao desenvolvimento nas áreas de transporte, agricultura e geração de energia. Por vezes traz posicionamentos contrários a projetos, sob o argumento de danos ao meio ambiente. *Significa:* viabilidade de navegação comercial dos rios Araguaia e Tocantins (hidrovia), hidrovia como opção para o transporte de mercadorias, sendo parte da proposta de corredor multimodal. Projeto Rio Formoso como viabilidade técnica e econômica da exploração racional das várzeas. Apresenta o potencial energético dos rios favoráveis à construção de usinas hidrelétricas - autonomia energética. Por vezes apresenta posições contrárias, como a do Ministério Público, que considerou propostas inviáveis por alterações que causam ao meio ambiente. Apresenta números absolutos e percentuais: investimentos previstos, extensão, total de área produtiva a ser beneficiada com o projeto Rio Formoso, PIB, arrecadação de ICMS, produção agrícola, população, potencial de água disponível, extensão das bacias; número de consumidores – residenciais, industriais e comerciais, e taxa de consumo; extensão de linhas de transmissão, investimentos, produção de energia, número de produtores rurais beneficiados com a eletrificação rural. Geração de energia em MW.

Desenvolvimento e recursos naturais: minerais (DesRNatMin). *Princípio fundamental:* aborda as potencialidades minerais do Estado, a necessidade de estudos mais aprofundados para um melhor aproveitamento diante do cenário propício à exploração; aponta a localização das principais reservas e empresas exploradoras. *Significa:* a ocorrência de minerais no Estado, principalmente o ouro, o calcário, o zinco /cobre e o quartzo-cristal. Investimentos retraídos no setor. Recomendação do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência e Tecnologia para a instalação de um núcleo de pesquisa mineral no Estado e a proposta de um projeto consociado de desenvolvimento tecnológico.

Desenvolvimento e recursos naturais: problemas (DesRNatPbm). *Princípio fundamental:* associa problemas ambientais a projetos destinados ao agronegócio e outras áreas, assim como as grandes obras. *Significa:* danos ambientais causados, principalmente, pela atividade de expansão agrícola e obras de usinas hidrelétricas. Reflexão para a necessidade da preservação ambiental. Apresenta números absolutos e percentuais: área de Floresta Amazônica e Cerrado, áreas potenciais para conservação, de território indígena e destinada à proteção ambiental, área desmatada em 2007 e em 2017; área de pastagens de florestas nativas e secundárias queimada em 1990.

Desenvolvimento e recursos naturais: sustentabilidade (DesRNatSus). *Princípio fundamental:* condiciona a exploração de riquezas naturais à preservação do meio ambiente. Aborda ações e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. *Significa:* promoção do desenvolvimento sustentável em áreas destinadas à agricultura, pecuária; manejo florestal; regulamentação da política florestal no Estado; energia solar; empreendimentos que atendem à preservação do ecossistema e produzem bem-estar à população; desenvolvimento de comunidades a partir do artesanato; projeto *Cidades Emergentes e Sustentáveis*. Apresenta números absolutos e percentuais: recursos destinados a programas voltados para a redução do desmatamento e fomento de cadeias produtivas sustentáveis.

Desenvolvimento social: desigualdades (DesSocDesg). *Princípio fundamental:* Associa o crescimento populacional ao aumento dos problemas sociais, faz comparações entre melhorias em determinadas áreas e dificuldades em outras. Aborda as dificuldades, sobretudo na saúde, apesar das melhorias alcançadas. *Significa:* desigualdades, contrastes, serviços insuficientes, infraestrutura deficiente, falta de planejamento; cobrança por melhorias; apesar dos problemas moradores querem continuar morando no Estado-cidade-Palmas. Apresenta números absolutos e percentuais: Índice de Desenvolvimento Humano, dados referentes à educação e à moradia. Número de unidades hospitalares; déficit de leitos; taxa de mortalidade infantil (2016); agentes comunitários de saúde; número de médicos por habitantes; casos de leishmaniose visceral e hanseníase.

Desenvolvimento social: população (DesSocPop). *Princípio fundamental:* Aborda o crescimento no Estado a partir do número de habitantes, apresentado pelo censo demográfico do IBGE, bem como as faixas etárias mais populosas. *Significa:* crescimento demográfico maior que índices nacionais; aumento da população jovem; crescimento da participação de jovens em áreas vitais para o desenvolvimento; movimento migratório a partir da criação do Tocantins. Apresenta números absolutos: brasileiros vivendo no Tocantins (IBGE-1991); crescimento populacional do Estado em relação ao do país; população de Palmas; satisfação dos palmenses com os serviços como: infraestrutura, saúde, segurança e educação; repasse FPM para Oliveira de Fátima.

Desenvolvimento social: opiniões (DesSocOpn). *Princípio fundamental:* Traz as opiniões e depoimentos de personalidades, sobretudo do cenário político, sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins. A grande maioria das opiniões é de cunho positivo, mas, por vezes, há depoimentos lamentando crise de cunho econômica e sobre o “baixo” crescimento. *Significa:* divisão territorial positiva; criação do Tocantins como uma conquista do povo nortense; condições e oportunidade para todos; Estado progrediu e cresceu economicamente; norte goiano renasceu. Apresenta números absolutos: crescimento anual do Estado em relação à média nacional.

Desenvolvimento social: qualidade de vida (DesSocQV). *Princípio fundamental:* traz histórias de pessoas que vieram para a região em busca de uma vida melhor; ações em prol da melhoria de vida dos tocantinenses; apresenta a ampliação e melhoria dos serviços e, por vezes, lembra das deficiências ainda existentes e da necessidade de melhorias. *Significa:* Associa a ampliação da oferta de serviços à melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população; personagens e histórias, sonhos, oportunidades. Apresenta números absolutos e percentuais: Índice de Desenvolvimento Humano tocantinense; índice de analfabetismos (PNUD-2006); habitantes (IBGE-2009); expectativa de vida

Desenvolvimento do TO no contexto histórico (DesTOHist). *Princípio fundamental:* Faz um retrospecto da história de luta por causa das condições de atraso da região, contextualizando com o processo de criação do Tocantins para o desenvolvimento local. Enaltece a saga do povo nortense na busca pela criação do Estado do Tocantins; apresenta a divisão territorial como aspecto positivo, tendo sido favorável ao desenvolvimento da região. *Significa:* A história de luta pela emancipação do Tocantins, da disputa pela autonomia política-administrativa, da promulgação da Constituição Federal, da legalização da divisão territorial, das especulações sobre a localização da nova capital; os heróis dessa história; Estado como fruto da determinação e coragem de pessoas que acreditaram que o Tocantins era possível; a luta de gerações; números provando a viabilidade do Estado.

Apresenta números absolutos e percentuais: quantidade de habitantes, renda média *per capita*, crescimento populacional, comparação da taxa de arrecadação da receita de Goiás com a do Tocantins.

Desenvolvimento Urbano e Habitação (DesUrbHab). *Princípio fundamental:* trata da questão fundiária em áreas urbanas, legalização de áreas rurais e problema da falta de moradia e das invasões; projetos urbanísticos; questões urbanas. *Significa:* o litígio jurídico entre governo e proprietários de terra na Capital, Palmas, ações governamentais no sentido de resolver a questão. Legalização de chácaras no entorno de Palmas; criação do Ministério do Desenvolvimento urbano. Associação do problema das invasões à falta de moradias, ocasionando prejuízos ao crescimento ordenado; propostas para sanar o problema; inclusão de Palmas em programa do Bird para minimizar situação em grandes cidades que sofrem com o estrangulamento populacional; BRT. Apresenta números absolutos e percentuais: índice de crescimento anual de Palmas, déficit habitacional (2007-2013).

Na sequência, serão analisados os gêneros jornalísticos presentes na cobertura da imprensa sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins. É importante citar que essa análise foi realizada nesta pesquisa com a finalidade de contextualizar o conteúdo enquadrados sobre o tema estudado.

6.1.2 Classificação dos gêneros jornalísticos

Classificar gêneros é o maior desafio do jornalismo como campo de conhecimento, segundo José Marques Melo. Para o autor, esse trabalho representa o aspecto da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística. Por meio dos gêneros jornalísticos, é possível compreender os diferentes discursos produzidos pelos meios de comunicação (MARQUES DE MELO, 1994).

Para Juan Gargurevich (1982), os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas usam para expressar suas ideias. Assim um gênero é definido por duas características básicas: aptidão para agrupar diferentes formatos, embora com caracteres comuns, diferentes entre si; e sua função social (MARQUES DE MELO, 1994).

Vistos sob diferentes pontos de vista, segundo Beltrão (1969; 1976; 1980), a divisão do jornalismo em gêneros se dá da seguinte forma:

- 1) **Jornalismo informativo:** notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem;
- 2) **Jornalismo interpretativo:** reportagem em profundidade;

3) **Jornalismo opinativo:** editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Já para Marques de Melo (2009), a distribuição dos formatos é assim sugerida:

1) **Gênero informativo:** nota, notícia, reportagem, entrevista;

2) **Gênero opinativo:** editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica;

3) **Gênero interpretativo:** análise, perfil, enquete, cronologia;

4) **Gênero diversional:** história de interesse humano, história colorida;

5) **Gênero utilitário:** indicador, cotação, roteiro, serviço.

Com base nessas definições, foi possível identificar a presença dois gêneros predominantes no material da pesquisa: o informativo e o opinativo.

Quanto aos itens relativos a cada formato, no caso do gênero informativo, define-se da seguinte forma:

Nota: relato de um acontecimento;

Notícia: puro registro dos fatos, mas sem entrevistados;

Reportagem: relato ampliado de um acontecimento. O jornalista vai ao local para apurar os fatos;

Entrevista: permite ao leitor conhecer opiniões e ideias das pessoas envolvidas no ocorrido ou em um determinado assunto;

No caso do gênero opinativo, as definições dos itens considerados nesse formato são as seguintes:

Editorial: texto que expressa a opinião oficial do jornal sobre os acontecimentos de maior repercussão no momento;

Comentário: pequeno artigo interpretativo de um fato;

Artigo: traz interpretações ou opiniões de pessoas que não precisam ser necessariamente jornalistas. É sempre assinado;

Resenha: apreciação de um trabalho intelectual ou de um desempenho artístico com o objetivo de orientar o público leitor;

Coluna: espaço no jornal onde uma pessoa escreve regularmente;

Caricatura: imagem de opinião em forma satírica ou humorística, por meio da qual a opinião se manifesta de forma explícita;

Carta: é um recurso em que o leitor pode expressar seus pontos de vista e opiniões;

Crônica: tem como característica tratar de assuntos cotidianos de maneira mais literária. É sempre assinada (MEDINA, 2001, p. 54).

Ainda acerca do gênero informativo, Marques de Melo (2006) considera este um referencial, por ser a informação a base do jornalismo. Em relação ao gênero opinativo, esse ocorre quando a pessoa, informada de determinadas ideias, fatos ou situações, exprime uma opinião (BELTRÃO, 1980).

Quanto às funções, considerando estudos, como os de Lasswell (1987), Wright (1968) e Raymond Nixon (1963), temos a seguinte perspectiva: o gênero informativo tem a função de vigilância social; o opinativo é visto como fórum de ideias. Desta forma, à luz desses conhecimentos e a partir da leitura dos textos, foi possível a identificação dos gêneros e a classificação presente em cada um, de acordo com detalhamento do Quadro 9:

Quadro 9 – Gênero jornalísticos identificados nos textos estudados

Gêneros jornalísticos
G InforEnt – Informativo - entrevista G InforNot - Informativo - nota G InforNotc - Informativo - notícia G InforRep - Informativo – reportagem
G OpinArtg - Opinativo-artigo G OpinCol - Opinativo-coluna G OpinCom - Opinativo-comentário G OpinEdit - Opinativo-editorial

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Assim, como descrito anteriormente, foram identificados no material pesquisado os gêneros informativo e opinativo, sendo que na primeira classificação constam entrevistas, notas, notícias e reportagens; e na segunda: artigos de opinião, colunas, comentários e editoriais. As fontes e vozes presentes nesses textos é o assunto em discussão a seguir.

6.1.3. Os atores sociais

Sob a ótica das fontes e vozes presentes na cobertura da imprensa sobre o desenvolvimento tocantinense nas três primeiras décadas do Estado, esta análise permitiu identificar os grupos sociais presentes nos textos. Antes de entrar para os resultados do estudo, é importante citar alguns conceitos e a representatividade das fontes e vozes para

o jornalista, apesar da autonomia que o profissional da imprensa tem na hora de definir o que é ou não notícia e os enquadramentos presentes.

Assim, podemos definir as fontes como “definidores primários” e “promotores de notícias”. São “aqueles que têm algo a dizer e informar, os produtores das ações sociais – dos atos e falas noticiáveis” (HALL *et al.*, 1978; MOLOTCH E LESTER, 1974; CHAPARRO, 1996, p.148). Ainda podemos denominar como aqueles que exercem forte influência nas decisões dos jornalistas no processo de produção da notícia (GANS, 1980).

Gans (1980) também denomina as fontes como: institucionais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Como visto, há diversas denominações para as fontes, entretanto, nas matérias, nem todas ouvidas pelo jornalista são evidenciadas nas aspas, ou seja, nem sempre é dado voz a elas. Existem princípios de seleção. Muitas vezes, a informação e/ou posicionamento destas são manifestados pelo próprio jornalista.

As fontes também obedecem a uma organização hierárquica conforme sua credibilidade e tipo de informação que podem fornecer (Alsina, 1989). De fato, a relação entre jornalistas e suas fontes, como abordado em muitos estudos sobre jornalismo, é influenciada por vários fatores. Entre os quais podemos destacar o conhecimento aprofundado da fonte e o domínio do assunto, bem como a sua posição na sociedade.

Nesta pesquisa, foi analisado o conjunto das fontes e vozes presentes no *corpus*. Para a análise, foram consideradas vozes apenas textos apresentados entre aspas, ou seja, que mostrasse que houve preocupação do jornalista em recolher opiniões ou frases originais, expressivas, marcantes, de efeito ou espirituosas da fonte (MARTINS, 2007).

A partir de então foi feito o agrupamento, levando-se em conta as representações sociais com características semelhantes presentes nos textos sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins, resultando em 39 categoria de fontes e vozes, de acordo com descrição a seguir:

Associação Tocantinense dos Municípios (FvATM): José Bonifácio, presidente.

Comércio (FvComer): Ernani Soares, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Palmas; Itelvino Pisoni, presidente da Fecomércio; Miguel Rocha, comerciante; Pedro José Ferreira, presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Tocantins (Faciet).

Economistas (FvEcon): Claudiney Leal, presidente do Conselho Regional de Economia do Tocantins, Corecon-TO; Jucelino Thomaz Soares - economista e vice-presidente do Corecon-TO; Raimundo Nonato Casé de Brito, economista; Simone Camelo, economista;

Vilmar Carneiro Wanderley, presidente do Conselho Regional de Economia do Tocantins.

Empresários (FvEmpr): Antônio Saraiva - presidente da ADVP - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Portugal; Carlos Amastha, presidente do grupo Skipton; Couto dos Santos, vice-presidente da AEP; Claudio Ney de Farias Barros, sócio-proprietário do Frigorífico Plena; Edmond Baruque, empresário fundador da Tobasa; Eduardo Bundyra; Ernani Soares; Flávio Menezes; José Nelson Barbosa; José Sousa; Marco Antônio Costa, vice-presidente da Câmara de Gaia; Marina Koike, empresária.

Energia Elétrica (FvEnerElet): Aneel; João Carlos Rela, diretor técnico da Celtins; Jorge Queiroz Moraes Júnior, presidente da Celtins; Vasco Valente, administrador da holding Eletricidade de Portugal; Vianney Valés, executivo da SGC Energia.

Especializada (FvEspec): Augusto Rezende, mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional; Divaldo Rezende, ambientalista; Eduardo Parente, especialista em marketing; Euclides Medeiros, historiador; Lars Diederichsen, designer; Márcio Antonio da Silveira, engenheiro agrônomo; Márcio Martins dos Santos, antropólogo; Olívia Cormineiro, historiadora; Ramis Tetu, engenheiro agrônomo; Roberto José Ribeiro, historiador.

Estudantes (FvEstu): Frederico Beckmann; Isabella Galvão Moreira; Leandro Ramalho; Maria Eduarda Peixoto; Tyago Gonçalves.

Ex-Governadores (FvEx-Gov): Moisés Avelino; Siqueira Campos.

Ex-Ministros (FvEx-Min): Luís Lira Amaral; Pratini de Moraes.

Governadores (FvGov): Carlos Henrique Gaguim; Marcelo Miranda; Moises Avelino; Sandoval Cardoso; Siqueira Campos.

Governo Estadual (FvGovEst): Alaor Jual Dias Junqueira, assessor especial para ZPE da SIC; André Pugliese, diretor do departamento de Planejamento e Empreendimento Estratégico da Sedecti; Antônio Guerra, superintendente de apoio de projetos estratégicos da Secretaria Estadual de Planejamento – Seplan; Assessoria de comunicação do governador - Siqueira Campos; Bruno Rangel César, representante da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia; Cláudio Saião Lobato, coordenador de Desenvolvimento

Animal da Seagro; Iracema Freitas, coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Planejamento; José Américo Vasconcelos, coordenador de Desenvolvimento Vegetal da Seagro; José Waltex Alexandre Aguiar, gerente de grãos da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seagro; Lindemberg Cordeiro de Aragão, gerente de pescado Ruraltins; Omar Antônio Hennerman, assessor-chefe da Asplan; Roberto Gonçalves, gerente na Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Ronison Parente, sub-secretário da Agricultura e Pecuária.

Governo Federal (FvGovFed): Alberto Tokarski, gerente de desenvolvimento e regulação da Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq; Alexandre Freitas, chefe geral da Embrapa no Tocantins; Altino Ventura Filho, secretário de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre; Celso Marcatto, Técnico da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA; Fernando Fialho, diretor geral da Antaq; Gregório Rabelo, diretor da ANTT; Jalbas Manduca, superintendente regional da Conab no Tocantins; Maria Helena Guimarães Castro, MEC; Maria do Pilar Lacerda, secretária de Educação Básica do MEC; Rodrigo Guerra, superintendente federal da Agricultura no Tocantins; Rômulo José Fernandes Barreto, presidente do ICMBio; Trajano Augusto Tavares Quinhões, representando a Secretaria de Biodiversidades e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Instituições Financeiras (FvInstFinan): Dennis Mahar, chefe da Divisão de Meio Ambiente do Banco Mundial; José Carlos Bezerra, superintendente do Basa; Samuel Azevedo Barros JR, gerente do Banco da Amazônia.

Médicos (FvMed): Eduardo Manzano; Ícaro Samuel, cirurgião plástico; Luiz Teixeira, anesthesiologista; Neilton Araújo de Oliveira, médico e ex-secretário municipal de Saúde de Palmas; Tomé César Rabelo - cirurgião geral.

Ministros (FvMinist): Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes; Eliseu Padilha, ministro dos Transportes; Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura.

Organizações Agropecuárias (FvOrgAgro): Antônio Fernando Cella, presidente da Associação do Produtor Rural, Comércio e Turismo de São Félix; Carlos Wagner Milhomem, Associação produtores; Emiliano Botelho, presidente da Companhia de Promoção Agrícola - Campo; Genelice Lima Figueiras, presidente do Sindicato Rural de Goiatins; João Lenine

Bnifacio e Souza, presidente da Cooperativa Mista Rural Vale do Javaés - Coperjava; Kátia Abreu - presidente da Federação da Agricultura do Tocantins - Faet; Marcus Vinícius Santana Lopes, presidente do Sindicato Rural e Gurupi; Maurício Buffon, presidente da Aprosoja; Milton Franco, dirigente; Nasser Iunes - vice-presidente da Faet; Paulo Carneiro, presidente da Faet; Pedro Lustosa dos Reis, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Acordo; Ricardo Khouri, presidente da Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso; Rodrigo Rachael Guerra, Sindicato Rural Araguaína; Ruiteir de Pádua - presidente da Associação das Cooperativas do Brasil; Valdivino Oliveira, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Lagoa da Confusão; Wanderley Monteiro de Araújo Filho, presidentes do Sindicato Rural de Araguaína.

Organizações de artesanato (FvOrgArts): Edvan Ribeiro Gomes, presidente da Associação Capim Dourado do Povoado Mumbuca; Firmino de Sousa Ramos, presidente da Associação de Artesãos de Porto Nacional; Santana Barreto, presidente cooperativa; Zeleni Ribeiro Barbosa da Silva, artesã.

Organização Jaime Câmara (FvOrgJCam): Fátima Roriz, diretora geral da OJC no Tocantins; Jaime Câmara Júnior, presidente da Organização Jaime Câmara.

Organizações de Materiais Recicláveis (FvOrgMatRec): Otacílio Martins Cardoso - presidente da cooperativa de Produtos Recicláveis do Tocantins; Raimundo Elias Batista, catador de material reciclável.

Outros (FvOut): Denise Hamum, coordenadora geral de Cooperação Amazônica; Flávia Cintra, jornalista do programa Fantástico; Gilberto Nogueira da Costa, comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Araguaína; Giljane Dourado; José Roberto Jung Santos, gerente de implantação da obra; Ibis Alan de Souza, presidente da Consaúde no Estado; Márcia Rodrigues de Paula, diretora-superintendente do Sebrae Tocantins; Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil; Wagner Vieira Leão, gerente do Distrito de Operações da Telegoiás no Tocantins.

Políticos (FvPolit): Edmundo Galdino, deputado; Eduardo Gomes, deputado federal; Eduardo Siqueira Campos, senador pela União do Tocantins - UT; Iredes Santos, candidato ao Senado pelo PT; João Ribeiro, senador; João Rocha, senador; José Antônio das Chagas - PT, vereador; José Carlos Ferreira, candidato ao Senado pelo Prona; José Luiz Penna, presidente

nacional do PV; Luiz Tolentino, Assembleia Legislativa; Marcelo Lelis, presidente estadual do PV; Osvaldo Reis, deputado federal; Paulo Mourão, deputado federal; Rubens Otani, deputado - PT-GO.

Populares (FvPopulares): Adino Francisco Nascimento; Ari Roque; Doelia Ribeiro dos Santos; Hilton Rodrigues Borges; José Américo Rosa; Laércio Aparecido Branco; Leide Almeida; Maria de Fátima de Jesus; Maria Neta; Maria Rosa Vieira de Sousa; Paula Lima; Reinaldo Neves; Rosa Moraes da Silva; seo Francisco.

Prefeitos (FvPref): Alcides Rodrigues Filho, prefeito de Babaçulândia; Carlos Amastha, prefeito de Palmas; Emílio Sobrinho, prefeito de Oliveira de Fátima; Fábio Martins, prefeito de Porto Nacional; Gilmar Pinheiro, prefeito de Praia Norte; Gleber Gomes, prefeito de Filadélfia; Ione Santiago Leite, prefeita de Xambioá; Jair Luiz Montes, prefeito de Muricilândia; Joaquim Quinta, prefeito de Araguaína; Maria Aparecida Silva, prefeita de Itaporã; Miyuki Hyashida, prefeita de Brejinho de Nazaré; Nilmar Gavino Ruiz, prefeita de Palmas; Otoniel Andrade, prefeito Porto Nacional; Paulo Mourão, Porto Nacional; Raimundo Aimar, prefeito de Gurupi; Raul Filho, prefeito de Palmas; Tadeu Gonçalves, prefeito de Gurupi; Valuá Barros, prefeito de Araguaína; Wagner Gentil; prefeito de Natividade.

Presidentes da Assembleia Legislativa (FvPrAL): Cacildo Vasconcelos; Mauro Carlesse; Raimundo Moreira.

Presidentes de Câmara Federal (FvPrCamFed): João Paulo Cunha.

Presidentes de Câmaras Municipais (FvPrCamMun): Manoel de Oliveira Plínio, presidente da Câmara de Vereadores de Araguaína; Tibúrcio Tolentino, presidente da Câmara Municipal de Palmas.

Presidente da República (FvPrRep): Fernando Henrique Cardoso.

Produtores Rurais (FvProdRur): Antônio Anjo; Antônio Luckmman; Epaminondas de Andrade; Luiz Geraldo Cândido da Silva; Manoel Domingos de Harros; Miyuki Yashida; Ricardo José de Andrade.

Professores (FvProf): Janaína Pereira de Oliveira; Juliana Girardello Kern; Margarida Lemos Gonçalves; Marla Zoreide; Venúzia Martins de Sousa Barros; Wadia Carvalho.

Secretários Estaduais (FvSecEst): Adjair de Lima e Silva, secretário da Fazenda; Angelo Agnolin, secretário de Indústria e Comércio; Athos Costa de Farias, secretário estadual de Justiça e Segurança Pública; Carlos Barcellos, secretário da agricultura; Danilo de Melo Souza, secretário da Seduc; Divaldo Rezende, secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades); Eduardo Machado, Eduardo Medrado, secretário da Saúde; Edmundo Galdino, presidente da Agência Tocantinense de Saneamento - ATS; Emilson Vieira dos Santos, secretário da Indústria, Comércio e Turismo do TO; Ernani Siqueira, secretários da Indústria e Comércio do Tocantins; Eudoro Pedroza, Igor Avelino, presidente da Adetur; Jalbas Aires Manduca, secretário da Agricultura do Tocantins; João Alves, desembargador e secretário da Justiça; João Carlos da Costa, secretário estadual da Fazenda; João Francisco de Oliveira, secretário de Infra-Estrutura; José Francisco dos Santos, secretário de Transportes e Obras do Estado; Lívio Reis de Carvalho, secretário estadual de Planejamento; Manoel Ildon de Pina, secretário de Indústria e Comércio do Estado; Maria Cristina Cabral, secretária de estado da Fazenda; Paulo Massuia, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação; Raimundo Boi, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Roberto Sahium, secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado (Seagro); Sebastião Vieira de Melo, secretário estadual de Comunicação; Valquíria Rezende, titular da Setas; Vanda Paiva, secretária da Sesau; Walfredo Antunes.

Secretários Municipais (FvSecMun): Lucélia de Aquino Ramos, secretária de Cultura da Capital; Kátia Rocha, presidente da Fundação Cultura; Luiz Masaru, presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas; José dos Santos, secretário municipal de Administração de São Valério da Natividade; Nésio Fernandes, secretário municipal de Saúde; Raimundo Sampaio, secretário de Saúde do município de Araguaína; Roberto Sahium - secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Palmas.

Seguimento Cultural (FvSegCult): André Araújo, cineasta; Cicero Belém, ator; Genésio Tocantins, cantor e compositor; Lucimar Pereira, cantor e compositor; João Neiva, cineasta; Meire Maria Monteiro, coreógrafa e bailarina; Osmar Casagrande, escritor, publicitário e ator; Pedro Tierra escritor e poeta portuense.

Seguimento Industrial (FvSegInd): Antônio Cunha, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - Fieto; Carlos Assis, gerente de Desenvolvimento Industrial da Fieto; Eduardo Machado - presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado (Sinduscon); Emilson Vieira dos Santos, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado do Tocantins; Eunice Kunh, presidente da Associação Comercial e Industrial de Araguaína; José Mascarenhas, presidente do Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Marlon Sabino, presidente do Sindicato das Indústrias de Frigorífico do Tocantins; Roberto Pires, presidente do Sinduscon e da Fieto; Ronaldo Dimas, presidente da Fieto; Sadi Cassol, presidente da Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa); Sérgio Nunes de Souza, coordenador-geral do projeto Rede Nacional de Agentes.

Seguimento Turismo (FvSegTur): Ademir de Araújo, presidente da Associação Brasileira de Hotéis - ABH-TO; Belmiro Gregório dos Santos, presidente da Abrajeto-TO; Cleiriane Aguiar Costa, coordenadora de Produtos e Roteiros Turísticos da Agência de Desenvolvimento do Turismo do Tocantins – Adeptur; Hector Ceballos, consultor internacional da Ruschumann Consultores de Turismo.

Sem fonte-voz (FvSem): nenhuma (texto sem a presença de vozes).

Trabalhadores Rurais (FvTrabRur): Alceu Barbosa Maranhão, presidente da Colônia de Pescadores de Filadélfia; Carlosvan Costa Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xambioá; Francisco Louro da Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaína; João Benício Cardoso, presidente da Associação dos Plantadores do Alto Tocantins; Maria do Socorro Teixeira Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Norte; Maria Elis Pereira de Brito, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Ouro.

Universidade (FVUniv): Adriano Firmino de Araújo, economista e coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFT; Alan Barbiero, diretor do Centro Universitário de Gurupi; Daniel Fragoso, professor e pesquisador em agropecuária da Fundação Universidade do Tocantins - Unitins Agro; Élvio Quirino, sociólogo e presidente da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins da UFT; Herbert Lima, pesquisador; Iracy Martins, doutora em avaliação de imp ambientais da UFT; Isabel Auler - vice-reitora da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Manoel Miranda - filósofo, professor da Universidade Federal do

Tocantins - UFT; Plínio Sabino Sélis, professor; Rosane Balsan, geógrafa e pesquisadora de Geografia das populações; Toni de Jesus, diretor do câmpus de Arraias; Waldecy Rodrigues, professor e coordenador do mestrado em desenvolvimento regional da UFT.

Valec (FvValec): Luiz Raimundo Azevedo, presidente; José Francisco das Neves, presidente.

Vice-Governadores (FvVice-Gov): Paulo Sidnei; João Oliveira; Cláudia Lelis.

Pelo disposto acima, é possível perceber que as fontes e vozes se distribuem a partir da classificação adotada, assim como o número de agentes presentes nelas. Verifica-se ainda que os grupos **FvGovEst** e **FvSecEst** possuem o maior número de aparições, com grande predominância para os secretários estaduais.

Após a formação dos quadros dos textos, da classificação dos gêneros jornalísticos e da identificação das fontes e vozes presentes no material jornalístico, passa-se a seguir para a apresentação dos resultados da pesquisa.

Capítulo 07

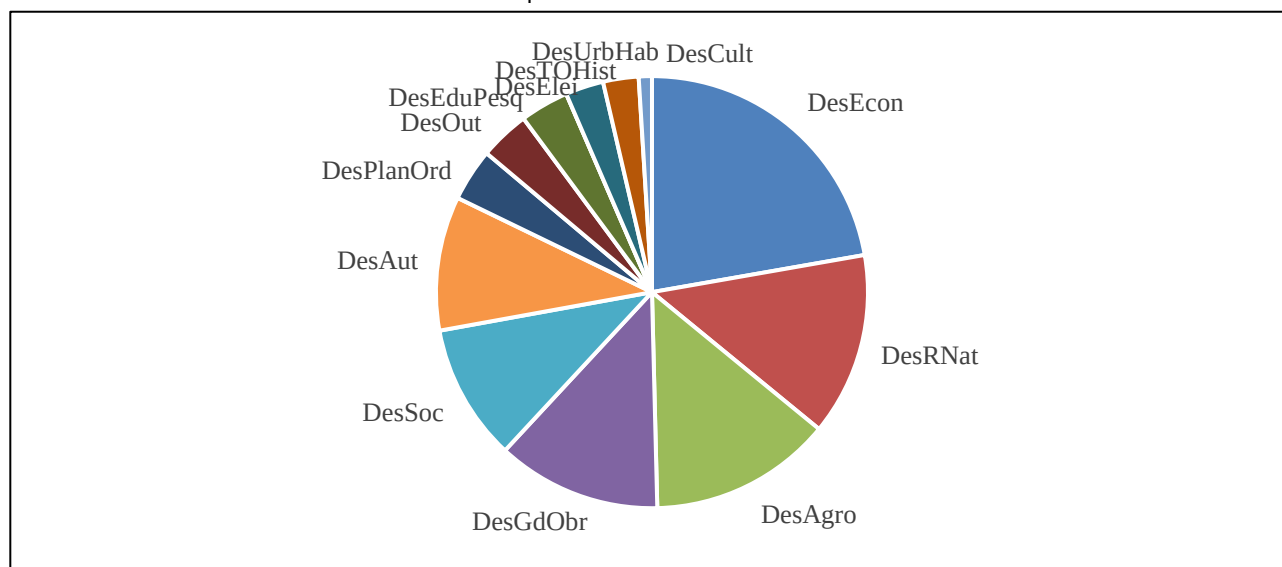
FATOS E PERSONAGENS PRESENTES NAS PÁGINAS DO DESENVOLVIMENTO TOCANTINENSE

Como discutido em capítulos anteriores, a comunicação é considerada uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento. A partir da compreensão de conceitos e do papel e atuação do jornalismo na sociedade, foi possível fazer as análises dos textos de forma a descobrir como a imprensa tocantinense noticiou o processo de desenvolvimento local, assim como os temas que abordou, os gêneros jornalísticos que predominaram na cobertura e quais foram os atores e grupos sociais que tiveram poder de representação para se manifestar sobre o desenvolvimento tocantinenses no Jornal do Tocantins durante as três primeiras décadas após a criação do Estado.

Para facilitar o entendimento, após a formação dos quadros e organização dos eixos temáticos, de acordo com os assuntos identificados. Depois foram quantificados os textos de cada quadro em números absolutos e posteriormente buscou-se a representação de cada enquadramento em números percentuais. É importante ressaltar que os resultados obtidos em números percentuais tiveram como base o número de textos dos quadros em relação ao corpus.

Desta forma, foi possível descobrir a predominância para o eixo *Desenvolvimento econômico* (**DesEcon**), que reuniu o maior número de textos: 119, equivalendo a 22,6% do total de 525 publicações do período em análise, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1.

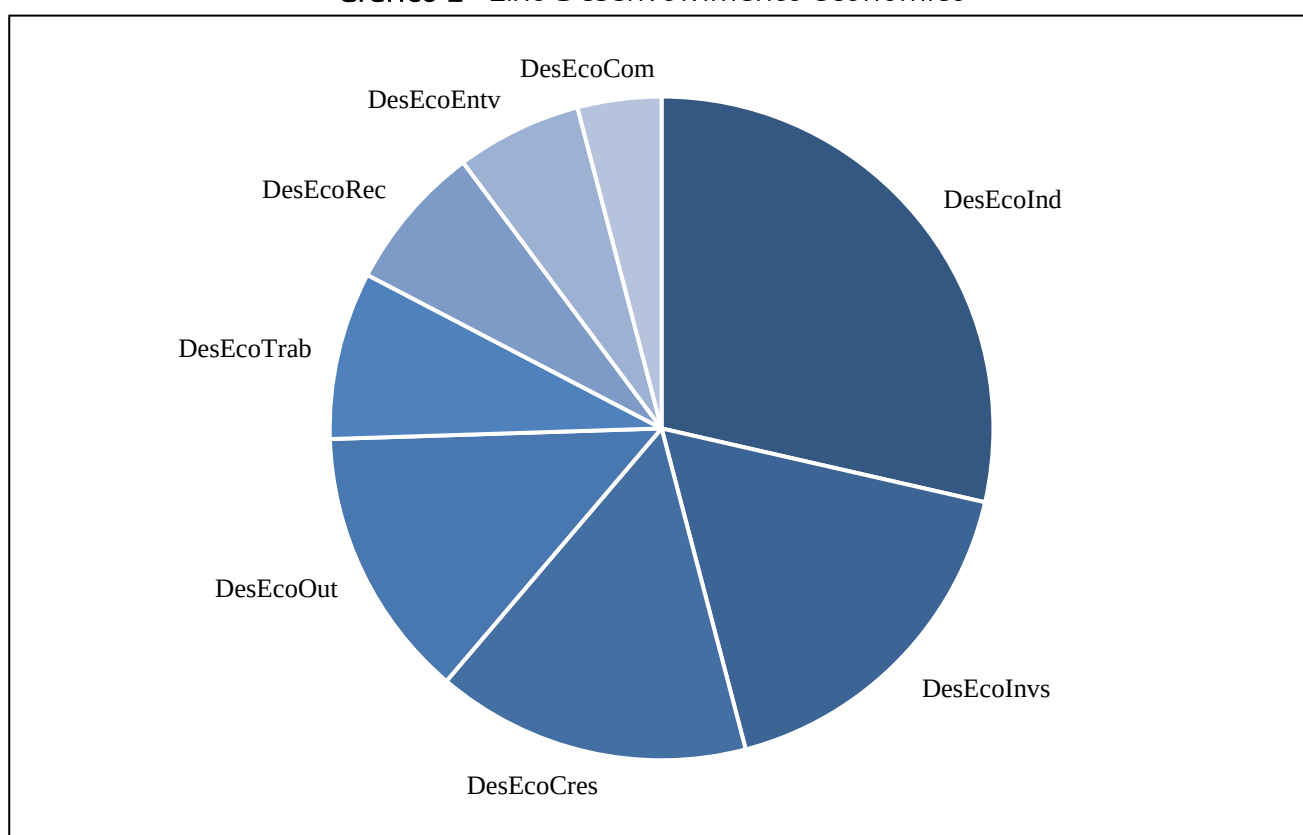
Gráfico 1 - Enquadramentos e eixos temáticos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O eixo Desenvolvimento econômico resultou dos seguintes enquadramentos: *Desenvolvimento econômico: indústria (DesEcoInd)*, com 28 textos (5,3%); *Desenvolvimento econômico: investimentos (DesEcoInvs)*, com 17 (3,2%); *Desenvolvimento econômico: crescimento (DesEcoCres)*, com 15 (2,9%); *Desenvolvimento econômico: outros (DesEcoOut)*, com 13 (2,5%); *Desenvolvimento econômico: trabalho (DesEcoTrab)*, com 8 (1,5%); *Desenvolvimento econômico: receita (DesEcoRec)*, com 7 (1,3%); *Desenvolvimento econômico: entraves (DesEcoEntv)*, com 6 (1,1%); e *Desenvolvimento econômico: comércio (DesEcoCom)* e *Desenvolvimento econômico: exportações (DesEcoExp)*, ambos com 4 matérias (0,8%). Veja a seguir a representação gráfica do eixo Desenvolvimento econômico.

Gráfico 2 - Eixo Desenvolvimento econômico



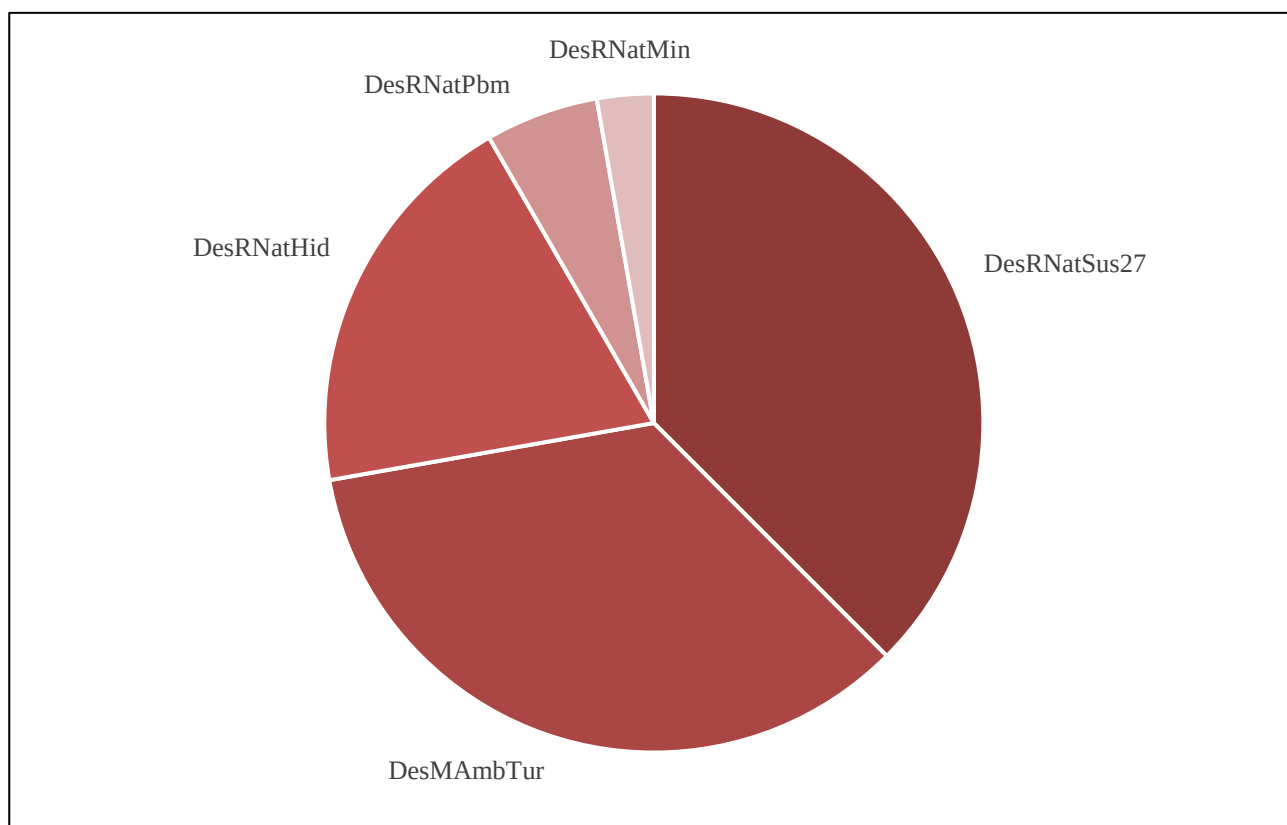
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O eixo *Desenvolvimento e Recursos Naturais (DesRNat)*, que inclui também o quadro *Desenvolvimento Meio Ambiente e o Turismo (DesMAmbTur)*, é outro com recorrência de textos nas três décadas. Vale destacar que, apesar de fazer parte do eixo **DesRNat**, o grupo **DesMAmbTur** mereceu enquadramento próprio em razão da relevância do material. Juntos, somam 72 matérias (13,9%).

Do eixo **DesRNat** foram formados os seguintes enquadramentos: *Desenvolvimento e recursos naturais: sustentabilidade (DesRNatSus)*, reunindo 27 matérias (5,1%) do material;

Desenvolvimento e recursos naturais: hídricos (DesRNatHid), com 14 (2,7%); *Desenvolvimento e recursos naturais: problemas (DesRNatPbm)*, com 4 (0,8%); e *Desenvolvimento e recursos naturais: minerais (DesRNatMin)*, com 2 (0,4%), conforme representação Gráfica 3.

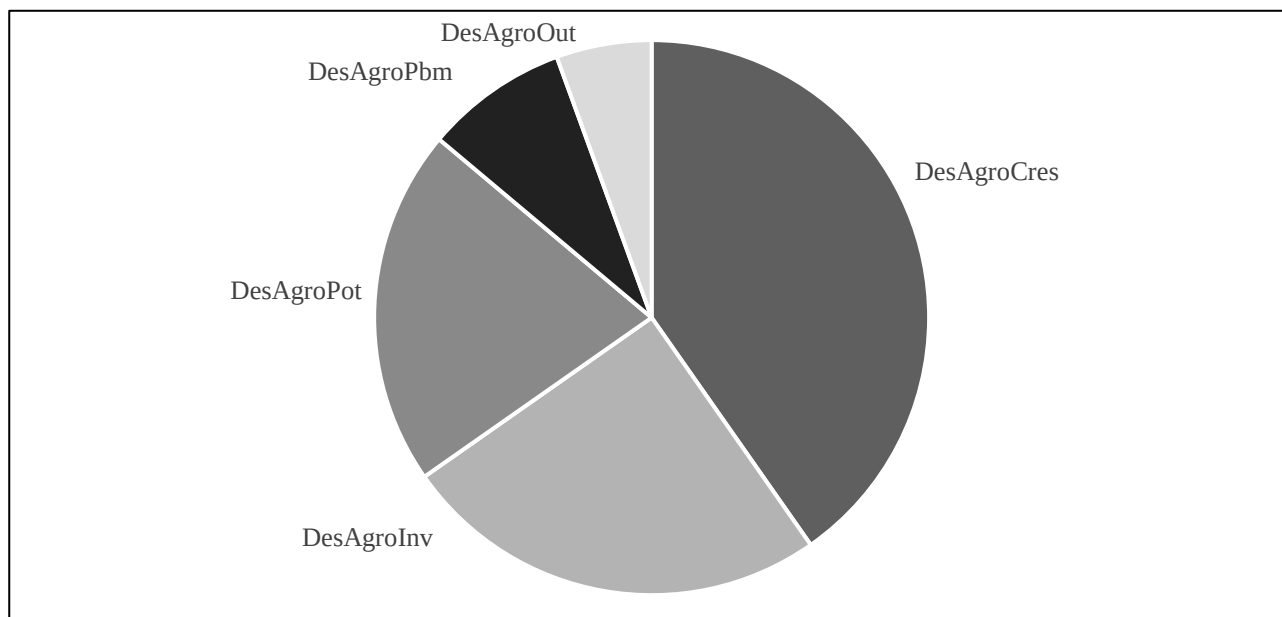
Gráfico 3 – Eixo Desenvolvimento e recursos naturais



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com 72 textos, o equivalente a 13,9% do material, o eixo *Desenvolvimento e o agronegócio (DesAgro)*, que apesar de se tratar de tema econômico, sendo inclusive base da economia tocantinense (OLIVERIA, 2019), não integrou o eixo *Desenvolvimento econômico* pelo grande espaço dado pelo jornal a esse setor. Este eixo foi formado a partir dos quadros a seguir: *Desenvolvimento e o agronegócio: crescimento (DesAgroCres)*, com 29 textos (5,5%); *Desenvolvimento e o agronegócio: investimentos (DesAgroInvs)*, com 18 (3,4%), *Desenvolvimento e o agronegócio: potencialidades (DesAgroPot)*, com 15 (2,9%); *Desenvolvimento e o agronegócio: problemas (DesAgroPbm)*, com 6 (1,1%); e *Desenvolvimento e o agronegócio: outros (DesAgroOut)*, com 4 (0,8%), podendo ser visualizado no Gráfico 4.

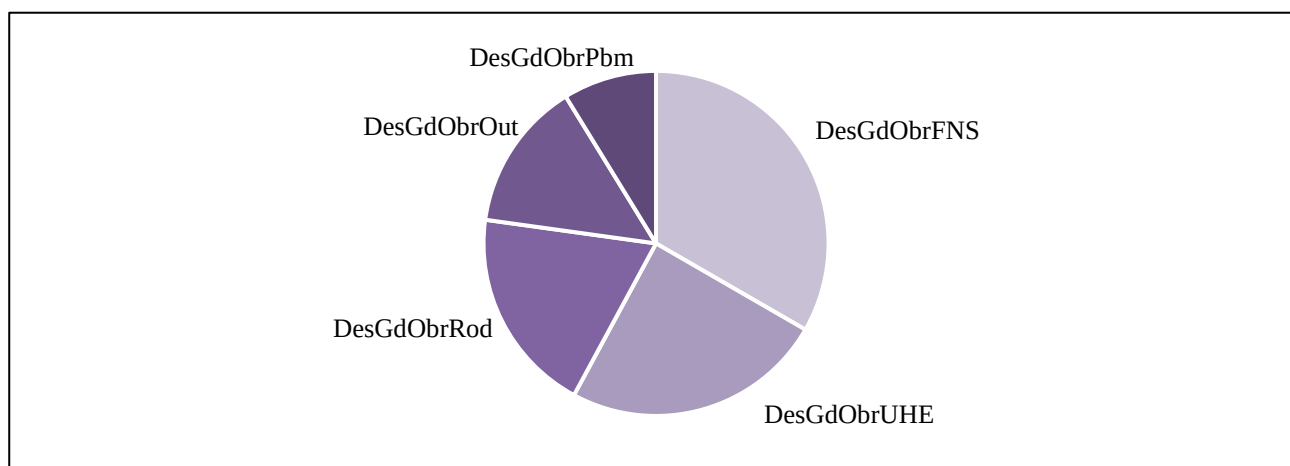
Gráfico 4 – Eixo Desenvolvimento e o agronegócio



Elaborado pela autora (2021).

O eixo *Desenvolvimento e as grandes obras* (**DesGdObr**) reúne 65 matérias, o equivalente a 12,5% do material. Desse grupo foram formados os quadros: *Desenvolvimento e as grandes obras: Ferrovia Norte-Sul* (**DesGdObrFNS**), que concentrou o maior número de textos, com 19, equivalendo a 3,6% do total; *Desenvolvimento e as grandes obras: usinas hidrelétricas* (**DesGdObrUHE**), com 14 (2,7%); *Desenvolvimento e as grandes obras: rodovias* (**DesGdObrRod**), com 11 (2,1%); *Desenvolvimento e as grandes obras: aeroporto* (**DesGdObrAer**) e *Desenvolvimento e as grandes obras: outras* (**DesGdObrOut**), com 8 (1,5%), cada; e *Desenvolvimento e as grandes obras: problemas* (**DesGdObrPbm**), reunindo 5 (1%). A representação gráfica desse eixo pode ser conferida no Gráfico 5.

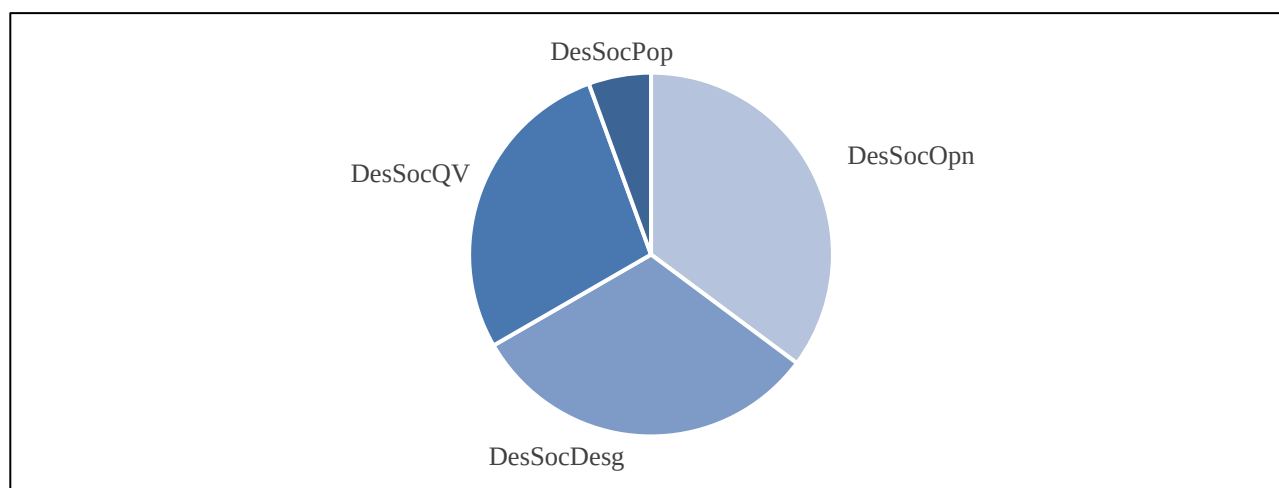
Gráfico 5 – Eixo Desenvolvimento e as grandes obras



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Outro eixo, *Desenvolvimento social* (**DesSoc**), reúne 54 textos (10,5%) e resultou dos seguintes quadros: *Desenvolvimento social: opinião* (**DesSocOpn**), equivalendo a 19 (3,6%); *Desenvolvimento social: desigualdades* (**DesSocDesg**), com 17 (3,2%); *Desenvolvimento social: qualidade de vida* (**DesSocQV**), com 15 (2,9%); e *Desenvolvimento social: população* (**DesSocPop**), com 3 (0,6%), conforme Gráfico 6:

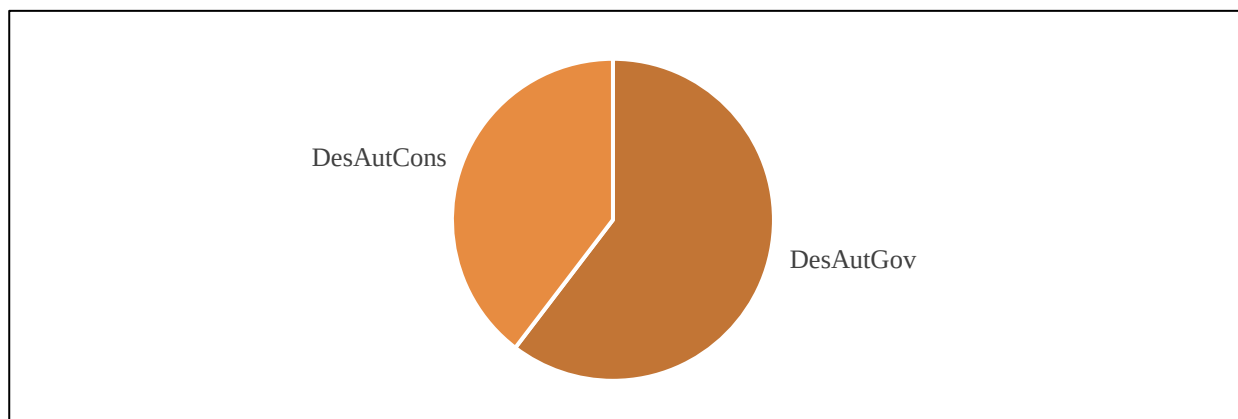
Gráfico 6 – Eixo Desenvolvimento social



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O eixo *Desenvolvimento e autonomia* (**DesAut**), que reúne textos sobre o processo de consolidação da autonomia da região do então norte goiano nos campos político, administrativo, financeiro, entre outros, após a criação do Estado do Tocantins, conta com 53 textos, equivalendo a 10,2% de todo o conteúdo da pesquisa. Conforme quantidade de matérias e algumas variáveis presentes nessa temática, esse agrupamento foi enquadrado da seguinte forma: *Desenvolvimento e autonomia: governadores* (**DesAutGov**), com 32 (6,1%); e *Desenvolvimento e autonomia: consolidação* (**DesAutCons**), com 21 (4%). A representação gráfica pode ser conferida no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Eixo Desenvolvimento e autonomia

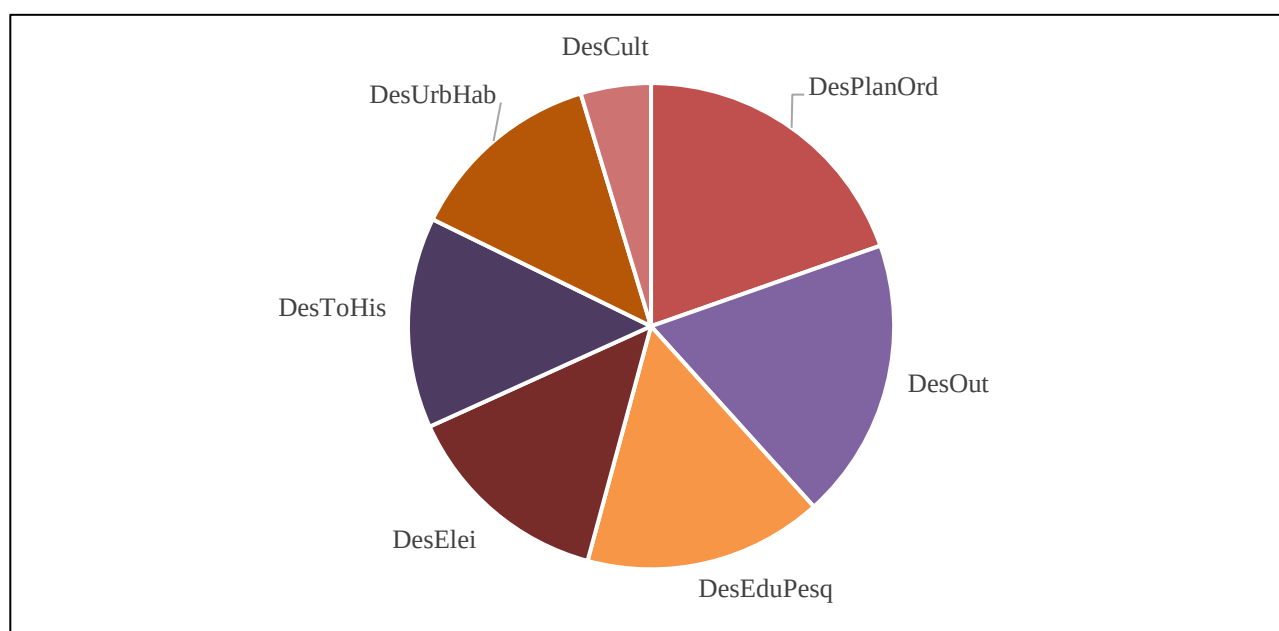


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Juntos, esses eixos mencionados anteriormente somam 80% de todo o material pesquisado. Porém, há outros grupos formados a partir de textos que abordam a temática de forma pontual e com menor frequência, tendo sido enquadrados fora de eixos e denominados como: *Desenvolvimento, planejamento e ordenamento* (**DesPlanOrd**), reunindo 21 textos (4%); *Desenvolvimento outros* (**DesOut**), sobre outros tipos de desenvolvimento, com 20 (3,8%); *Desenvolvimento, educação e pesquisa* (**DesEduPesq**), com 17 (3,7%); *Desenvolvimento e eleição* (**DesElei**), contextualizando desenvolvimento com processos eleitorais, com 15 (2,9%); *Desenvolvimento do TO no contexto histórico* (**DesTOHist**), também com 15 matérias (2,9%); *Desenvolvimento urbano e habitação* (**DesUrbHab**), equivalendo a 14 (2,9%); e *Desenvolvimento cultural* (**DesCult**), reunindo 5 (1%).

Por não apresentarem grande frequência, o volume de texto desses quadros é pequeno, por esse motivo esses enquadramentos serão aqui representados no mesmo gráfico (8).

Gráfico 8 – Demais enquadramentos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

7.1 Economia dominando a pauta do desenvolvimento

Confirmando hipótese inicial, a maioria dos textos sobre o desenvolvimento durante o recorte pesquisado abordou a questão econômica. Do eixo *Desenvolvimento econômico*, como citado na seção anterior, os assuntos mais recorrentes resultaram dos enquadramentos *Desenvolvimento econômico: indústria* (**DesEcoInd**), 28 (5,3%);

Desenvolvimento econômico: investimentos (DesEcolnvs), 17 (3,2%); e *Desenvolvimento econômico: crescimento (DesEcoCres)*, 15 (2,9%).

Temas relacionados à indústria no período analisado, incluída aqui a agroindústria, tiveram maior destaque em dois momentos: 1989, início do Estado, quando foram publicados 5 (cinco) textos (0,9%), e 2007, com 7 (sete) matérias (1,3%). Para entender o que teria motivado a imprensa a pautar essa temática com maior frequência nesses dois períodos, foi preciso recorrer ao material. No caso do primeiro ano pós-criação do Tocantins, o assunto fora abordado em função da realização da I Feira Agroindustrial do Tocantins - Faitins, primeiro evento promocional do Estado, realizado em Gurupi, com o objetivo de implementar o desenvolvimento agroindustrial da região (*figura 1*).

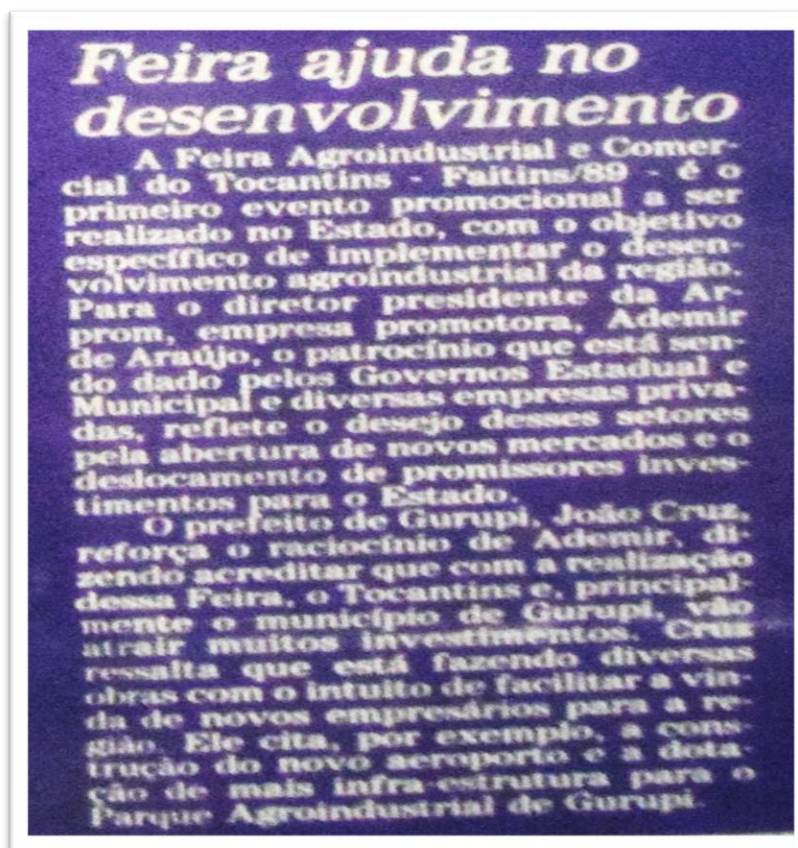
Em 2007, ano com maior frequência, o tema fora evidenciado em razão da entrada em operação da primeira usina de biodiesel do Tocantins e da missão internacional da comitiva do então governador Marcelo Miranda a Portugal, em busca de investimentos para a produção de biocombustível no Cerrado tocantinenses.

Ainda sobre o eixo *Desenvolvimento econômico*, a análise permite identificar que, no início da instalação do Estado, os assuntos mais frequentes eram: *Desenvolvimento econômico: investimentos*, aparecendo 1 (uma) vez em 1989 (0,1%); 2 (duas) vezes em 1990 (0,3%) e 3 (três) vezes em 1992 (0,5%), quando foi abordado o programa de incentivo do Governo Moisés Avelino (*figura 2*); e *Desenvolvimento econômico: indústria*, surgindo 5 (cinco) vezes somente no ano de 1989 (0,9%), muito em função da realização da Faitins, como já mencionado anteriormente. A partir de 1995 começam os primeiros registros sobre o *Desenvolvimento econômico: crescimento*, reflexo da melhoria dos índices econômicos e da confiança das instituições no Estado. Desde então, esse assunto passou a parecer com frequência na agenda e de forma bem distribuída até 2018.

O enquadramento *Desenvolvimento econômico: trabalho* aparece de forma bem distribuído, mas com pouca frequência: apenas 8 (oito) vezes durante todos os anos estudados. Da mesma forma, o enquadramento *Desenvolvimento econômico: receita*, que aparece 7 (sete) vezes; *Desenvolvimento econômico: entraves* (6) seis; e *Desenvolvimento econômico: comércio* e *Desenvolvimento econômico: exportações*, ambos com 4 (quatro) aparições.

Nesse eixo, há ainda textos cujo enquadramento não se aplica a nenhum dos quadros citados acima, por isso integram o *Desenvolvimento econômico: outros*, reunindo 13 textos que estão bem distribuídos no período pesquisado.

Figura 1 - Reportagem destaca a Faitins, voltada para o setor da indústria



Fonte: Jornal do Tocantins (25.09.1989).

Figura 2 – Reportagem sobre programa de governo com foco no desenvolvimento



Fonte: Jornal do Tocantins (29.09.1992).

Do eixo *Desenvolvimento econômico* pode se concluir que nas três primeiras décadas do Estado, durante o período pesquisado, o Jornal do Tocantins deu mais ênfase às pautas sobre o fortalecimento da indústria; aos investimentos, tanto por parte do governo como da iniciativa privada, para o fortalecimento da economia local; bem como destacou o processo de crescimento do setor numa região considerada subdesenvolvida.

7.2 Recursos naturais e turismo em destaque no noticiário sobre desenvolvimento

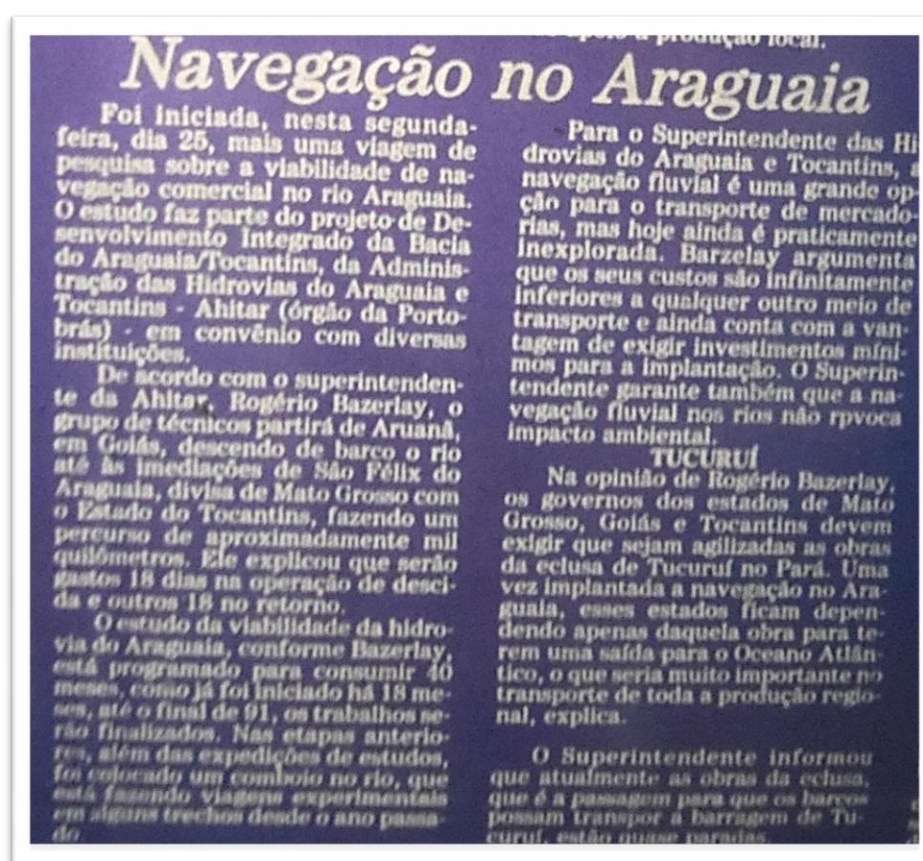
Em meio ao Cerrado e banhado por duas das principais bacias hidrográficas brasileiras: Tocantins e Araguaia, o Estado do Tocantins tem a seu favor os recursos naturais, que são usados como meio de desenvolvimento evidenciado nos enquadramentos que integram o eixo *Desenvolvimento e recursos naturais: Desenvolvimento e recursos naturais: sustentabilidade, Desenvolvimento e recursos naturais: hídricos, Desenvolvimento e recursos naturais: problemas e Desenvolvimento e recursos naturais: minerais*.

Embora seja o assunto mais recorrente desse eixo, *Desenvolvimento e recursos naturais: sustentabilidade* só entrou de fato na pauta do desenvolvimento do Estado a partir da segunda década, em 1996, ano em que aparece 1 (um) único texto, um editorial do jornal com o tema “Ecologia e desenvolvimento”, abordando os desafios de se conciliar a exploração das riquezas naturais com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento. Mas foi nos anos de 2011 e 2012 que o assunto teve maior frequência nas páginas do jornal. Em 2011, o assunto é evidenciado 5 (cinco) vezes no período pesquisado (0,95%), motivado principalmente pelo programa “Agenda Tocantins”, desenvolvido pelo Governo do Estado, em parceria com o Jornal do Tocantins. Em 2012, a temática também é abordada 5 (cinco) vezes, sendo a grande maioria dos textos artigos de opinião e notas da coluna “Sustentabilidade”, do jornal.

No eixo *Desenvolvimento e recursos naturais* as análises mostram todos os enquadramentos identificados de forma bem distribuída ao longo das três décadas. No ano de criação do Tocantins, em 1988, o quadro *Desenvolvimento e recursos naturais: minerais* era o único de eixo presente na pauta, aparecendo 1 (uma) vez (0,19%) na pauta. À época, falava-se sobre a existência de minerais em praticamente todos os 60 municípios tocantinenses, com destaque para o calcário, zinco/cobre e o ouro, cuja exploração havia contribuído para o surgimento de cidades e movimentado a economia da região durante o Ciclo do Ouro (PALACÍN; MORAES, 1989). Posteriormente, esse assunto aparece em 1995, com 1 (uma) matéria, e não é visto mais na pauta do desenvolvimento no período estudado.

A partir de 1989, com a publicação de 1 (uma) matéria (0,19%), começa a surgir, no jornal, o enquadramento *Desenvolvimento e recursos naturais: hídricos*, 14 (2,7%), em função do início de um estudo do projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (*figura 3*). Posteriormente, de 1997 a 1999, o assunto volta à pauta do jornal com uma certa frequência, a maior da série, com 7 (sete) textos (1,33%), motivado ainda pelas discussões acerca do projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins e da construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado.

Figura 3 – Reportagem sobre o desenvolvimento da Bacia Araguaia-Tocantins



Fonte: Jornal do Tocantins (25.09.1989).

Os problemas decorrentes da má exploração dos recursos naturais no contexto do desenvolvimento, abordados no quadro *Desenvolvimento e recursos naturais: problemas*, não passaram despercebidos no jornal durante esses 30 anos. Mesmo em menor frequência, as análises mostram que a questão da devastação de áreas tocaninenses, principalmente para o desenvolvimento de projetos agropecuários e grandes obras, foi abordada pelo veículo sobretudo nos anos de 1990, 1 (uma) vez; 2010, 1 (uma); e 2018 2 (duas), tendo sido retratado em artigos de opinião e em uma reportagem especial (*figura 4*).

Figura 4 – Reportagem especial sobre a degradação ambiental no Estado



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10. 2018).

Meio ambiente

Todos os recursos naturais compõem o meio ambiente. Nos 30 primeiros anos do Tocantins, essa temática foi explorada de forma bem ampla pelo jornal, implicando numa diversidade de assuntos no contexto do desenvolvimento. Para facilitar os enquadramentos do eixo *Desenvolvimento e recursos naturais*, de forma a uma melhor compreensão dos assuntos, o quadro *Desenvolvimento meio ambiente e turismo*, que também está incluído neste eixo, foi denominado de maneira diferente dos demais.

Na agenda do jornal, o meio ambiente e o turismo ora aparecem de forma separada, ora juntos, mas na grande maioria das vezes se fundem para destacar as potencialidades e desenvolvimento do ecoturismo no Estado. Assim, pelas análises ocorridas em textos publicados no período pesquisado, percebe-se que o tema surge na agenda em 1998, uma década após a criação do Tocantins, com 2 (dois) textos (0,38%). Com a posse da equipe da Secretaria Extraordinária do Turismo, no segundo mandato do então governador Siqueira Campos (1995-1998), a missão da pasta era incrementar o turismo, por meio dos recursos naturais existentes no Estado, incluindo a exploração da Ilha do Bananal, do Cantão e da região do Jalapão.

No entanto, o período com maior recorrência desse enquadramento foi entre os anos de 2001 e 2004, com 14 (quatorze) textos (2,6%). Destaque para o ano de 2003, quando foi registrado o maior pico de textos sobre a temática em questão: 5 (cinco) somente naquele ano (0,95%). Nesse período, o agendamento do tema na imprensa é motivado, em sua grande maioria, pelos esforços voltados para o desenvolvimento do Ecoturismo (*figura 5*), por meio de parceria do Governo do Estado e Sebrae, entre outras ações governamentais; e pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Figura 5 – Destaque em reportagem para o desenvolvimento do Ecoturismo no TO



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2002).

Ao concluir as análises do eixo *Desenvolvimento e recursos naturais*, percebe-se, com base nos textos jornalísticos pesquisados, que os recursos naturais, principalmente os hídricos, hoje são grandes meios favoráveis ao desenvolvimento do Tocantins, seja para a geração de energia, projetos agropecuários ou turismo. Apesar de muito se falar de desenvolvimento no sentido econômico, observa-se uma preocupação na exploração dos recursos naturais no contexto do desenvolvimento de forma sustentável, sem grandes prejuízos ao meio ambiente.

7.3 A força do agronegócio agendando a imprensa

Apesar de fazer parte de um dos setores da economia, podendo ter sido incluído no eixo *Desenvolvimento econômico*, *Desenvolvimento e o agronegócio* mereceu eixo próprio devido à grande quantidade de textos sobre essa temática, conforme números informados anteriormente.

Como já exposto, o eixo *Desenvolvimento e o agronegócio* resultou dos enquadramentos: *Desenvolvimento e o agronegócio: crescimento*, *Desenvolvimento e o agronegócio: investimentos*, *Desenvolvimento e o agronegócio: potencialidades*, *Desenvolvimento e o agronegócio: problemas* e o *Desenvolvimento e o agronegócio: outros*. Sobre o quadro mais frequente desse eixo: *Desenvolvimento e o agronegócio: crescimento*, 2005 foi o ano que mais se falou em crescimento do agronegócio. Foram identificados 7 (sete) textos naquele ano (1,33%). Analisando as matérias, observou-se que não houve fato relevante que pudesse ter motivado o agendamento do assunto e que esse volume fora resultado de pautas do jornal para o caderno especial de aniversário de 17 anos do Tocantins, cujo foco era o desenvolvimento do Estado ancorado pela agropecuária (*figura 6*). Ainda sobre o crescimento do agronegócio tocantinense, nesse ano, matérias também destacaram o aumento da produção de soja e arroz e para a pecuária.

Os enquadramentos *Desenvolvimento e o agronegócio: investimentos* e o *Desenvolvimento e o agronegócio: potencialidades* também foram temas razoavelmente agendados pela imprensa nesse período. No caso do primeiro tema, a partir do ano de 1990, 1 (um), surge o primeiro texto abordando os investimentos para o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo em função de financiamentos por meio do FNO e o Prodecir III. A maior frequência ocorreu no ano de 1995, 4 (quatro) vezes (0,76%), principalmente devido aos acordos de cooperação técnica entre o governo do Estado e o Japão para o desenvolvimento de projetos agropecuários (*figura 7*).

Em relação ao segundo tema, o agendamento das potencialidades tocantinenses para o desenvolvimento do agronegócio foi bem distribuído ao longo das três décadas analisadas, sendo que em 1988, ano de criação do Tocantins, foram publicados 2 (dois) textos (0,38%). No início, o potencial agrícola tocantinense é apresentado, principalmente, através dos seus 2 milhões de hectare de várzeas irrigáveis nos vales dos rios Araguaia e Tocantins, praticamente ainda inexplorados à época. Um convite aos investidores a apostarem na região. Posteriormente, em 2010, com 3 (três) textos (0,57%), essa temática volta a ser abordada com maior frequência em matérias especiais de aniversário do Estado

destacando o Cerrado, onde o Tocantins está localizado, como a última fronteira agrícola do mundo (figura 8). E, em 2017, em 2 (duas) matérias (0,38%), o assunto é agendado em matéria especial do jornal para produção de caderno especial do aniversário de 29 anos Tocantins.

Figura 6 – Manchete destaca o agronegócio como impulsionador do desenvolvimento



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2005).

Figura 7 – Reportagem sobre visita de comitiva japonesa trazendo investimentos



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.1995).

Apesar de pouco recorrente, nesse eixo há também o enquadramento *Desenvolvimento e o agronegócio: problemas*, que reúne textos sobre os entraves que dificultam o desenvolvimento do agronegócio tocantinense. Os primeiros registros desse quadro aparecem em 1995, em 1 (uma) matéria (0,19%), ressurgindo em alguns outros momentos do recorte: 1999, 2 (duas) vezes (0,38%), e 2009, 2011 e 2017, 1 (uma) vez (0,19%) em cada ano, para apontar fatores impeditivos ao avanço das atividades do setor rumo ao desenvolvimento.

E o enquadramento *Desenvolvimento e o agronegócio: outros*, que traz assuntos relacionados à temática que não se enquadram nos demais agrupamentos do eixo, aparece de forma menos frequente ao longo do período. São registrados textos desse quadro 1 (uma) vez (0,19%) em 1990, em 1993, em 200 e em 2011.

Figura 8 – Notícia destacando a área do Cerrado tocantinense como propícia à agricultura



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2010).

Por fim, esse eixo revela que apesar das grandes potencialidades do Cerrado tocantinense para o plantio de grãos e para o desenvolvimento da pecuária, é depois de alguns anos após a criação do Tocantins que a imprensa começa a abordar o crescimento do setor de agronegócio como impulsionador do desenvolvimento da economia e da região.

Esse setor também recebeu investimentos para a implantação de grandes projetos, como o Prodecer, que serviu de base para o desenvolvimento da vasta fronteira agrícola tocaninense.

Entres os fatores que favoreceram o desenvolvimento do agronegócio no Tocantins estão as obras de infraestrutura e logísticas que ajudaram no escoamento da produção. As grandes obras em território tocaninenses como fator de desenvolvimento, conforme mostra a pesquisa, serão abordadas na sequência.

7.4 As grandes obras movimentando o processo de desenvolvimento e o noticiário

Quanto ao eixo *Desenvolvimento e as grandes obras*, o enquadramento *Desenvolvimento e as grandes obras: ferrovia Norte-Sul* é o mais frequente nos primeiros 30 anos do Estado, aparecendo na pauta do jornal 19 (3,6%) vezes no período pesquisado. Assim, em relação às obras em prol do desenvolvimento tocaninense, percebe-se que a Ferrovia Norte-Sul foi a construção que mais teve espaço na mídia.

Conforme pode ser constatado nas análises, esse tema já vinha sendo agendado pelo jornal desde os anos iniciais do Estado e, diferentemente de outras construções, que aparecem na pauta em determinados momentos, a ferrovia continuou na pauta com uma certa frequência durante praticamente todo o período.

Há texto a partir de 1991, 1 (um), devido a projeto do Governo Estadual de incentivo à produção de grãos com vista a justificar a implantação de trechos da ferrovia no território tocaninense, uma vez que, à época, esse era um dos critérios do Governo Federal para instalar a via férrea. Também existem enquadramentos em 1996, 1 (um); 1997, 1 (um); 2001, 2 (dois); 2002, 5 (cinco); 2003, 4 (quatro); 2004, 1 (um); 2006, 1 (um); 2009, 1 (um); 2010, 1 (um); e 2011, 1 (um).

É entre a inauguração da ferrovia ligando os municípios de Estreito, no Maranhão, a Aguiarnópolis, no Tocantins, em 2002 (*figura 9*), e a retomada das obras em trecho entre Aguiarnópolis e Darcinópolis, em 2003, que há maior frequência do assunto no jornal: 9 (nove) textos (1,71%) somente nesse período. A inauguração desse trecho da ferrovia ganhou ampla cobertura da imprensa, também, devido à presença do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Figura 9 – Reportagem especial sobre a inauguração de trecho da ferrovia, em 2002



Fonte: Jornal do Tocantins (28.09.2002).

O enquadramento *Desenvolvimento e as grandes obras: hidrelétricas* também ganhou espaço considerável no jornal. De acordo com pesquisa, os primeiros registros dessa temática na imprensa ocorreram em 1997, quando foram publicados 2 (dois) textos (0,38%), sendo um editorial e uma reportagem, nos quais o veículo abordou a entrada em operação da Usina Hidrelétrica Agro-Traffo, no Sudeste do Estado. Porém, é em 2001, que se concentra a maior frequência de textos desse enquadramento: 8 (oito) no total (1,52%). Essa recorrência se deve à entrada em operação da primeira turbina da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, popularmente conhecida como Usina do Lajeado, no dia 5 de outubro daquele ano, com a presença do presidente Fernando Henrique (*figura 10*).

Segundo informavam reportagens da época, a inauguração da usina representava um marco não só para o Tocantins, mas para o setor elétrico brasileiro, uma vez que a UHE geraria energia para todo o país, que convivia com a escassez de energia e ameaça de apagões.

Posteriormente, em 2002, 1 (uma); 2010, 1(uma); e 2014, 1 (uma); o tema volta à agenda da imprensa em função da construção de outras hidrelétricas em território tocantinense, como a de Peixe/Angical, de São Salvador e a de Estreito, essa última na divisa com o Estado do Maranhão.

É importante destacar que, nesse período, há registros, também, de textos abordando os impactos das usinas no meio ambiente e na sociedade.

Figura 10 – Reportagem da inauguração da Usina de Lajeado, em 2001



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2001).

Assim como 2001 foi um ano significativo para o desenvolvimento do setor elétrico, em função da inauguração da UHE Lajeado, conforme análises referentes ao período, também foi importante para o setor de infraestrutura aérea e logística no Estado, como revelado no enquadramento *Desenvolvimento e as grandes obras: aeroporto*. Esse quadro aborda a construção e a inauguração do aeroporto definitivo de Palmas.

Na linha do tempo, esse tema só aparece em dois momentos: 1993, quando foi identificado 2 (dois) textos (0,38%) noticiando o início das obras do terminal aeroportuário; e 2001, surgindo na pauta 6 (seis) vezes (1,14%), em razão da inauguração da obra (figura 11) e entrada em operação do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, considerado um importante modal logístico e fundamental para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Figura 11 - Notícia sobre a inauguração do aeroporto definitivo da Capital



Fonte: Jornal do Tocantins (03.10.2001).

Outro quadro bastante frequente é o *Desenvolvimento e as grandes obras: rodovias* (DesGdObrRod), que aparece na pauta 11 (onze) vezes (2,1%). Abordado as obras de infraestrutura rodoviária como meio de melhoria e facilitação do escoamento da produção e, conseqüentemente, fator de desenvolvimento do Tocantins, essa temática também entrou na agenda da imprensa em função de construção e inauguração de rodovias e pontes. Um dos destaques desse quadro é a ponte da Amizade Fernando Henrique Cardoso, sobre o lago da UHE Lajeado, que foi inaugurada em 2002 (*figura 12*), pelo presidente FHC. A obra possui 8,5 km de extensão, ligando a Capital ao Distrito de Luzimangues, em Porto Nacional, e município de Paraíso do Tocantins, encerrando um período de aproximadamente 13 anos de travessia de balsa em Palmas.

Ainda nesse eixo há outras obras noticiadas pelo jornal no recorte temporal, mas como ocorreu em menor frequência, foram enquadradas como *Desenvolvimento e as grandes obras: outras*, 8 (oito) vezes (1,5%). Nesse quadro estão reunidas reportagens como o Porto de Praia Norte e a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que apesar de os projetos terem sido bastante discutidos e noticiados na imprensa, não chegaram a sair do papel e do campo das ideias.

Também, em menor frequência, mas presente nesse eixo, o enquadramento *Desenvolvimento e as grandes obras: problemas* reúne 5 textos (1%). Esse quadro retrata os problemas gerados ao desenvolvimento pela falta de infraestrutura adequada.

Conforme estudo dos textos jornalísticos, observa-se que esse tema fora colocado em pauta, motivado principalmente por reivindicações por estradas. Reportagem do jornal de 1989 traz informação sobre uma pesquisa realizada pela equipe do então governador Siqueira Campos em que revela que a ausência de rodovias é considerada o principal empecilho para o desenvolvimento econômico.

Figura 12 – Reportagem da inauguração da ponte sobre o Lago de Palmas



Fonte: Jornal do Tocantins (27.09.2002).

Sobre esse eixo, percebe-se um maior número de grandes obras durante a segunda década (1998-2008) e a frequente ocorrência de inaugurações no período comemorativo ao aniversário do Tocantins, 5 de outubro, principalmente durante o terceiro mandato do ex-governador Siqueira Campos (1999-2003). Exemplo são as obras da UHE Lajeado, do Aeroporto de Palmas, da Ponte sobre o lago da Capital e de trecho da Ferrovia Norte-Sul (Estreito-Aguiarnópolis), entre 2001 e 2002. Nesses dois anos, as cerimônias contaram com a presença do ex-presidente FHC, que em oito anos de mandato esteve no Tocantins pelo menos cinco vezes. Tanto que, segundo textos analisados, pelo apoio dado aos projetos de

desenvolvimento do Estado, FHC foi homenageado com seu nome dado à ponte sobre o Lago de Palmas.

7.5 Desenvolvimento social em evidência

O eixo *Desenvolvimento social* resultou de enquadramentos sobre questões sociais no contexto do desenvolvimento tocantinense. Nesse eixo, o quadro *Desenvolvimento social: opinião*, que reúne comentários de personalidades políticas, econômicas e outras, além de populares, sobre o desenvolvimento socioeconômico do Estado ao longo do período pesquisado, é o enquadramento mais frequente, 19 (dezenove) vezes (3,6%), estando presente em todo o período analisado. Percebe-se que esses comentários eram comuns no jornal, como se já fizessem parte da pauta especial de aniversário do Estado, pois em todos os anos pesquisados há registro de opiniões nas edições comemorativas.

Em seguida aparece o enquadramento *Desenvolvimento social: desigualdades*, retratando os contrastes e desigualdades relacionadas à questão socioeconômica no Tocantins. Observando a linha do tempo, verifica-se que o primeiro registro desse assunto ocorreu em 2003, 1 (uma) vez, por ocasião do aniversário de 15 anos do Estado. Notícia de caderno especial (*figura 13*), traz a informação de evolução tocantinense em relação a números e serviços, porém com a permanência de problemas ainda em grande quantidade à época. Seis anos depois, em 2009, com 6 (seis) matérias (1,14%), o tema volta à pauta destacando as desigualdades regionais reveladas pelos contrastes sociais e econômicos entre população e municípios. Este foi o ano em que mais houve registros de textos abordando essa temática.

Por outro lado, nesse eixo também há o enquadramento *Desenvolvimento social: qualidade de vida*, que trata do desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida dos tocantinenses. Esse quadro tem maior frequência em 2013, com 4 (quatro) textos (0,76%). Matérias especiais revelam melhorias em áreas, como educação, saúde e trabalho e renda (*figura 14*).

No recorte estudado, nessa questão social, o enquadramento *Desenvolvimento social: população* foi o menos frequente. Só aparece 3 (três) vezes na pauta (0,57%). Os registros mais relevantes desse quadro foram identificados em 2002, quando aparece 2 (duas) vezes (0,38%). Em um dos textos, uma matéria especial de aniversário do Tocantins, foi abordada a representação dos jovens na população do Estado, bem com a sua participação em áreas vitais para o desenvolvimento local.

Figura 13 – Notícia destaca as desigualdades no Estado



Fonte: Jornal do Tocantins (04.10.2009).

Figura 14 – Reportagem aborda o desenvolvimento e os contrastes na área social



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2013).

Analisando o eixo *Desenvolvimento social* pode-se concluir, com base em reportagens do Jornal do Tocantins, que, em 30 anos, o Estado avançou, principalmente em áreas como saúde e educação, como revelado em textos do periódico. Esses avanços refletiram na melhoria da qualidade de vida da população que aqui já estava e atraiu outros moradores de várias partes do Brasil. Porém, textos do jornal mostram que ainda existem gargalos e desigualdades sociais e regionais a serem superados.

7.6 O agendamento do processo de consolidação da autonomia tocantinense

O eixo *Desenvolvimento e autonomia* aborda o processo de consolidação da autonomia da região do então norte goiano nos campos político, administrativo e financeiro após a criação do Estado do Tocantins e é resultado dos enquadramentos: *Desenvolvimento e autonomia: governadores* e *Desenvolvimento e autonomia: consolidação (DesAutCons)*.

O primeiro quadro (**DesAutGov**) foi o mais recorrente do período, tendo sido agendado de forma bem distribuída ao longo dos anos. Porém, com maior frequência em quatro momentos: 1994, 1995, 2011 e 2017, aparecendo, em cada ano, 3 (três) vezes (0,57%). Ao analisar os textos, percebe-se que esse tema, durante o recorte estudado, foi publicado em editoriais, entrevistas, reportagens e comentários, tendo como fontes e vozes governadores (*figura 15*) e ex-governadores, que se manifestaram nesse sentido, por meio de artigos de opinião, comentários e entrevistas, sobretudo relacionado a balanços de governo e proposta para o desenvolvimento do Estado.

Em 1994, por exemplo, um programa do recém-eleito governador Siqueira Campos de combate à fome motivou o agendamento de editorial do jornal, entrevista e reportagem. Vale aqui abrir um parêntese para lembrar que, antes da divisão territorial, a região era conhecida como corredor da miséria, devido aos indicadores de pobreza existentes (OLIVEIRA, 2019).

Em relação ao enquadramento *Desenvolvimento e autonomia: consolidação*, o momento mais significativo é percebido em 1997, quando aparece na pauta 6 (seis) vezes naquele ano (1,14%). Apesar da grande frequência do tema naquele ano, as análises revelam que não há um motivo aparente para o agendamento. O que se percebe é que os textos são resultado de pauta do jornal para o caderno especial comemorativo ao aniversário do Estado, muito comum nesse período.

Figura 15 – Entrevista do ex-governador Siqueira Campos ao jornal



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2002).

Nesse eixo constata-se o grande espaço dado pelo jornal aos governadores para falar sobre o processo de desenvolvimento local, assim como a opinião de personalidades e populares. Esse espaço é mais recorrente em material especial, seja por ocasião do aniversário do Estado, por inauguração de obras ou outros eventos.

7.7 Temas diversos presentes na cobertura sobre o desenvolvimento

Diferentemente dos eixos descritos anteriormente, sete outros temas foram enquadrados sem a necessidade da formação de eixo, devido à pouca variação do conteúdo. É o caso dos quadros: *Desenvolvimento, planejamento e ordenamento*, 21 (0,4%); *Desenvolvimento outros*, 20 (3,8%); *Desenvolvimento, educação e pesquisa*, 17 (3,7%); *Desenvolvimento e eleições*, 15 (2,9%); *Desenvolvimento do Tocantins no contexto histórico*, 15 (2,9%); *Desenvolvimento urbano e habitação*, 14 (2,7%); e *Desenvolvimento cultural*, 5 (1%).

Embora existam registros do enquadramento *Desenvolvimento, planejamento e ordenamento* em 1988, ano de criação do Estado, 2 (dois) textos (0,38%), principalmente quanto aos planos e preparativos para a instalação da capital do estado recém-criado, é em

2011 que esse quadro tem maior frequência no recorte temporal analisado: 7 (sete) vezes (1,33%). Tendo como princípio fundamental questões relativas ao planejamento e ordenamento com vistas ao desenvolvimento do Tocantins, no ano inicial, o tema entra na agenda diante da escolha da sede da capital do novo Estado. Municípios, como Gurupi e Porto Nacional, apresentam seus respectivos potenciais socioeconômicos que poderiam proporcionar o desenvolvimento célere da região.

Já em 2011, constata-se que textos referentes à temática se devem às ações do projeto “Agenda Tocantins”, iniciativa do Governo do Estado, em parceria com o Jornal do Tocantins, com o objetivo de implementação e a elaboração do Plano Plurianual do governo estadual.

O quadro *Desenvolvimento outros* está presente em boa parte de todo o período, abordando assuntos que não estão contemplados em nenhum dos demais enquadramentos/eixos. Nesse grupo estão enquadrados textos, principalmente sobre eventos e solenidades em que é evidenciada a questão do desenvolvimento tocantinense.

Outro enquadramento, intitulado *Desenvolvimento, educação e pesquisa*, com textos sobre a educação e a pesquisa em prol do desenvolvimento, aparece em alguns momentos do período estudado, sendo o mais significativo da série em 2017, aparecendo 3 (três) vezes (0,57%) em textos no jornal. Especificamente nesse ano, pauta alusiva ao aniversário do Estado destaca a descentralização do ensino superior, com a abertura de câmpus e cursos superiores no interior, como opção para o desenvolvimento regional (*figura 16*).

Figura 16 – Reportagem de 2017 destaca a educação na pauta do desenvolvimento



Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.2017).

O enquadramento *Desenvolvimento e eleição* aparece em alguns momentos do período, com maior frequência em anos de eleição, com destaque para 1990 e 1998, ambos com 3 (três) aparições (0,57%); e 2018, 6 (seis) vezes (1,14%). Aqui, os pleitos eleitorais motivaram o agendamento da pauta, em sua maioria com publicações sobre os planos de governos.

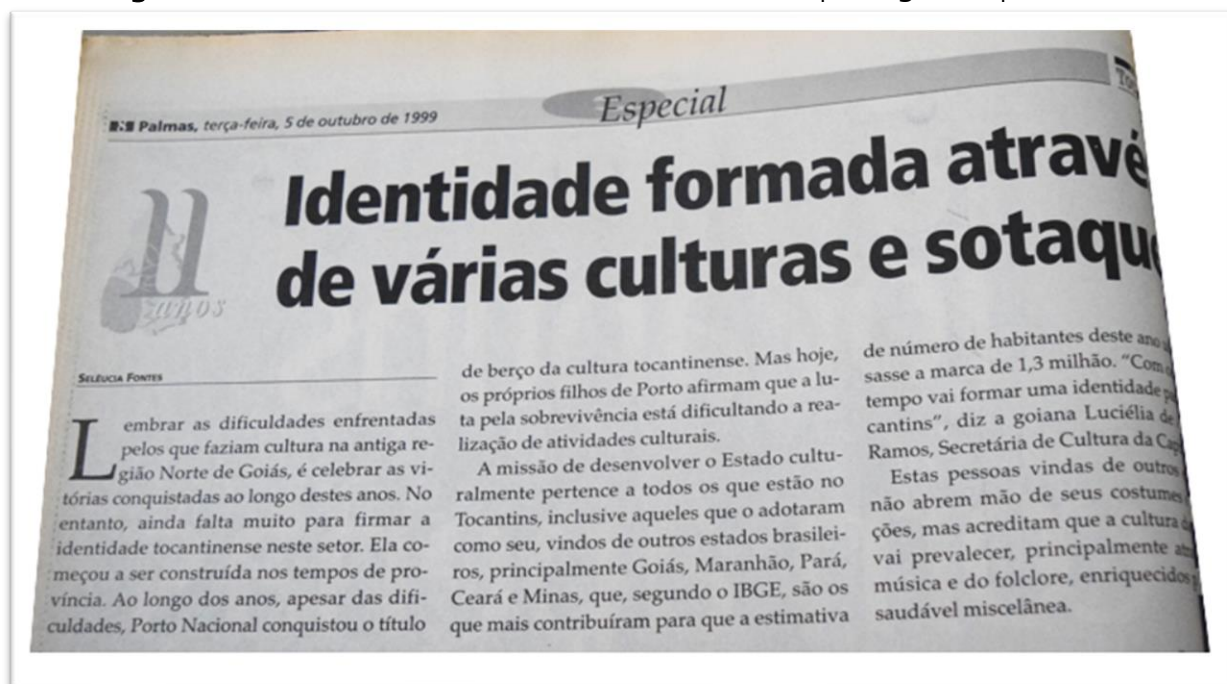
Também há registros do enquadramento *Desenvolvimento do Tocantins no contexto histórico* em momentos determinados, com maior destaque para 1993, 1994, 1997, 2001 e 2014, com 2 (dois) textos em cada um desses anos (0,38%). Sobre esse quadro, percebe-se que o agendamento do tema ocorre geralmente no período de aniversário do Tocantins, nos cadernos especiais, como forma de trazer à memória a trajetória de desenvolvimento da região onde hoje está localizado o Estado.

Em relação ao enquadramento *Desenvolvimento urbano e habitação*, mesmo não tendo sido encontrado com tanta frequência no período analisado, é importante destacar os anos de 2015, 2 (duas) vezes (0,38%), e de 2018, 3 (três) vezes (0,57%), como os de maior recorrência do assunto nas páginas do jornal.

Também, vale citar algumas percepções sobre o agendamento desse tema no contexto do desenvolvimento. Assim, observa-se que grande parte do material diz respeito a Palmas e que os primeiros registros ocorrem em função das invasões a lotes no início da implantação da Capital, sendo essa questão abordada como uma ameaça ao desenvolvimento urbano. Posteriormente, o tema é agendado em decorrência de ações governamentais para a legalização de chácaras. Em um outro momento, o assunto volta à pauta em virtude de projetos de governo voltados para o desenvolvimento urbano, e depois em função da revisão do Plano Diretor de Palmas.

Por fim, com menos frequência ainda na pauta do desenvolvimento, aparece o enquadramento *Desenvolvimento cultural* (figura 17). Como ocorre em alguns outros quadros, essa temática, na grande maioria das vezes, também tem seu agendamento recorrente em períodos comemorativos ao aniversário do Estado, aparecendo nos anos de 1999, 2002, 2006, 2011 e 2018, com 1 (um) texto em cada um desses anos (0,19%).

Figura 17 – Desenvolvimento cultural é tema de reportagem especial

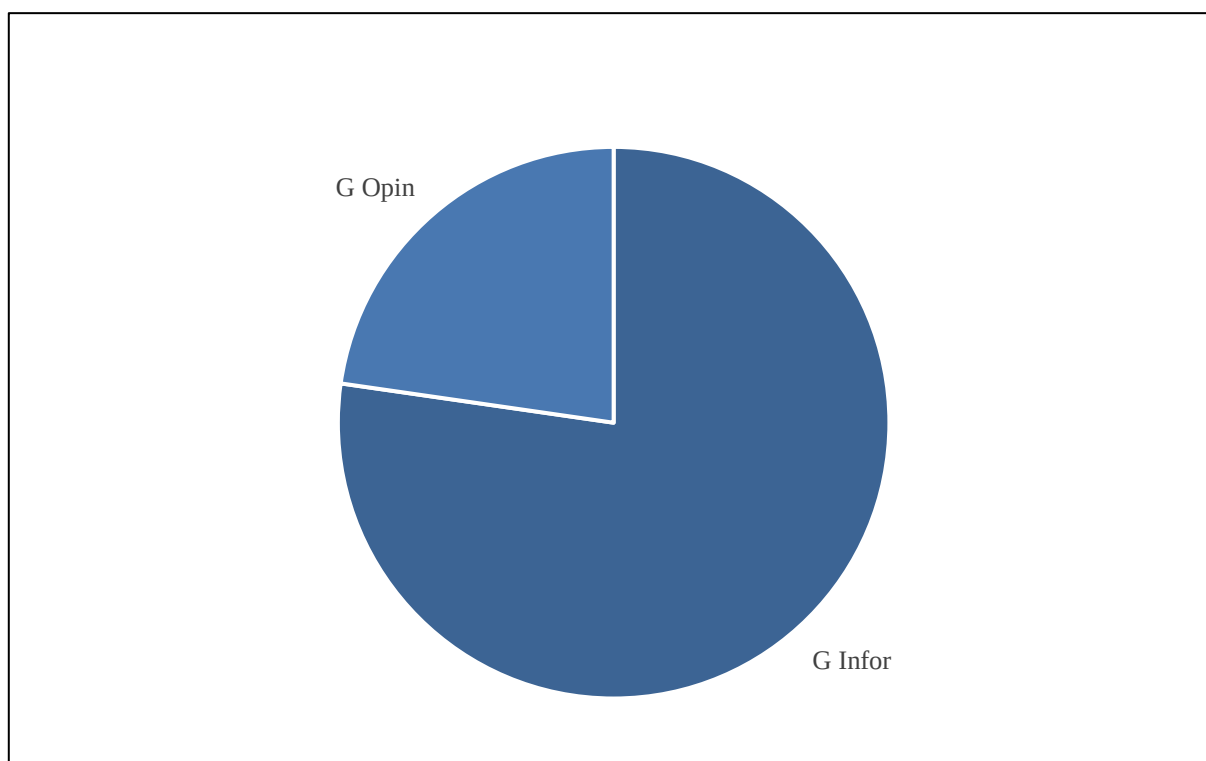


Fonte: Jornal do Tocantins (05.10.1999).

7.8 Gênero informativo predomina

As análises revelam a grande predominância do gênero informativo (G Infor) na agenda do desenvolvimento tocantinense, conforme pode ser conferido no gráfico 9.

Gráfico 9 – Representação gráfica dos gêneros jornalísticos encontrados nos textos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Do total de textos selecionados para a pesquisa, 77,3%, ou seja, 406 representam uma das classificações do gênero em questão, no caso: entrevistas (**G InforEnt**), notas (**G InforNot**), notícias (**G InforNotc**) e reportagens (**G InforRep**).

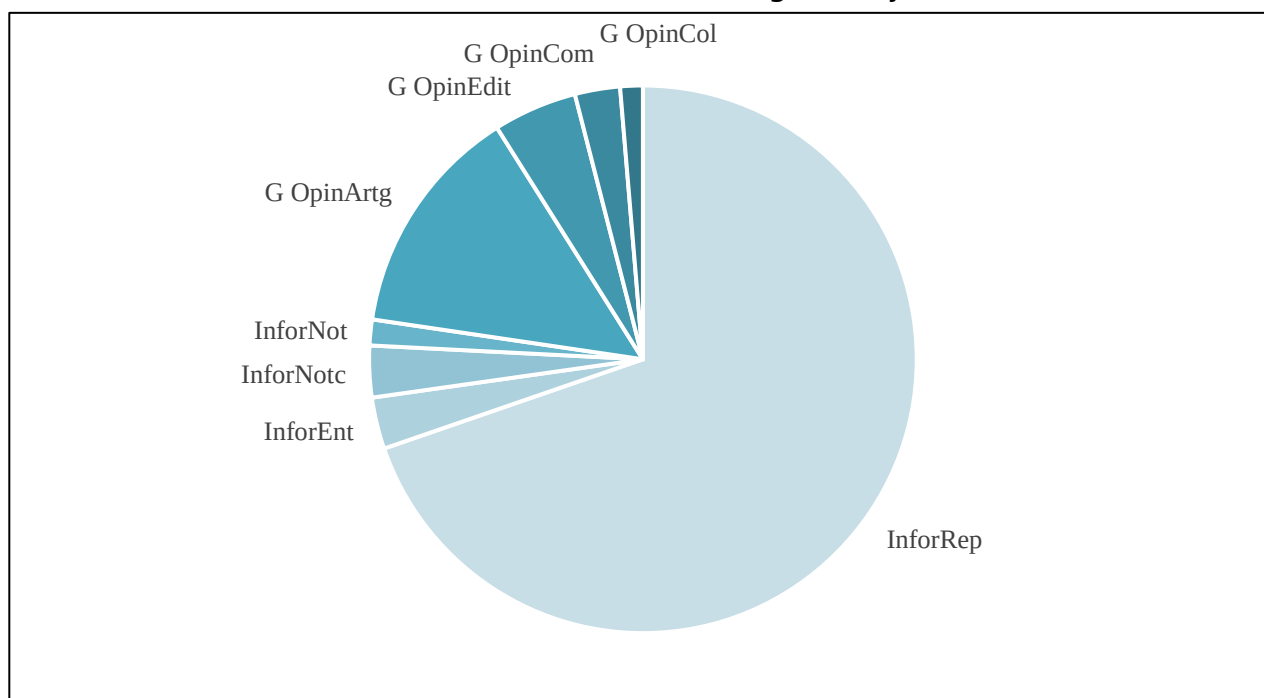
O grupo **G InforRep** é o mais frequente, equivalendo a 69,7%, ou seja, 366 são reportagens, matérias jornalísticas que têm o propósito de informar sobre um determinado assunto. Essa classificação do gênero informativo aparece bem distribuída na agenda durante todo o período, com maior destaque nos anos de 2011 (31), 2001 (27), e 2002 e 2007 (19).

Nesse mesmo gênero, os textos classificados como **G InforEnt** e **G InforNotc** aparecem com 3,9% ou 16 entrevistas e 16 notícias. As entrevistas relacionadas ao tema da pesquisa são mais frequentes nos cadernos especiais de aniversário do Estado, tendo como entrevistados, principalmente, governadores e ex-governadores. Em menor proporção, os registros do grupo **G InforNot** representam 1,5% ou 8 notas.

Quanto ao gênero opinativo (**G Opin**), este equivale a um percentual de 22,7%, resultando na soma de 119 textos. Nesse grupo, predomina o **G OpinArtg**, com o percentual de 13,7% ou 72 textos não produzidos pelo jornal. Há uma grande quantidade de autoria de políticos, agentes públicos e especialistas que manifestam suas opiniões sobre desenvolvimento por meio de artigos. Embora esse gênero apareça com uma certa frequência durante praticamente todo o período, há dois momentos, em 1998 e 2007, em que são registradas mais opiniões sobre desenvolvimento no jornal, com seis registros em cada ano.

Em menor frequência, o **G OpinEdit** ocorreu em 5% do *corpus*, somando 26 textos. Percebe-se que esse tipo de gênero expressando a opinião do jornal acerca de algum prisma sobre desenvolvimento no Tocantins são bem frequentes até o ano de 1998, quando o veículo passou a estar mais presente, circulando de terça a domingo. Após esse período, não se percebe mais a publicação de editoriais. Enquanto os demais, **G OpinCom** e **G OpinCol**, correspondem, respectivamente, a 2,7% (14) e 1,3% (7) do conteúdo analisado.

Gráfico 10 - Predominância dos gêneros jornalísticos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Percebe-se que, nesses 30 anos, a grande maioria dos textos publicados sobre desenvolvimento foi produzido a partir do jornal, a exemplo de reportagens, notícias, entrevistas e notas, que são redigidos por jornalistas; mas também há, com uma certa frequência, registros de textos do gênero opinativo, como os artigos de opinião, colunas, comentários e editoriais, que apesar de ser escrito pelo editor do jornal trata-se de produto de opinião.

Assim, com relação à presença dos gêneros jornalísticos no conteúdo pesquisado sobre o desenvolvimento no Tocantins, as análises mostram a grande prevalência dos textos informativos de classificação reportagem, ou seja, a maioria dos textos foi escrita por jornalistas, com maior recorrência no ano de 2011 (31 no total). Os artigos de opinião passaram a ficar mais frequentes a partir de 1993, ao passo que os editoriais, de autoria do jornal, aparecem recorrentemente somente até o ano de 1998. A partir de então não há mais registros desse gênero na pauta da temática estudada. Em relação aos demais gêneros, existe uma distribuição regular durante o recorte.

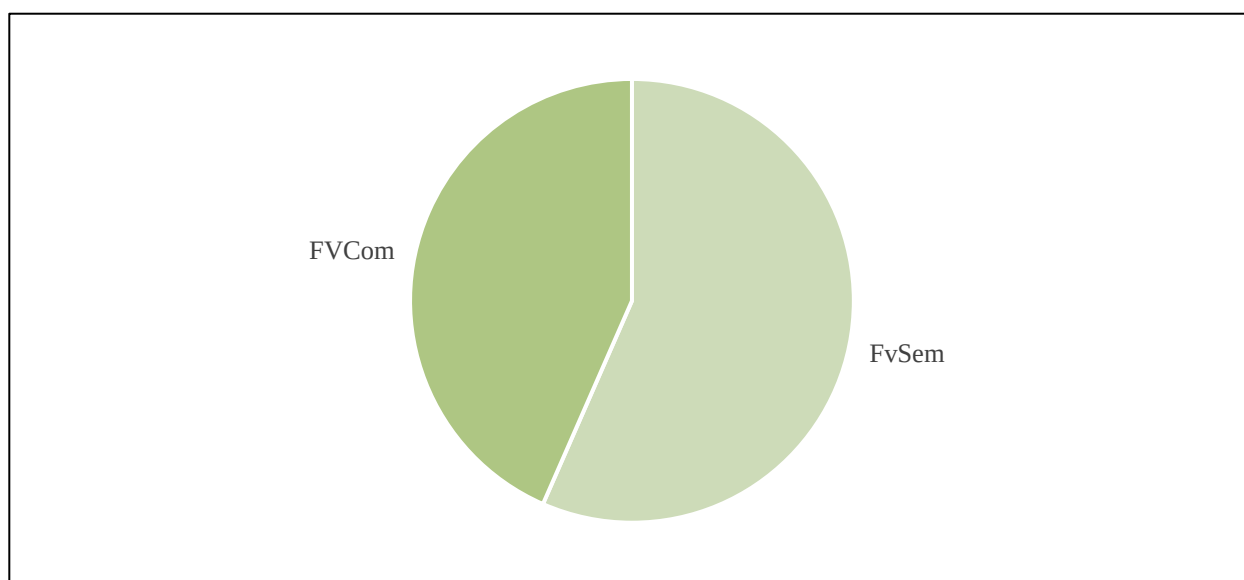
7.9 As vozes presentes na agenda do desenvolvimento tocantinense

Quanto às fontes e vozes presentes na pauta do desenvolvimento tocantinense durante o recorte cronológico, conforme apresentado anteriormente, as análises identificaram a presença de 39 categorias. Do total de textos pesquisados, 56,6%, ou seja,

297 publicações, não apresentam vozes (**FvSem**), conforme pode ser observado no Gráfico 11.

É importante informar que grande parte dos textos sem vozes é percebida nos conteúdos publicados nos primeiros anos após a criação do Estado.

Gráfico 11 – Prevalência das fontes e vozes na agenda do desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

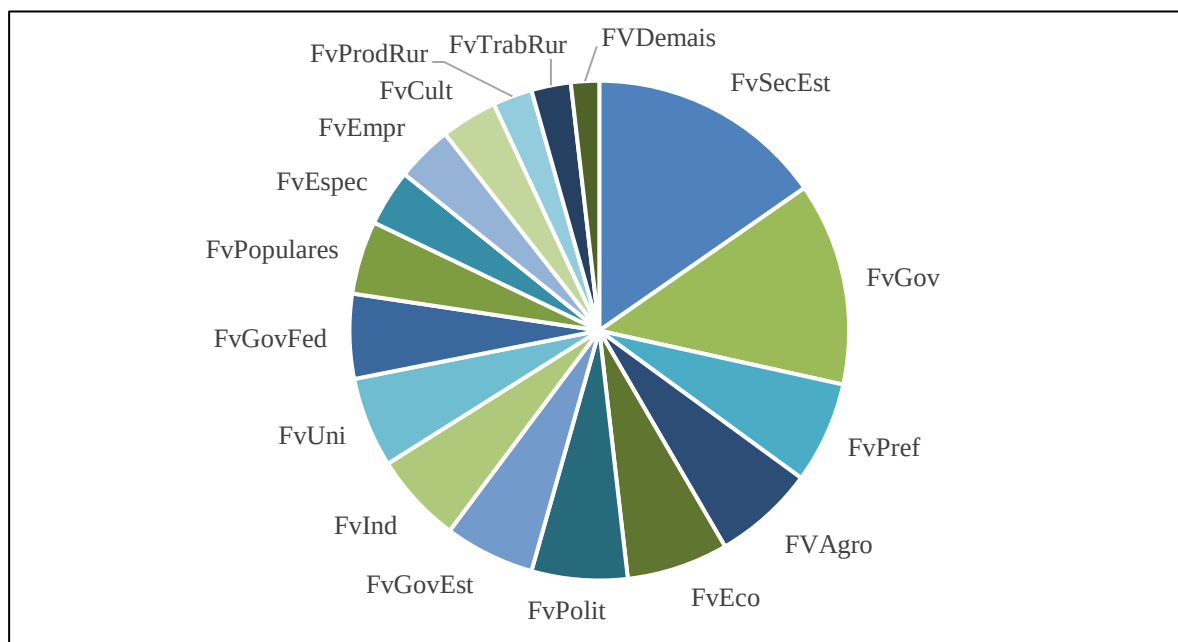
Dos grupos de fontes e vozes identificados na agenda, o de **FvSecEst**, formado por secretários estaduais, é o mais presente durante todo o período, representando 8% do *corpus*, ou seja, há 42 aparições em publicações. Percebe-se que esses agentes são fontes constantes buscadas pelo jornal, pois aparecem de forma bem distribuída durante todo o período pesquisado na pauta do desenvolvimento.

Em seguida aparece o grupo **FvGov**, que inclui os governadores, equivalendo a 6,8%, com 36 ocorrências; e na sequência **FvPref**, **FvOrgAgro** e **FvEcon**, incluindo respectivamente prefeitos, organizações agropecuárias e economistas, representam 3,4% (18), cada um. Os grupos **FvPolit**, formado por políticos, equivale a 3,2% (17); enquanto que **FvGovEst**, composto de fontes do governo estadual, **FvSegInd**, do setor industrial, e **FvUni**, da universidade, representam 3% (16), cada um.

Depois vem o grupo **FvGovFed**, de fontes do governo federal, representando 2,8% (15), **FvPopulares**, 2,4% (13); e **FvEspec**, **FvEmpr** e **FvCult**, formados respectivamente de fontes especializadas, empresariais e da área cultural, equivalendo a 1,9% (10). Os grupos **FvProdRur** e **FvTrabRur**, integrados respectivamente por produtores e trabalhadores rurais,

representam 1,5% (7). Os demais grupos correspondem a menos de 1,5% de aparições nas publicações. Confira no Gráfico 12 a representação gráfica das fontes e vozes.

Gráfico 12 – Fontes e vozes mais frequentes



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Há dois grupos de fontes e vozes que se apresentam com uma frequência regular durante todo o período pesquisado: **FvSem** e **FvGov**. Nos anos iniciais do Estado do Tocantins, além desses dois grupos citados, de acordo com as análises, há uma predominância para os grupos **FvSecEst**, **FvPolit** e **FvPref**, o que evidencia que grande maioria das fontes ouvidas pelo jornal e o poder de voz vinha das fontes de governos e políticos. Mas também aparecem os agrupamentos **FvOrgAgro**, **FvEnerElet**, **FvUniv**, **FvEspec**, **FvSegInd**, **FvPrCamMun** e **FvInstFinan**.

A partir da segunda década, 1998 – 2008, percebe-se uma maior frequência de fontes e vozes vindas do setor do agronegócio, representado pelo grupo **FvOrgAgro**, bem como a presença de novos atores, a exemplo do **FvSegTur**, provavelmente pelo incremento das atividades voltadas para alavancar o Turismo no Estado, conforme abordado em seção anterior. Com isso, o jornal abre espaço para as vozes representativas desse segmento.

Com as obras de infraestrutura ferroviária e do setor elétrico no Estado, a partir de 1997, também surgem as vozes representadas pelo grupo **FvValec** e o jornal passa a dar mais espaço para as **FvEnerElet**. Nesse período também aparecem as fontes e as vozes dos grupos **FvMin**, **FvGov**, **FvInstFinan**, **FvPref**, **FvSecMun**, **FvPolit**, **FvSecEst**, **FvSegInd**, **FvOut**, **FvPrRep**,

FvSem, FvEspec, FvEx-Gov, FvSegCult, FvUniv, FvEcon, FvPrCamFed, FvEx-Min, FvOrgJCam, FvComer, FvGovFed, FvProdRur, FvPopulares, FvEmpr, FvEspec e FvVice-Gov.

Em outro momento, a partir de 2009, a pesquisa revela a presença de uma variedade maior de vozes no jornal, além das que já vinham aparecendo. Destaque para a grande frequência do grupo **FvPopulares** e outros fora da agenda econômica e política-administrativa, como as **FvSegCult**, **FvOrgArts**, **FvOrgMatRec** e **FvMed**. Nesse período, também há participação dos grupos formados pelas: **FvOut**, **FvPesq**, **FvSecEst**, **FvSegInd**, **FvUniv**, **FvEspec**, **FvPref**, **FvTrabRur**, **FvGov**, **FvGovEst**, **FvPolit**, **FvGovFed**, **FvProdRur**, **FvOrgAgro**, **FvOrgJCam**, **FvEmpr**, **FvSem**, **FvVice-Gov**, **FvEcon**, **FvProf**, **FvComer**, **FvEspec**, **FvGovFed**, **FvEstu**, **FvSecMun**, **FvEx-Gov** e **FvPrAL**.

Contudo, se juntarmos os grupos de fontes e vozes da área governamental (oficial), verifica-se que esse agrupamento está presente em 27% (142) das publicações relacionadas ao desenvolvimento do Tocantins no período pesquisado. É importante explicar que aqui estão reunidos os grupos **FvGov**, **FvGovEst**, **FvSecEst**, **FvGovFed**, **FvPref**, **FvSecMun**, **FvPrRep**, **FvVice-Gov** e **FvMin**, formados por governadores e vices, prefeitos, presidente da República, ministros, as fontes do governo estadual e do governo federal, e os secretários estaduais e municipais.

Quando essa junção ocorre com os grupos de fontes e vozes do segmento econômico, observa-se um espaço ocupado de 11,5% (61) dos textos analisados. Aqui, foram juntados os grupos representados pelas fontes e vozes: **FvSegInd**, **FvEmpr**, **FvComer**, **FvOrgAgro**, **FvProdRur** e **FvTrabRur**, representadas por integrantes do setor da indústria, do comércio, de organizações da agropecuária, por empresários, produtores e trabalhadores rurais.

Por fim, essa mesma análise foi feita com os grupos representativos da esfera política, sendo este formado pelas **FvPolit**, **FvPrCamFed** e **FvPrAL**. Nesse caso, as aparições dessas vozes ocorrem em 4,1% das publicações, ou seja, em 22 textos.

Diante do apresentado, verifica-se que predominam as fontes consideradas oficiais, formadas por gestores e outros membros das três esferas governamentais, representando 27% das publicações relacionadas ao desenvolvimento tocantinense.

Como a maioria das aparições em matérias são de governadores e representantes do Governo Estadual, pode-se afirmar que foram esses atores que mais tiveram voz no jornal e poder de representação para falar sobre o desenvolvimento no Tocantins. Por outro lado, há uma grande quantidade de textos sem vozes, o que é possível concluir que, entre os jornalistas do veículo pesquisado, era comum a prática de fazer matérias baseada apenas nas informações de suas fontes, sem necessariamente dar voz a elas, ou seja, as fontes são citadas, mas sem a sua fala original, uma vez que esta não aparece entre aspas.

Capítulo 08

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa estudou a cobertura da imprensa sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins durante os 30 anos após a sua emancipação política. Para descobrir como a imprensa tocantinense noticiou o processo de desenvolvimento local, identificando os temas abordados, os gêneros jornalísticos predominantes e os atores e grupos sociais que tiveram espaço no jornal, foram pesquisados 525 textos do Jornal do Tocantins, um dos veículos de maior tradição e com mais tempo/circulação no Estado. Foram realizadas análises de enquadramento, de classificação de gêneros jornalísticos e de fontes e vozes.

Após análise sistemática dos textos pesquisados, foram feitas as análises de enquadramentos, resultando em 38 quadros temáticos no contexto do desenvolvimento. Foram ainda identificados dois gêneros jornalísticos predominantes (Informativo e Opinativo) e 39 categorias de fontes e vozes.

No que tange às análises de enquadramentos, verificou-se que a maioria do conteúdo estudado se refere à área econômica, o que confirma a hipótese inicial de que a maioria dos textos sobre a temática pesquisada seria referente à economia, que inclui o agronegócio. Contudo pode-se afirmar que, na cobertura do Jornal do Tocantins sobre desenvolvimento, no recorte estudado, predominou o desenvolvimento econômico.

Na trajetória do desenvolvimento tocantinense, há momentos que nem sempre é o agronegócio, o comércio e a indústria, por exemplo, que movimentam a pauta jornalística. Em determinados casos, são os recursos naturais e o turismo, as grandes obras e o social, por exemplo, que predominam na contextualização do assunto na agenda.

Em relação à classificação de gênero jornalístico, predominam os textos informativos, com grande prevalência para as reportagens. Mas há um quantitativo considerável de textos opinativos, com destaque para os artigos de opinião, que não necessariamente são de autoria de jornalistas. Em relação aos demais gêneros, existe uma distribuição regular durante o recorte.

Quanto às fontes e vozes presentes no noticiário sobre o desenvolvimento no Estado, as análises apontam que predominam as fontes consideradas oficiais, principalmente membros do governo estadual. Também há um grande número de textos sem vozes, o que se conclui que é comum a prática no jornal de publicar matérias baseada apenas nas informações das fontes, sem necessariamente dar voz a elas.

Por fim, as análises realizadas nesta pesquisa revelam que a cobertura da imprensa sobre o desenvolvimento no Estado do Tocantins, em 30 anos, foi abrangente, por ter abordado vários aspectos dentro do contexto do desenvolvimento; e heterogênea, pela diversidade de temas. Verifica-se ainda que o tema objeto de estudo esteve frequentemente presente na agenda do Jornal do Tocantins, que por ser um veículo regional deu mais espaço para textos de cunho mais local.

Por não ter sido localizada no Estado nenhuma pesquisa semelhante a esta em que a imprensa é objeto de estudo com a finalidade de revelar como se deu o processo de desenvolvimento tocaninense e quem foram os agentes presentes nessa agenda, este trabalho figura como uma importante contribuição acadêmica para o fortalecimento e ampliação dos estudos em mídia e desenvolvimento, principalmente em nível local e regional, onde esse tipo de estudo ainda pode ser considerado incipiente.

Assim, os elementos resultados deste estudo abrem caminhos para outras análises e poderão ser explorados e aprofundados em pesquisas futuras relativas ao desenvolvimento e a comunicação no Estado do Tocantins.

Referências

- ABRÃO, B. S. **Os pensadores: história da filosofia**. São Paulo: São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- AMIN, S. **Accumulation on a world scale: critique of the theory of underdevelopment**. In: New York: Monthly Review Press, 1974.
- AQUINO, N. A. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. 220f. Dissertação (Mestrado em História) UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996. *Apud* OLIVEIRA, Niton. Marques. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2019.
- BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: Projeto Rio Formoso**. Goiânia: Elegê, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BECKER, Dinizar F. **Economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo** in: Becker, Dinizar F. e Wittmann, Milton Luiz (Organizadores) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BELTRÃO, L. **A Imprensa Informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.
- BETTLEHEIM, Charles. **Planificação e crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976 [1963].
- BOURDIEU, P. **O mercado dos bens simbólicos**. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 1974.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Código Brasileiro de Telecomunicações: uma história de negociação política**. 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Fortaleza – CE, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Codigo%20Brasileiro%20de%20Telecomunicacoes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05. out. 1962. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117compilada.htm. Acessado em 08 de set. 2021.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. São Paulo: FGV. 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia. De Gutenberg à Internet**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 260f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Universidade Grande Dourados. Dourados, 2009. *Apud* OLIVEIRA, N. M.. Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins. Palmas: EDUFT, 2019.

CARNIELLO, M. F. SANTOS, M. J. **Comunicação e Desenvolvimento Regional**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 9, n. 2. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz& Terra, 2017.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVALCANTE, M. E. S, R. **Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás**. Goiânia: UCG, 1999.

CAVALCANTE, M. E. S, R. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: Edusp, 2003.

CAVALCANTE, M. E. S, R. **O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações**. In: GIRALDIN, O. (Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Jornalismo na fonte**. In: DINES, Alberto; MALIN, Mauro (Org.). Jornalismo brasileiro: no caminho das transformações. Brasília: Banco do Brasil, 1996. p.148.

CONCEIÇÃO , Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de; SOUZA, Dércio Bernardes de. **Rostow e os estágios para o desenvolvimento**. In: NIEDERLE, Paulo André et al. (Org.). Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: SEAD/ UFRGS. 2016.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Os limites do desenvolvimento e do turismo**. PASOS: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, v. 1, n. 2, p. 161-171. jun. 2003.

COSTA, Lailton da; TEIXEIRA, Irenides; PAINKOW, Aurielly. Folha do Norte (1891-1894) **O jornal pioneiro da imprensa tocantina**. In: II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO. Anais eletrônico. Florianópolis: UFRGS. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontrosnacionais/2o-encontro-2004-1>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DINES, A. Prefácio. In: SCHRAMM, W. L. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

DNIT (2013). **Relatório dos Levantamentos Funcionais das Rodovias Federais - Tocantins**. 32 p. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Instituto de pesquisas Rodoviárias. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/planejamentoepesquisa/planejamento/planejamentorodoviario>. Acesso: 23 mar. 2020.

DOOB, L. W. **Becoming more civilized**. New Haven: Yale University Press, 1961.

ENTMAN, R. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, n. 43. 1993.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. 2007.

ESTEVA, Gustavo. **Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder**. Perú: Desarrollo. In: SACHS, W. (Org.). PRATEC, 1996.

FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação**. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011. *Apud* OLIVEIRA, Nilton Marques. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2019.

FIETO. **Perfil da Indústria do Tocantins 2018**. Palmas: FIETO, 2018. 29p. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/>. Acesso em: 09 abr 2020.

FRANK, A. G. **Sociology of development and underdevelopment of sociology**. London: Pluto Press, 1971.

FREITAS *et al.* **Sen e o desenvolvimento como Liberdade**. In: NIEDERLE, Paulo André *et al.* (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: SEAD/UFRGS. 2016.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach**. American Journal of Sociology, v. 95, p. 1-37, 1989.

GANS, H. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução Comunicação: do Síllex ao Silício**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1987.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

GONÇALVES, S. R. **O movimento separatista do Tocantins: análise das reportagens dos jornais A Folha de São Paulo e O Popular na década de 1980**. 2015. 59 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

HALL, S. et al. **Policing the crisis: mugging, the state and law and order**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1978.

HALL, Stuart. **"Notas sobre la deconstrucción de „lo popular"**. En: Samuel, Raphael (Comp.). *Historia popular y teoria socialista*, Barcelona: Grijalbo. 1984.

HALL, S. et al. **A produção social das notícias: o mugging nos media**. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: VEJA, 1999.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HIMMA-KADAKAS, M. **Alternative facts and fake news entering journalistic content production cycle**. *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal* Vol 9 No 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5130/ccs.v9i2.5469>. Acesso em: 30 ago. 2021.

HOLMBERG, A. R. 1960. **Changing community attitudes and values in Peru; a case study in guided change**. In: ADAMS, R. N. *et. al.* *Social change in Latin América today*. New York: Vintage.

IBGE. **Censos Demográficos, Econômicos e Agropecuários**. Anos: 1990, 2000, 2010, 2016, 2019 e 2020. Biblioteca digital. Rio de Janeiro. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2020.

JORNAL do TOCANTINS. **Um novo jornal a cada segundo**. Palmas: 2018. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/digital/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

LERNER, D. **The passing of traditional society**. Glencoe: Free Press, 1958.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade da imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publiher, 2 ed., 2012.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Nova York: MacMillan, 1922.

LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. *Tellus*, ano 2, n. 3, 2002.

MACEDO, L. R.; MENESES, V. D. **Jornalismo e militância no Tocantins: O jornal Norte de Goyaz e a criação do Estado do Tocantins**. In. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.

MARQUES DE MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, Editora Vozes, 1994.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros da comunicação de massa: análise dos gêneros e formatos jornalísticos**. 2006. (Original do autor).

MARTINS, E. L. F. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo**. 3ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2007

MATTEI, L. **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MCCHESENEY, Robert W. **Mídia global, neoliberalismo e imperialismo**. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação. 2ªed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

MCLEOD, D. M.; DETENBER, B. H. **Framing effects of television news coverage of social protest**. Journal of Communication, New York, v. 49, n. 3, p. 3-23, 1999.

McQUAIL, Denis; WINDAHL, Sven. **Modelos de Comunicação para o estudo da comunicação de massas**, Lisboa: Notícias Editorial.1993.

MEDEIROS, Monique. **Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico**. Revista Ambiência Guarapuava (PR), v. 7, n. 1, Jan/Abr, 2011.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/tv/>. Acesso em: 10 set. 2021.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. In: Revista Symposium, p. 45-55, 2001.

MELO, J. M. (org.). **Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MELO, José Marques de; QUEIROZ, Adolpho. **Identidade da imprensa brasileira no final do século – das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e às ancoragens culturais**. Edição. São Paulo: UESP, 1998.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003a.

MELO, P. B. **Um passeio pela história da imprensa**. Recife: II Congresso Brasileiro de Comunicação Social - As Novas Tecnologias da Informação e seus Desafios para a Criatividade, 2005.

MENDONÇA, R. F. SIMÕES, P. G. **Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. RBCS v. 27, n. 79. 2012.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. 2003. 246f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador. Disponível em: http://www.poscom.ufba.br/arquivos/Poscom-Producao_Cientifica-Luciana_Mielniczuk.pdf. Acessado em: 30 abr. 2021.

- MTE. **Cadastro geral de empregados e desempregados: CAGED**. Brasília: MTE, 2020.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Mil Palavras, 2000.
- MOREIRA, Sonia V., DEL BIANCO, Nélia R. **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo: INTERCOM; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE. Curitiba, v.5,n.2, p.37-48, mai/ago. 2002.
- OLIVEIRA, Nilton Marques. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2019.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 2001.
- PAIXÃO, Cláudio Chaves.; ROCHA, Liana Vidigal. **O rádio no Tocantins: o processo de implantação e consolidação das primeiras emissoras**. Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG, v. 09, n. 01, pp. 71-92, jan/jun. 2018.
- PALACIN, L.; MORAES, M.A.S. **História de Goiás**, 5. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1989.
- PALACIN, L. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990. *Apud* OLIVEIRA, N. M.. Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins. Palmas: EDUFT, 2019.
- PARENTE, D. S. M. ; WILBERT, M. D. ; LIMA, D. V. **Análise do impacto da criação do estado de Tocantins para qualidade de vida de seus habitantes**. In: 9o Congresso Iberoamericano de Contabilidad e Gestión, 2015, Florianópolis. 9º Congreso Iberoamericano de Contabilidad de Gestión, 2015.
- PEDROSO NETO, A. J. **A saga dos reajustes do salário mínimo na imprensa; enquadramentos e circuitos de legitimidade restritos**. In. 1 44º Encontro Anual da ANPOCS. GT40 - Sociedade e Vida Econômica, 2020.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PIVOTO, Dieisson; CARUSO, Cíntia de Oliveira; NIEDERLE, Paulo André. **Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento Econômico**. In: NIEDERLE. Paulo André et al. (Org.). Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: SEAD/ UFRGS, 2016.
- PORTO, M. P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A.A. (Org.). Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.
- RAO, Y. V. L. **The role of information in economic and social change: report of a field study in two indian villages**. Doctoral dissertation. Univerrrsity of Minnesota, 1963.
- RECUERO, R.; GRUZD, A. **Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter**. São Paulo: Galáxia, 2019.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

SACHS, Wolfgang (ed.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. Londres, Atlantic highlands/Zed Books, 1992.

SANTOS, J. S. dos. **A sedução da imagem: a televisão no limiar do Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2015.

SANTOS SILVA, Jorge Antonio. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SAMPAIO, Mario F. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo**. Edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SCHRAMM, W. L. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SCHUMPETER, J. A.. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins. **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins**. Diretoria de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Coordenação de Pesquisa (CP). Palmas: Seplan/CP, 2014.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p. 313-333, abr. 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade/Amartya Sen**; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVAES, J. (ed.). **Approaches to Development Communication**. UNESCO, Paris, 2003.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, O. B. **História da Imprensa do Tocantins**. Palmas: Cartográfica, 2003

SILVA, A. M.; ROCHA, L. V. **Jornal do Tocantins: da Produção Impressa a Redação Integrada**. Trabalho submetido para apresentação no GT2 Estudos de Jornalismo, do XII Simpósio de Comunicação da Região Tocantina (XII SIMCOM), na Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz: 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

STAVENHAGEN, R. - **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

SUNKEL, O.; PAZ, P.. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

TOCANTINS. **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins**. Palmas: SEFAZ/GEFINS, outubro/2019.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são**. vol. I. Florianópolis. Insular. 2005.

TUCHMAN, G. 1999. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objectividade dos jornalistas**. In: **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999.

A AUTORA

Como jornalista, por alguns anos, tive a oportunidade de escrever parte da história tocantinense e de ver publicados fatos que marcaram a trajetória do desenvolvimento desse Estado tão promissor nas páginas do Jornal do Tocantins, veículo onde trabalhei como repórter e editora por cerca de 15 anos. Hoje, neste livro, trago parte dessa história sob outra ótica. Saindo do senso comum, mostro, por meio da ciência, como a imprensa noticiou essa trajetória de desenvolvimento e quem foram as fontes ouvidas e as vozes presentes no noticiário sobre o desenvolvimento tocantinense nos primeiros 30 anos, após a criação da unidade federativa, em 1988.

Esse trabalho significa muito. Não só porque sou a autora da pesquisa, mas também pelo fato de que tive a oportunidade de revisitar o passado, analisar textos jornalísticos assinados por mim e tantos outros assinados por colegas com quem tive a satisfação de trabalhar na redação do Jornal do Tocantins. Também, porque, por meio desse trabalho, pude conhecer e entender como se originaram e se concretizaram projetos, obras e fatos relativos ao desenvolvimento do Estado que escolhi para viver e me desenvolver, há 25 anos.

Não tenho dúvidas de que se eu tivesse tido acesso a informações como as que tenho hoje, como jornalista poderia ter escrito textos com um olhar muito mais aprofundado em relação à temática e às fontes e vozes ouvidas à época. E, como pessoa, cidadã tocantinense, poderia ter agido mais em prol do desenvolvimento local.

Desta forma, espero poder despertar esse sentimento naqueles que tiverem a oportunidade de ler este livro. Assim como uma contribuição acadêmica, de forma a fortalecer estudos na área, este trabalho pretende contribuir para publicizar capítulos da história do desenvolvimento do Estado noticiados pela imprensa ainda pouco conhecidos por muitos, e, principalmente, aclarar ações visando o desenvolvimento do Tocantins e sua gente.

Neuracy Viana Cruz Lima

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade do Tocantins (2001), especialista em Gestão Pública (UFT -2015), mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (2021). Jornalista efetiva da Prefeitura Municipal de Palmas.